

IHGP

**INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA**

ANO VI 1999 NÚMERO 6



INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE PIRACICABA
DIRETORIA
(17/03/98 a 02/02/2000)

Presidente
MOACYR DE OLIVEIRA
CAMPONEZ DO BRASIL
SOBRINHO
Vice-Presidente
WALTER CARMELO ZÓCCOLI
1º Secretário
GERALDO CLARET DE MELLO
AYRES
2º Secretário
CECÍLIO ELIAS NETTO
1º Tesoureiro
HALDUMONT NOBRE FERRAZ
2º Tesoureiro
DÉCIO DE AZEVEDO
Orador
ELIAS SALUM
Bibliotecário
OSWALDO CAMBIAGHI

IHGP
Revista do Instituto Histórico e
Geográfico de Piracicaba
Ano VI - 1999 - número 6
Coordenador da Revista
Frederico Pimentel Gomes

O IHGP é uma publicação do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Os artigos nela publicados são colaborações de seus sócios. Entretanto, a revista abre espaço para outros autores que se dediquem ao estudo de temas históricos ou geográficos. Todos os artigos podem ser reproduzidos, desde que indicada a fonte. As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade dos autores.

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
CGC 508.538.78.0001-48
Rua do Rosário, 781
13400-180 Piracicaba-SP - Brasil
Telefone: (019) 434-8811

EDITORAÇÃO E IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Degaspari
R. Barão de Piracicamirim, 1926
Fone/Fax: (019) 433-6748
13416-150 - Piracicaba-SP
E-mail: graficadegaspari@bol.com.br



INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA

SUMÁRIO

Algumas Atividades do IHGP no Ano 1998-1999 <i>Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho</i>	03
O Caso Dafert e a Iniciação Científica em São Paulo <i>Morly Terezinha Germano Perecin</i>	08
Piracicaba de Outros Tempos - A Força de 1853 <i>Nelson Camponez de Oliveira</i>	14
Curiosidades Lingüísticas <i>F. Pimentel-Gomes</i>	17
A Família Dutra <i>Franco de Assis Ferraz de Mello</i>	19
Tales de Andrade - O Ecologista Nato <i>Guilherme Vitti</i>	30
Agronegócios em Piracicaba: Passado, Presente e Futuro <i>Evaristo Morzabal Neves</i>	32
Processos Judiciais: Uma Importante Fonte Histórica <i>Vitor André de Souza</i>	47
Máquina de Escrever no Contexto Jurídico <i>Doniela Ribeiro Ladeira</i>	51
Discurso do Prof. Dr. Almir de Souza Maia no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba	54
A Fazenda Milhã, A Crise de 1929, e o Telefone Antigo <i>Fernando Ferraz de Arruda</i>	56
Fazenda Santa Lúcia de Piracicaba <i>Pedro Silveira Rocha</i>	59
Estudo da Ação Antrópica na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí <i>João Luís Franchi</i>	62
O Sítio do Capão do Tatuapé Acima <i>Marcelo Cachioni</i>	66
A Questão da Natureza Humana: Visão Histórica <i>Maria Dulce Bandiera Bergamin</i>	81
A História das Agências de Propaganda em Piracicaba <i>Adolpho C.F. Queiros; Rosana Zaccaria; João C.T. Gonçalves</i> ...	99
Os 200 Anos da Morte de Morgado Mateus <i>Noedi Monteiro</i>	112
Memórias da Escravidão <i>Hugo Pedro Carradore</i>	114

Capa: Vista aérea do Câmpus da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), que completa 25 anos no ano 2000.

ALGUMAS ATIVIDADES DO IHGP NO ANO 1998-1999

**Moacyr de Oliveira Camponez do
Brasil Sobrinho¹
Presidente do IHGP**

Durante o biênio 1998-2000, não houve possibilidades da impressão da revista do IHGP, que, nos anos anteriores vinha se mantendo anual. Isto ocorreu por ter sido insuficiente a subvenção de 1998 e por ter a de 1999 sido repassada nos últimos dias de novembro e dezembro. Por isto é que a revista estará saindo no ano 2000, com número 6, correspondendo ao ano de 1998.

No biênio 1998-2000 a Diretoria eleita foi composta pelos seguintes associados:

Presidente: Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho
Vice-Presidente: Walter Carmelo Zoccoli
1º Secretário: Geraldo Claret de Mello Ayres
2º Secretário: Cecílio Elias Netto
1º Tesoureiro: Haldumont Nobre Ferraz
2º Tesoureiro: Décio Azevedo
Orador: Elias Salum
Bibliotecário: Oswaldo Cambiaghi

No ano 1998-1999, a principal preocupação do IHGP era o problema da sua sede, amenizada com o adiamento das reformas previstas dentro das esferas da Procuradoria do Estado e do Poder Judiciário, o que exigiria aumento do espaço no local, em detrimento da área ocupada pelo Instituto. Como não houve mais comentários sobre o assunto, as preocupações se abrandaram, pelo menos por enquanto.

1. Atividades Culturais

1.1. Posse da Diretoria 1998-2000

A Assembléia de posse da Diretoria se deu no dia 17 de março de 1998, quando foram discutidos os relatórios de atividades e financeiro da Diretoria anterior.

Foi prestada significativa homenagem ao Presidente do mandato

3

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

anterior, Frederico Pimentel Gomes, pelos três profícuos anos em que presidiu o IHGP, entregando à nova Diretoria uma Instituição sólida e informalizada.

1.2. Lançamento do livro Retrato das Tradições Piracicabanas - História e Folclore.

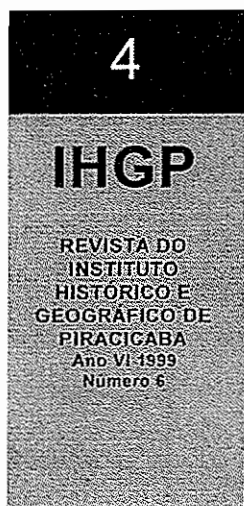
No dia 17 de abril de 1998, numa promoção conjunta com a Secretaria de Ação Cultural, que tinha como Secretária a Dra. Aparecida Gregolin Abe, deu-se o lançamento do livro do nosso Historiador Prof. Hugo Pedro Carradore, em sua 2ª edição. A reunião se deu nas instalações da Secretaria, no Engenho Central. A Câmara Municipal, na pessoa do Vereador João Manoel dos Santos, prestou ao Professor Frederico Pimentel Gomes uma Moção de Aplausos pelo sucesso de sua administração e pela posse da nova Diretoria. Estiveram presentes ao ato o Prefeito Municipal, Prof. Humberto de Campos, o presidente da Câmara, Dr. Egídio Mauro, Vereadores e Secretários Municipais.

1.3. Palestra do Deputado Federal Prof. José Machado no IHGP, tendo por local o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes

No dia 1º de junho de 1998, o IHGP, em sessão conjunta com o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, foi realizada em sua sede, uma Reunião de Estudos sobre Prudente de Moraes, tendo como orador o Deputado Federal Prof. José Machado, que desenvolveu o tema: *Importância da Obra Política e Social de Prudente de Moraes*. Foram debatedores os historiadores Profa. Marly Therezinha Germano Perecin, Prof. Francislúdio Beduschi e Profa. Helena Rovay Benetton. A palestra despertou grande interesse do público presente, que lotou o auditório, participando dos debates provocados pelos historiadores. Foram entregues, na ocasião, certificados ao orador e aos debatedores.

1.4. Sessão Solene Comemorativa do Centenário de Morte de Luiz Vicente de Souza Queiroz.

Em Sessão Solene, de 25 de junho de 1998, realizou-se, na sala da Congregação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, uma reunião conjunta, comemorativa do Centenário do Falecimento de Luiz Vicente de Souza Queiroz, promovida por ambas as Instituições. Tivemos, no ato, a palestra do nosso Prefeito Municipal Prof. Humberto de Campos, Ex-Professor e Ex-Diretor da ESALQ, que desenvolveu como tema *A Importância da Obra Pública de Luiz de Queiroz*. A mesa foi constituída por membros do IHGP e pelos Diretores e Prefeito da ESALQ. Houve amplas discussões sobre a Obra de Luiz de Queiroz, provocadas pelos debatedores e consócios Prof. Evaristo Marzabal Neves, Diretor da ESALQ, e Prof. Edmar José Kiehl, grande estudioso e conhecedor do assunto.



1.5. Seminário sobre Desenvolvimento da Agricultura em São Paulo, Piracicaba, Histórias e Perspectivas - SEMA

Como parte das comemorações do aniversário de Piracicaba e do mês do Agricultor, foi realizado um seminário conjunto entre órgãos: ESALQ, IHGP, SESC, SCVP, Museu Histórico, Sociedade Amigos do Museu e o SEMA. Coordenado por este último, no anfiteatro do SESC, no dia 25 de agosto de 1998. A primeira Oradora da noite foi a Profa. Marly Therezinha Germano Perecin, do IHGP, que discorreu sobre o tema: *Desenvolvimento da Agricultura em Piracicaba e a Importância da Cana-de-Açúcar a partir do Século XVIII*. Em seguida, falou o Prof. Fernando Curi Peres, do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ, representando a sua instituição. Funcionaram como debatedores o Prof. Antonio Natal Gonçalves, Prof. Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho, Sr. José Maria Saez Rosa e Prof. José Antonio Machado Menten.

1.6. Assembléia para escolha dos Membros da comissão de outorga da Medalha Prudente de Moraes, do ano de 1998.

No dia 21 de outubro de 1998, foi realizada a Assembléia para eleição da comissão de outorga da Medalha Prudente de Moraes, de acordo com a lei Municipal 2122, de 10/07/1974.

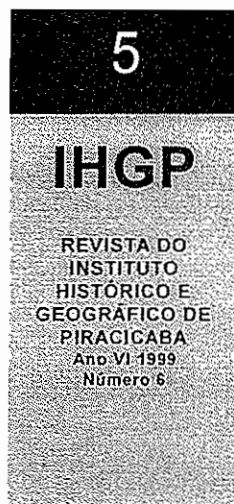
1.7. Sessão Magna de outorga da Medalha Prudente de Moraes e recepção a novos Sócios.

No dia 10 de dezembro de 1998, foi realizada, na Sociedade Beneficente Sirio-Libanesa, a Sessão Magna de Outorga das Medalhas Prudente de Moraes e respectivos diplomas.

Em primeiro lugar, foram recepcionados 5 novos associados, recebidos pelos seus padrinhos, de quem receberam os diplomas. São eles: Dr. Adolpho Carlos Françoso Queiroz, Professor da UNIMEP, Dra. Aparecida Gregolin Abe, Secretária Municipal da Ação Cultural de Piracicaba, Poeta e Escritor Esio Antonio Pezzato, Professor José Faganello, Professor de vários estabelecimentos de ensino em Piracicaba, e Dr. Sérgio Hornink, Engenheiro e Ambientalista, Diretor da CETESB.

Na 2ª parte do programa, o IHGP, cumprindo uma das finalidades da lei 2122, de 1974, que criou a medalha Prudente de Moraes, entregou as suas 23ª, 24ª e 25ª medalhas, desde a sua fundação. Assim, depois da leitura dos seus extensos currículos, receberam a medalha, o Bouton e o Diploma, dos seus padrinhos, o Prof. Dr. Almir de Souza Maia, Magnífico Reitor da UNIMEP, o nosso querido, associado do IHGP e seu presidente em 3 mandatos, Dr. Oswaldo Cambiaghi, e o Prof. Salim Simão, Professor Catedrático da ESALQ, seu Ex-Diretor e EX-Vice-Reitor da USP.

Compareceram à cerimônia, o Vice-Prefeito Dr. João Chadad, o Dr. Gustavo Jacques Alvim, Vice-Reitor da Unicamp, o Dr. Tarcísio Grecco, Presidente da Fundação Municipal de Ensino, o Prof. Dr.



Evaristo Marzabal Neves, Diretor da ESALQ, o Dr. Renato França Filho, da Associação Paulista de Medicina, e a Polícia Militar, representada pelo Major Marcolino Vieira.

2. Eventos Cívicos

O IHGP, no ano de 1998, participou das comemorações cívicas de nossos eventos Históricos, fornecendo os Oradores e tendo como coordenador da Comissão de Eventos Cívicos o Prof. Noedi Monteiro, que falou sobre Tiradentes no dia 21 de abril, o Prof. Francislídio Beduschi, no dia 7 de setembro, e o Dr. Erasto da Fonseca na data de 15 de novembro.

3. Comissão de Periódicos e Jornais

Em sala gentilmente cedida pelo Jornal de Piracicaba, instalou-se a Sala de Periódicos e Jornais, do IHGP, com as coleções do **Jornal de Piracicaba**, desde o nº 1 até 1995 e de outros jornais locais, tais como o **Diário de Piracicaba**, **A Tribuna** e outros. Esperamos, em breve tempo, transferi-los para a sede do IHGP.

4. Comissão de Processos Judiciais

Tendo como Coordenador o Prof. Frederico Pimentel Gomes, a Comissão vem realizando as pesquisas nos processos judiciais cedidos pelo Cartório do Júri. Contou com os estagiários Vitor André de Souza e Rogério Martins de Oliveira. Foram catalogados, analisados e cadastrados no computador cerca de 4512 processos; destes, apenas 742 não foram ainda informatizados. Do total, 967 eram datados entre os anos de 1820 a 1970.

5. Convênio com a Prefeitura Municipal

Logo no início de 1998 houve uma reunião da Diretoria do IHGP com o Prefeito Humberto de Campos, no Centro Cívico, para assinatura do Convênio, mediante o qual, a Prefeitura Municipal concederia ao IHGP a subvenção de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) para o ano de 1998. Entretanto, dadas as condições econômicas do Município, o IHGP recebeu R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) apenas, insuficientes para a impressão da revista.

6. Sócios Falecidos no ano de 1998.

Tivemos uma perda muito grande com o falecimento da Professora e atuante Jornalista Nair Barbosa de Almeida Leme e do Dr. Júlio Seabra Inglez de Souza, um dos grandes pesquisadores do IAC no campo da Viti-Vinicultura, e, na ESALQ, na Comissão de Redação da Enciclopédia Agrícola Brasileira.

As nossa homenagens à nossa consócia e ao nosso consócio.

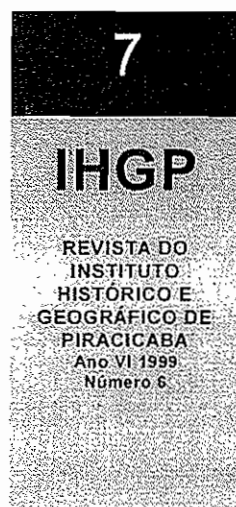


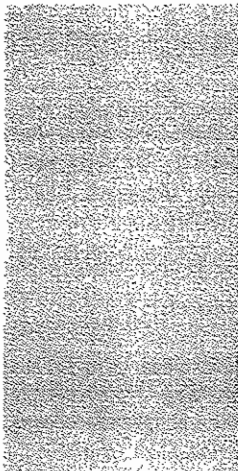
7. Comissão do Almanaque Ano 2000.

Foi escolhida a Comissão de Redação do almanaque Ano 2000, que terá os seguintes participantes: Frederico Pimentel Gomes, Marly Therezinha Germano Percin, Décio Azevedo, Elias Salum, Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho e a coordenação de Cecílio Elias Netto.

8. Quinhentos Anos do descobrimento do Brasil

Foi feita a escolha da Comissão de Organização das Comemorações dos Quinhentos Anos do Brasil, constante dos seguintes associados: Marly Therezinha Germano Percin, Frederico Pimentel Gomes, Francisco de Assis Ferraz de Mello, Noedi Monteiro, Elias Salum e Geraldo Claret de Mello Ayres.





O CASO DAFERT E A INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM SÃO PAULO

Marly Terezinha Germano Perecin¹

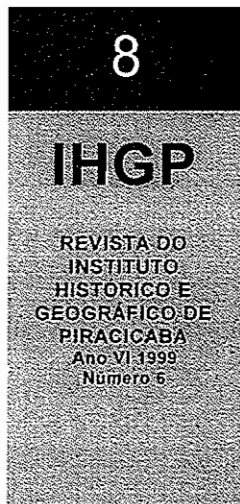
1. Sócia Titular e Ex-Presidente do IHGP.

O Dr. Antônio Gomes do Carmo e o Dr. Luiz Pereira Barreto, dois representantes da *Intellingetzia* do País, na passagem do século XIX para o séc. XX, não eram vozes isoladas na denúncia ao atraso da mentalidade agrícola brasileira, nem falseavam a realidade vigente. O "CASO DAFERT", ocorrido em São Paulo, na penúltima década do século XIX, ilustra o comportamento das elites agrárias em relação à Ciência e à Pesquisa.

O caso Dafert ou, mais particularmente, a experiência de Dafert na Estação Agronômica de Campinas pode ser considerada ilustrativa da mentalidade pouco receptiva ou anticientífica da chamada classe dirigente em São Paulo. Deitou conseqüências sobre a organização do ensino da Agricultura e do Serviço Agronômico em São Paulo.

Em 1887, foi contratado para organizar e dirigir a Estação Agronômica de Campinas o professor Franz Wilhelm Dafert, químico austríaco saído da Universidade de Giessen. A Estação resultara de grande empenho da parte do Ministro da Agricultura, o Conselheiro Antônio Prado, localizando-se na Princesa do Oeste – Campinas, a sede mais importante da expansão cafeeira dos meados do século XIX, na Província de São Paulo. Dafert não introduziu a ciência para efeito de atribuir soluções tecnológicas ou respostas imediatas na agricultura; sempre insistiu que a sua função era de pesquisar ("reconhecimento da verdade") e não a de estabelecer-se como um técnico aplicado na busca de respostas práticas aos problemas agronômicos de urgência.

Quando o Ministério da Agricultura do Império criou a Estação Experimental de Campinas, tendo por escopo convertê-la em eixo da atividade agrícola da Província de São Paulo, as expectativas da classe dirigente eram elevadas. Dafert era um cientista voltado para o estudo das plantas tropicais, a química da nutrição das plantas e da fertilização do solo, conhecimentos científicos que vinham em contribuição para os problemas da agricultura brasileira. Concebia a Estação Agronômica com finalidades científicas de pesquisa, fato que postergava as soluções imediatistas ou o aproveitamento agroindustrial para fase sucedânea. Porém, se reconhece que, apesar de incompreendido, não tentou implantar um modelo discrepante da realidade paulista, dedicando-se a



estudos sobre a nutrição e a adubação dos cafeeiros, que, posteriormente, tiveram aceitação da comunidade científica europeia e praticidade no Brasil. Percebe-se que os seus fins de pesquisa estavam colocados a médio e a longo prazo, a realizar-se numa virtualidade que buscava combinar a realidade econômica com os próprios fatores de produção.

Foi incompreendido pela elites agrárias e pela própria classe dirigente, mesmo da parte dos elementos tidos como os mais progressistas, pois teve o seu contrato rescindido, em 1890, pelo Ministro da Agricultura, e só foi reconduzido à Estação por instância do prestigioso Orville Derby. A Estação Agronômica fora transferida para o governo de São Paulo (Dec. 707, de 08/01/1892), assinalando-se nova fase no seu desenvolvimento, mas não se isentou de incompreensões da parte da classe dirigente e das elites. As versões atribuídas no meio científico ao incidente com Dafert, sob a Monarquia, tornaram-se folclóricas: - os fazendeiros e políticos que, por curiosidade, se dirigiram à Estação implicaram-se, fortemente, com os seus vasos e canteiros; aos mais atilados pareceram *demasiadamente teóricos* aqueles procedimentos e desnecessárias as pesquisas, por mais que Dafert buscasse convencê-los da importância dos seus trabalhos científicos. Fazia parte da mentalidade pragmática da classe proprietária na agricultura cafeeira, a busca e a aceitação de resultados de efeito imediato, que bem poderiam traduzir-se em mézinhas para os males da lavoura e rejeição da especulação científica.²

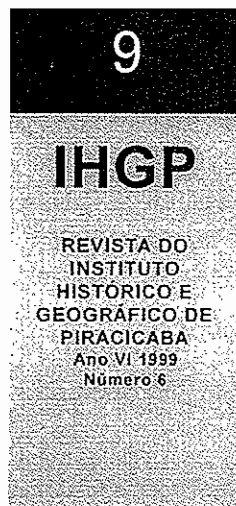
Dafert sempre insistia em suas funções de cientista e não de engenheiro agrônomo, achava-se muito mais preocupado com o conhecimento do que com soluções imediatistas. Entre os seus trabalhos, destaca-se o *Quadro Estatístico da produção do Café na Província de São Paulo no ano de 1886*, publicado nos **Reais Anuários Prussianos**, em 1889. Ali vem a demonstrar os índices de produção das lavouras cafeeiras por áreas de precedência e antiguidade. A decadência das lavouras mais antigas lhe permitiu orientar os trabalhos em relação à recuperação da produtividade, mediante adubação do solo e nutrição da planta. As incompreensões que sofreu, como cientista e as dificuldades no trabalho frente à Estação Agronômica de Campinas, levaram-no ao desabafo:

- Cautela no emprego dos teoremas econômicos estrangeiros quando se tratar de questões paulistas.³

Sob a República, o atraso na aceitação da eficácia da Ciência na construção do progresso voltou a assinalar episódios pitorescos. Em 1897, Dafert se achava licenciado do Instituto Agronômico por um ano, cabendo a sua substituição a Ernest Lehmann, o subdiretor. Neste mesmo ano, o Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Firmino M. Pinto anunciava mudança na linha de estruturação dos trabalhos no IAC, em detrimento do *demasiado científico*, que condenava o trabalho que Dafert, germanicamente, defendia. As suas palavras metabolizam o paradoxo da condenação velada à pesquisa científica: *é pensamento capital da reforma que está prestes a realizar-se, dar ao Instituto Agronômico uma feição mais prática, eliminando tudo quanto haja de demasiado científico (Sic) para o grau de*

2 Simon Schwartzman *et al.* **Formação da Comunidade Científica no Brasil**, p.100 e 101.

3 Zoraide Martins. *Uma História Maior de Cem Anos*, p. 135.



4 Relatório de 1887 apresentado pelo Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas São Paulo, Dr. Fimino M. Pinto ao Dr. Francisco de Assis Gomide, Vice-Presidente do Estado.

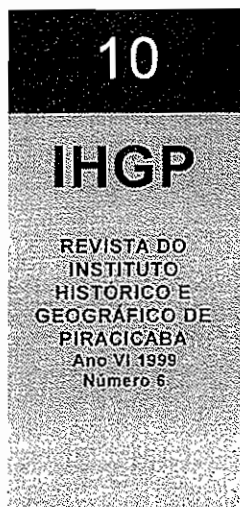
*adiantamento da nossa agricultura e ampliando os aparelhos de demonstração e divulgação práticas, de modo a produzirem resultados mais imediatos em benefício do aperfeiçoamento e inovação dos processos agrícolas.*⁴

A folclórica indefinição entre campos de cultura e campos de experiência e demonstração, entre experimentação e prática agrícola, entre ciência básica e pesquisa, fazia parte daqueles paradoxos alimentados pela classe dirigente nos primeiros tempos de atividade científica em São Paulo. Os impasses gerados, se não truncaram os rumos da produção científica, não raro, retardavam os seus efeitos práticos sobre os fatores de produção, consumando-se o paradoxo entre a virtualização científica e os resultados práticos – estes, ansiosamente, aguardados pela classe dirigente e pela "Intelligentzia" paulista. Os efeitos dessa mentalidade foram experimentados pela Escola Prática de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba (03/06/1901), depois que fizeram sentir o seu impacto no Instituto Agrônomo e na Escola Politécnica, ambos considerados *redutos da ciência institucionalizada*. Essas três instituições eram nascidas do empenho e da esperança de que se convertessem em centros de transferência do conhecimento científico e da tecnologia aos setores produtivos da agricultura paulista.

O Instituto Agrônomo de Campinas, nascido Estação Agrônoma (Lei nº 3314 de 16/10/1886), foi o segundo mais antigo centro de produção científica voltada para a pesquisa em São Paulo. Precedeu-o, em alguns meses, a Comissão Geográfica e Geológica (Lei nº 9 de 27/03/1886 e Resolução de 07/04/1886), da qual foi encarregado o geólogo norte-americano Orville A. Derby, havendo por finalidade proceder ao levantamento das cartas topográficas, itinerárias, geológicas e agrícolas. Seguiram-se o Instituto Bacteriológico (1893) e o Butantã (1899), voltados para a pesquisa ligada à Agricultura. O Museu Paulista (1893) objetivava a *ciência pela Ciência*, sem aplicação imediata. Aos poucos foram-se delineando os campos da atividade científica. No Brasil havia o Jardim Botânico (D. João VI), o Museu Paraense (Goeldi, 1893) e o Instituto de Manguinhos (1900).

Excetuando-se as academias de Direito de São Paulo e Olinda, a ciência básica e a pesquisa básica produzidas para o ensino na área de Ciências Exatas e Biológicas, vinham do Império com as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (D. João VI), a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), a Academia da Marinha (D. João VI), a Engenharia do Rio de Janeiro, da qual se separou, em 1874, a Engenharia Civil, sob a denominação de Politécnica, as Escolas de Agronomia da Bahia (1875) e de Pelotas (como curso superior, desde 1890). Do início da República procediam aquelas organizadas na última década do século XIX, a Politécnica de São Paulo (1893/4), a Engenharia Mackenzie (1896), a Engenharia de Porto Alegre (1896), a Escola Livre de Farmácia de São Paulo (1898).

Embora tais criações denotem o avanço em direção à Ciência Moderna que transformava a face do mundo, durante o século XIX, era muito pouco, se comparado aos esforços do Japão, da Índia e da Austrália, diluindo-se na continentalidade brasileira, fenômeno ao qual



se deve associar o proverbial *atraso* da mentalidade das frações da chamada classe dominante. A pesquisa tecnológica, propriamente dita, esta só terá vez no século XX, a partir da segunda década, procedente de três instituições desse período, o Instituto Agrônomo de Campinas (1887), o Gabinete de Resistência de Materiais da Politécnica de São Paulo (1894) e do Serviço Geológico e Mineralógico do Rio de Janeiro (1907). A implantação da ciência básica aplicada à educação técnica e à pesquisa teve-lhes precedência.⁵

A busca pelo conhecimento nas ciências matemáticas, físicas e biológicas é antiga. Elementos procedentes das camadas dominantes da Colônia, os Ilustrados, sempre se fizeram notar, alguns com projeção internacional. Entre os séculos XVIII e XIX, multiplicaram-se os exemplos de Ilustrados brasileiros *crentes no poder da razão, única e universal e na função pragmática da ciência a serviço do progresso material...*⁶ Parecia-lhes necessário e urgente integrar o Brasil na cultura ocidental. Muitos desses Ilustrados clássicos destacaram-se como introdutores de inovações e experiências importantes, mormente na área da agricultura. À sua contribuição, somaram-se as iniciativas dos moços que, durante a fase da Monarquia, especialmente no Segundo Reinado, buscaram formação científica e universitária na Europa, mormente, nas áreas de Medicina e Engenharia. A sua obra reformista no Brasil assumiu viéses romântico-naturalistas (5), deixando lastro para importantes instituições. Contribuíram para a formação de uma "Intelligentzia" brasileira, no século XIX, os próprios se manifestaram como grupo de pressão através do publicismo, das associações de classe e das conferências públicas, em favor do desenvolvimento da educação e das condições materiais do País.

Porém, o fenômeno não era suficientemente forte para ganhar as mentalidades e obter decisivo apoio em favor da atividade científica generalizada, contagiar os representantes políticos das elites dominantes e atuar, através da classe dirigente do País, transformando a ordem estabelecida. Mesmo em nível da "Intelligentzia" a manifestação da mentalidade científica e tecnológica foi mais lenta, inclusive na área da educação, ressaltando-se iniciativas isoladas na Bahia e no Rio de Janeiro. No entender do Prof. Schwartzman, teria sido a falta de uma base social definida, da qual resultariam o apoio político, o interesse governamental e os investimentos de capital, a responsável pela pouca expressividade da Ciência no Brasil, durante o século XIX, bem como o atraso do estabelecimento de uma mentalidade científica e tecnológica.⁷

Ocorre que a "base social" faltante estava a refletir determinada ordem, à qual correspondia, por sua vez, uma certa visão de mundo. Até o século XIX, era expressiva a herança colonial com as suas drásticas manifestações imperialistas sobre as mentes, sobre o não pensar adequadamente em termos da representatividade, do poder, dos comportamentos sociais e organizacionais, do saber coletivo e institucionalizado, via educação pública.

Pelas ambicionadas transformações estruturais na ordem sócio-econômica brasileira, operadas no interior da agricultura e transferidas aos setores secundário e terciário, o Brasil haveria de aguardar a geração dos agrônomos científicos tidos por verdadeiros agentes da

5 Milton Vargas (org.) História da Técnica e da Tecnologia no Brasil, op. Cit., p.213 e seq.

6 Maria Odila da Silva Dias. Aspectos da Ilustração no Brasil, p.134.

7 Simon Schwartzman e col. A Formação da Comunidade Científica no Brasil, op. cit., p.80-81.

modernização no País, a partir das suas origens matriciais Esalqueanas (ESALQ). Com eles, a utopia romântico-naturalista de Luiz de Queiroz e Leon Alphonse Mormont se convertia em realidade, através de uma Escola Prática de Agricultura, originalmente de nível secundário.

CONCLUSÕES

Analisamos no início deste estudo alguns aspectos teóricos do Ruralismo, enquanto mentalidade, pensamento e prática, nos planos individual e coletivo, para delimitar os espaços em que situamos o processo de desenvolvimento do projeto sobre o ensino agrícola e a sua construção em bases concretas no Estado de São Paulo, particularizando na Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, em Piracicaba.

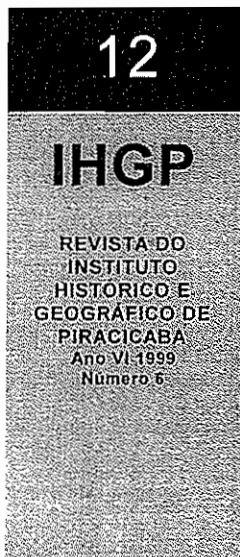
Destacamos dois autores de ilustração europeia, pela importância dos seus textos publicados no período e pela relevância da sua atuação no interior da classe dirigente do País. O Dr. Antonio Gomes do Carmo, representante da Sociedade Nacional da Agricultura no Rio de Janeiro, atuou decisivamente em favor da criação e instalação do Ministério da Agricultura (1906-1910). A defesa empreendida quanto ao ensino e a tecnificação da agricultura, mediante exemplos concretos e grande experiência no Vale do Paraopeba, Minas Gerais, de certa forma endossava as pretensões dos paulistas, quanto à escola de Piracicaba.

Da parte do Dr. Luiz Pereira Barreto, intelectual de atuação em várias frentes da cultura brasileira, justamente considerado o *mentor* de uma geração, a sua interferência decisiva, tanto na fase de demanda pela sensibilização do poder, quanto naquela da instalação da Escola. Professores e alunos da Luiz de Queiroz o tiveram em grande consideração, durante a Primeira República, como aliado e defensor.

A atuação destes dois representantes da *Intelligentzia* brasileira foi considerável no enfrentamento dos tabus e preconceitos da classe dominante com relação à atividade científica, fortemente, assinalada pelo *Caso Dafert*, ocorrido na última década do século XIX, justamente quando se tentava levantar a proposta do ensino agrícola em São Paulo.

Estas lideranças do pensamento ruralista reforçavam, em cada pronunciamento, as idéias, já lançadas pelos reformistas do Vale Médio do Tieté, Luiz de Queiroz, Paula Souza, Tibiriçá repercutiram entre as representações progressistas da classe dominante no Congresso Paulista. No conjunto, a atuação foi decisiva para a consolidação das instituições de pesquisa, já instaladas, e para a criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, da Escola Politécnica e do seu curso de Engenharia Agrônoma, do Serviço Agrônomo, mediatizado pela Grande Lei de 1898, e da Escola Agrícola Prática de Piracicaba. Contribuíram para a demolição dos preconceitos contra a pesquisa, a ciência e o trabalho na agricultura, para o advento dos resultados práticos, ansiosamente, aguardados.

A geração de agrônomos, tidos por *agentes da modernização na Agricultura Brasileira* (Sonia Regina de Mendonça, 1990), tem muito a lhes dever. O País também.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

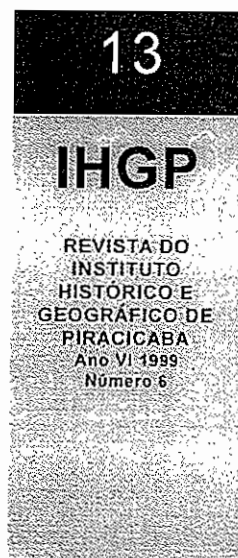
Dias, Maria Odila da Silva. **Aspectos da Ilustração no Brasil**. Revista do IHGP.

Martins, Zoraide. **Agricultura Paulista. Uma História maior que 100 anos**. São Paulo. Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1991

Nagle, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 1ª reimpressão. São Paulo, E.P.U., 1976.

Schwartzmann, Simon *et al.* **Formação da Comunidade Científica no Brasil**. S.P., Ed. Nac. – R.J. FINEP, 1979.

Vargas, Milton org. **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo. C.E.E. Tec. Paula Souza, 1994.





PIRACICABA DE OUTROS TEMPOS - A Forca de 1853¹

Nelson Camponez de Oliveira²

1. Do Jornal de Piracicaba, no dia de seu 53º aniversário. Publicado na Gazeta de Piracicaba de 30/09 ou 01/10/1936.

2. Nascido a 26/05/1901, em Piracicaba (SP), filho de João Francisco de Oliveira Neto e Eleonora Kronka de Oliveira. Professor Primário, formado pela Escola Normal de Piracicaba. Contador pela Escola Técnica de Contabilidade Cristovão Colombo, tendo cursado, também, a Faculdade de Direito até o último ano, sem entretanto, se diplomar.

Foi professor de Português no Colégio Assunção, revisor do Diário de

Havia também a Forca, situada pouco acima do Itapeva, na quadra formada pela rua do Porto (a rua que desce para o porto, rua dos Pescadores, atualmente rua Prudente de Moraes) e a rua do Bairro Alto (rua Direita do Bairro Alto, atual Moraes Barros), segundo uns; segundo outros, com provável certeza, no terreno até há pouco ocupado pela Santa Casa de Misericórdia, isto é, à direita da rua do Bairro Alto e no fim da rua da Forca, que posteriormente veio a se chamar Rua da Misericórdia.

Esta dúvida é principalmente devida ao fato de constituir aquele terreno um vasto largo quase despovoado, que ia desde a rua dos Pescadores até a rua da Quitanda (rua XV de Novembro).

Não colhemos notícia de que tivesse havido alguma "execução" em nossa terra. Sem embargo disso, o local era justamente afamado, perigoso a deshoras e o povo murmurava lá suas coisas a respeito, mesmo porque à noite, não raro, havia agressões por parte de escravos embriagados e desordeiros, de negras bêbedas, de jogadores tresnoitados que regressavam do mal reputado Bairro Alto.

Construída de sólido madeiramento, a velha Forca resistia perene à intempérie, à faca dos garotões rabiscadores, à odiosidade da população, que via naquele esqueleto enxovalhado pelo tempo u'a ameaça constante à segurança e à liberdade. Certo dia, porém, teve o seu fim, abatida pelo machado vandálico de um inimigo da tirania. Interessante ou não, o fato é absolutamente verídico e nessa persuasão o passamos a narrar:

Autorizado pela Câmara, o fiscal Joaquim José da Silva resolveu desmontar a velha e inútil forca existente ao lado direito da rua do Bairro Alto, a fim de aproveitar os carcomidos esteios, para servirem de mourões do portão do matadouro Velho.

Entretanto como houvesse sobra de madeira estragada e inaproveitável, entendeu "passar a cobres" toda essa paulama inútil e, nesse intuito, dirigiu-se até a loja de José Antonio Faria, no Bairro Alto, onde, após dois dedos de prosa com o negociante, tentou a transação.

José Antônio Faria desinteressou-se, mas sugeriu-lhe que vendesse ao Chico Padeiro, aliás Francisco Martins, aí presente. O padeiro, antevendo uns lucrinhos fáceis, fez a oferta de mil réis e fechou negócio

14

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

com o jeitoso fiscal sob a ressalva de dois mourões dos melhores que ficariam de posse da Câmara. É bem de haver que a combinação só teria efeito quando se verificasse o desmonte da Forca, daí a poucos dias. Tratava-se, pois, de um "biscate", de um "acheço", que Joaquim José da Silva acrescentava ao seu parco ordenado. Iria lá a Câmara ordenar transações mesquinhas que tais...

Regressando à sua casa, na imediações do largo da Forca, Chico Padeiro encontrou-se com o seu vizinho, o sapateiro Daniel de Oliveira Franco e, por sua vez, transferiu-lhe o negócio nas mesmas condições, pelo preço de mil e quinhentos réis e mais uma garrafa de vinho que beberam para "celebrar". Ambos saboreavam com requinte o excelente vinho português de quinhentos réis a garrafa: um, porque abichou facilmente certo lucrinho de se não desprezar naqueles bons tempos; outro, porque o animava um pensamento interior que o fazia babar de gozo... Chico Padeiro saiu com a impressão de que o parceiro não estava "regulando" bem.

Muito contente da vida, Daniel de Oliveira Franco preparou cuidadosamente o machado, mergulhou-o numa tina d'água, afim de dilatar o guarantã do cabo — não fosse desprender-se o instrumento em meio da operação — afiou a embotada lâmina e, sem mais consulta, à tarde de 24 de outubro de 1853, com surpresa geral começou a destruir aquela carcaça imprestável, gretada e apodrecida pela ação do tempo e pela dejeção de um sem número de corvos que faziam do instrumento de suplício - símbolo da onipotência imperial — um improvisado poleiro, disputado furiosamente a bicadas e sob um esvoaçar atormentador.

Juntaram-se curiosos: gente que voltava do serviço, gente ociosa, negróides incorrigíveis que acompanhavam a trajetória da arma entre risos e bulha para ver quem suportaria, sem fechar os olhos, o som brusco e seco do ferro sobre o esteio. E nessa matinada punham em risco a própria integridade desviando-se desajeitadamente das lascas que vomitavam da ferida aberta na madeira e que cortantes riscavam o ar. Negras velhas, "pitando", distribuíam ralhos aos moleques e em vão procuravam arredá-los dos "sinhozinhos" que de cambulhada se enfiavam por entre a "gente grande", merecendo de uns e de outros imprecações e "cascudos".

Sob a tortura das violentas machadadas, estalava a mal segura Forca. Gemia a madeira e gemia o homem quando, no meneio do pesado instrumento, os braços se retesavam e o peito, subjugado ao mesmo ritmo, arfava cavernosamente. O som das pancadas vinha ecoar nas barrancas do Itapeva, ao passo que repercutia na mente do trabalhador como uma obsessão:

— Abaixo a tirania! Abaixo a tirania! Ab...

... e lá ruiu um esteio. Depois, outro. E no meio de uma aglomeração de gente, entre curiosa e espantada, Daniel de Oliveira Franco cerceou os três mourões, despregou o solho, desconjuntou toda a arrumação. Calculando ceder ao fiscal dois outros mourões que possuía e que reputava mais fortes e prestativos, escavou tudo e, com a ajuda da criança, improvisou uma enorme "caieira".

Os corvos revolteavam no espaço, assustados, irritados, como se protestassem contra aquele inopinado esbulho da propriedade que

Piracicaba e jornalista tendo publicado cerca de uma centena de artigos, em sua maioria, versando sobre a História de Piracicaba, ou comentários de tópicos locais, nos Jornais de Piracicaba, Diário de Piracicaba e na Gazeta de Piracicaba.

Fez parte das Comissões de instalação da Biblioteca Pública Municipal, em 1939, e, depois, nas Comissões de Assessoria da mesma, por diversos anos, ao lado de Leandro Guerrini. Fez parte, também, das Comissões Municipais de História e Geografia, durante as gestões dos Prefeitos Dr. José Vizioli, Ricardo Ferraz de Arruda Pinto, e do Dr. Jorge Pacheco e Chaves.

O presente artigo foi publicado pela primeira vez na Gazeta de Piracicaba de 30/09 ou 01/10/1936. Faleceu em 1952, aos 51 anos de idade, já aposentado, como Diretor que foi dos Grupos Escolares de Tanquinho, Gabriel de Oliveira em Santa Bárbara do Oeste, e, finalmente, do Prof. Carlos Soderro, no Bairro Pau Queimado.

Foi alvo de diversos artigos congratulatórios, entre eles os do Prof. Leandro Guerrini e do Prof. Joaquim

15

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

do Marco. Segundo Leandro Guerrini, foi um batalhador insigne. Foi professor em toda linha, devotado à causa do ensino. Em segundo lugar, foi historiador, historiador de Piracicaba, mestre da floração dos historiadores do seu tempo.

pacificamente desfrutavam havia tantos anos... Muitos deles, quem sabe?, assistiram à implantação do velho poleiro que viam agora derruído pelas mãos malvadas dos homens. Por fim, exaustos dessa acrobacia e acossados pelas sombras da noite próxima, sumiram, muito corridos, em demanda de outros lugares.

Após bom descanso e truculenta ceia, ingerida com o vagar de quem sabia apreciar os bons quitutes, o sapateiro ateou fogo à caieira e, em breve, grossas labaredas lambiam o ar úmido da noite. Inspirado do espetáculo que o brasido recordava: as festas populares do milagroso Padroeiro, as funçanatas do largo de Santa Cruz, a Santa Cruz Velha, a Santa Cruz do Mato, Daniel não pôde sopitar o desejo de soltar foguetes — aqueles celebrizados rojões de bomba que o habilíssimo Joaquim Inácio de Oliveira fazia para as grandes festas.

Chiii! ... Pum! ... Pum! ... Puúm!... E o risco de fogo cortava o céu para bem do alto descambar e voltar, desfazendo-se em formidáveis explosões que estremeciam a pacatez da sonolenta cidadezinha da Constituição. A cada estouro, enchia-se de volúpia o semblante do sapateiro, que parecia gritar a todo mundo:

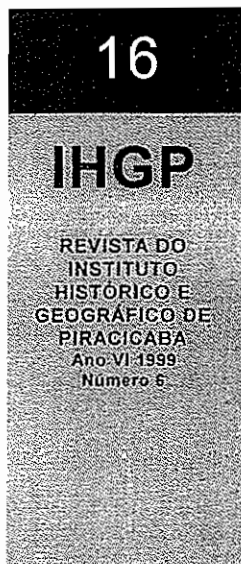
— Abaixo a tirania! Abaixo a tirania!

Acabados os rojões, um trabuco de "alma larga" urrou por várias vezes, festejando a queda da força. Que extraordinário trabuco! Parecia "roqueira"...

A esse tempo, a cidade estava em alvoroço. Comentava-se o acontecimento. Rodinhas de "mala-línguas" rumorejavam nas imediações do Pátio da Matriz. Quem teria permitido tal insulto às Justiças do Imperador? Quem teria se atrevido a tamanho desacato ao Governo? À Câmara? Aos costumes da ordeira população? E não demorou muito tempo que uma escolta de "permanentes" procurasse em vão, em sua casa e outros lugares o cauteloso "herói", que, meio apavorado pelas conseqüências do seu ato irrefletido, se homiziara.

Violentemente instaurou-se processo crime, com mandado de prisão contra o réu e este, ameaçado em sua segurança, não pôde assistir à formação de culpa até que prestou fiança, arbitrada em 510\$000 réis (quinhentos e dez mil réis) valor respeitabilíssimo para aquela época. Foi pronunciado pelo artigo 266 do Código Penal de então, com concorrência de circunstâncias agravantes e obrigado à prisão e livramento.

O réu apelou da sentença, baseado em que a denúncia foi feita pelo fiscal Joaquim José da Silva, o mesmo que propusera a transação, funcionário incompetente para representar a Câmara em juízo, visto como esse papel caberia à Procuradoria Judicial. Após uns tantos embaraços, Daniel de Oliveira Franco viu-se livre, em conseqüência de o Dr. Teófilo Ribeiro de Rezende, juiz de direito, ter dado provimento ao recurso imposto e revogado a sentença de pronúncia, lavrada pelo subdelegado, capitão Salvador de Ramos Correia.



CURIOSIDADES LINGÜÍSTICAS

F. Pimentel Gomes¹

Com área apenas uns 21% maior que a do Brasil, tem a Europa cerca de 30 países e não menos de 120 idiomas e dialetos, alguns importantíssimos, como o Inglês, o Espanhol, o Português, o Alemão e o Italiano, outros de menor interesse, como o Gaélico, da Irlanda e da Escócia, o Basco, o Catalão e o Galego, da Espanha, ou o Cockney, dialeto londrino.

Cada língua tem suas particularidades, seus problemas, algumas regras fáceis, outras bem difíceis. No Português, no Espanhol e no Francês, a conjugação dos verbos é difícil, com flexões numerosas, cheias de exceções e de dúvidas. Já no Inglês a conjugação é fácil, as flexões são poucas, as regras são simples. O modo subjuntivo pode-se dizer que não existe, pois só resta no pretérito imperfeito do verbo *to be*. Por outro lado, porém, a pronúncia é problema sério, com mais exceções do que casos normais. Quando algum cidadão inglês ou estadunidense dá o seu nome, oralmente, logo o outro pergunta: "How do you spell it?", isto é: Como se escreve? Porque sem esta explicação ninguém tem segurança quanto ao modo de escrever.

O Francês também não é fácil de pronunciar, mas as dificuldades são muito menores do que no Inglês. Das línguas que conheço, a de pronúncia mais fácil parece ser o Espanhol, idioma que tem somente cinco sons vocálicos, em comparação com 17 no Português do Brasil. Além disso, as regras ortográficas e de pronúncia são muito claras. Já o Inglês tem numerosíssimas vogais, 33 segundo o dicionário Webster.

A curiosidade maior do Francês são os numerais, que têm coisas estranhas. Por exemplo, o Francês clássico, da França, não tem palavras correspondentes a setenta, oitenta e noventa. O número setenta se diz "soixante-dix", isto é, sessenta e dez. A seguir vêm: "soixante-onze" = sessenta e onze (71), "soixante-douze" = sessenta e doze (72), e assim por diante. O numeral oitenta se traduz por "quatre-vingts" = quatro vintes. Vêm depois quatro vintes e um = 81, até "quatre-vingt-dix-neuf" = 99. No entanto, na Suíça e na Bélgica os cidadãos da Língua Francesa usam "septante" para setenta, em lugar

1. Sócio Titular e Ex-Presidente do IHGP.

17

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

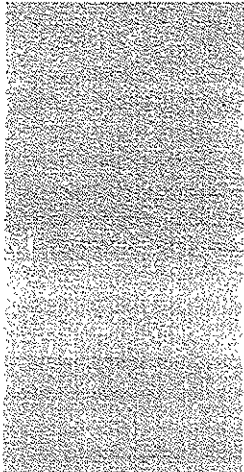
de "soixante-dix". Por outro lado, no Canadá e na Suíça o "quatre-vingts" é substituído por "octante", e há ainda a palavra "nonante" para substituir "quatre-vingt-dix" = 90.

Caso curioso é também o da palavra bilhão ou billão, "billion", em Inglês e Francês. "Billion" em Alemão, "billon" em Espanhol, "bilione" em Italiano. No Brasil e nos Estados Unidos o bilhão equivale a mil milhões = 10^9 ; na Argentina, na Grã-Bretanha, na França e em outros países é um milhão de milhões = 10^{12} . O bilhão brasileiro corresponde ao "milliard" dos franceses, ao "miliardo" dos italianos, ao Milliarde dos alemães. Na Argentina o nosso bilhão se diz "mil millones".

18

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



A FAMÍLIA DUTRA

Francisco de Assis Ferraz de Mello¹

INTRODUÇÃO

Muitas vezes se pergunta: – Como Piracicaba, uma cidade pequena do Interior paulista, pôde manter por tanto tempo um grupo de artistas pintores de tão alto nível? Existem várias hipóteses para explicar essa questão. Entre as razoáveis, a que segue é bem possível.

Aqui viveu Miguel Arcanjo Benício da Assumpção Dutra, patriarca de uma descendência de excelentes artistas que permaneceram radicados em Piracicaba. Cultos, estudiosos e trabalhadores, não só não descuidaram da arte, mas a aprimoraram e a defenderam, às vezes de maneira até muito enérgica.

Como Miguelzinho chegou a Piracicaba em 1844 e os últimos dos irmãos Dutra faleceram em 1983, conclui-se que os artistas dessa família estiveram nesta cidade por um período de 140 anos, aproximadamente. Aqui fizeram e propagaram a pintura.

A seguir, algumas informações sobre os Dutra.

MIGUEL ARCANJO BENÍCIO DA ASSUMPÇÃO DUTRA

Nascimento: Itu, SP - 15/08/1810

Morte: Piracicaba, SP - 22/09/1875

Miguelzinho veio para Piracicaba em 1844, para trabalhar na construção da Igreja Matriz. Ai fez de tudo, de entalhador a mestre-de-obra. E Piracicaba ganhou muito com a sua vinda.

Para ter uma idéia do valor desse homem, veja-se o que algumas pessoas ilustres disseram dele (Dutra, 1972):

a) Afonso d'Escragnole Taunay – *Obediente a uma irresistível vocação, viveu para a sua arte e a sua fé. Desenhou, pintou e construiu igrejas por mais de meio século. ... Benemérito Miguelzinho Dutra: quanto lhe deve a nossa tradição.*

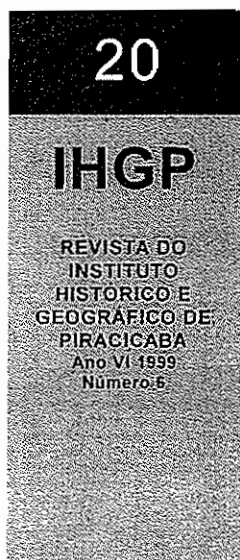
b) Augusto Emílio Zaluar (literato belga): *... Miguelzinho é um desses homens que a Providência quase sempre escolhe entre o povo para confiar a santa realização dos seus desígnios.*

1. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), Professor Titular (aposentado) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)

19

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



c) Barão de Tschudi (sábio e naturalista suíço): *Este modesto homem, infatigavelmente laborioso e imensamente talentoso, teria, com certeza, se tivesse recebido educação européia, angariado celebridade.*

d) Azevedo Marques: *Pintor de raça, foi, talvez, o homem que mais pintou em terras de São Paulo. Percorrendo grande número de cidades nossas, aparecia em todos movimentos de festas patrióticas, pintando em arcos de triunfo, erguendo colonatas em cores simbólicas, prestando o concurso de sua inspiração ao realce das festividades cívicas e religiosas.*

e) Brasílio Machado: *Ativo, inteligente, trabalhador, era versado em quase tudo; bom violinista, versado em teologia. reunindo a todos estes dotes a mais fina educação.*

Miguelzinho nunca se omitiu em questões de interesse popular. Entre as suas muitas realizações em Piracicaba, podem-se citar: a) participação na construção da Igreja Matriz; b) reforma do teatro; c) fundação de um museu, o primeiro da Província de São Paulo e do Interior do Brasil; d) participação na construção de um cemitério; e) idealizador e construtor da Igreja de São Benedito; f) colaborador na construção da primeira Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba; g) Construtor do Sagrado Passo, para as procissões de Domingo de Ramos.

De acordo com Setembrino Petri, Diretor do Museu Paulista (Bardi, 1981), Miguelzinho, Hércules Florence, Jean Baptiste Debré e Adrien Taunay constituem a fonte de documentação mais preciosa da iconografia paulista do século XIX.

De acordo com seu bisneto, Archimedes Dutra, o que se destaca na obra de Miguelzinho é a independência de sua personalidade, no espírito e na técnica, em confronto com os artistas europeus das Missões Culturais trazidas para o Brasil nos tempos do Império. Ele mostrou, de modo insofismável, a possibilidade de independência da pintura brasileira da européia, o que foi completado, mais tarde, por Almeida Júnior.

Realizando o que nenhum outro artista brasileiro fizera até então, sabido como é que a arte da pintura entre nós, na época da Colônia e do Primeiro império, funcionava atendendo exclusivamente aos serviços da religião, Miguelzinho inaugurava, na História das Artes Plásticas no Brasil, o capítulo novo da iconografia — gênero de pintura naturalista e descritiva por excelência.

Tudo lhe interessou na multiplicidade dos assuntos, desde o histórico ao folclórico, paisagístico, social e religioso, até as simples figuras dos tipos populares. A expressão da vida, tomada nos seus termos reais, foi registrada pelo pincel fecundo de Miguelzinho, fazendo com que o "hoje" do Império pudesse chegar até nós trazido pela inspiração de um artista capaz de oferecer provas concretas do seu imenso talento.

Miguel Benício foi homem muito religioso e caritativo. Foi sepultado em Piracicaba, na Igreja da Boa Morte, que ajudara a construir.

JOAQUIM MIGUEL DUTRA

Nascimento: Piracicaba, SP — 16/06/1864

Morte: Piracicaba, SP — 29/04/1930

Joaquim Dutra era neto de Miguel Arcanjo Benício da Assumpção Dutra e não teve a erudição de seus filhos Alípio, João, Antônio de Pádua e Archimedes. Mas teve, sem dúvida, a mesma alma poética.

Profissionalmente, foi pintor e decorador de paredes e de igrejas, músico nas horas vagas e escultor em madeira.

Relativamente à música, tocava oficleide e o seu instrumento se encontra, atualmente, no Museu Prudente de Moraes, de Piracicaba. Muitas vezes teve por parceira, ao piano, a Baronesa de Rezende. Deixou várias composições musicais.

Vendo-se, hoje, as suas obras, pode-se reconhecê-lo como um pintor primitivo. Foi o que mais pintou o Rio Piracicaba.

Pintava os seus quadros com muita poesia e ternura, mas freneticamente, não raro em série, muitas vezes passando-os sobre as labaredas do fogão a lenha para que secassem mais rapidamente. Depois os vendia a preços irrisórios ao primeiro interessado. E bebia cerveja e comia pastéis.

Boêmio inveterado, era apaixonado por quatro coisas: pintura, pescaria, cerveja e jogo do bicho.

Muitas coisas se contam sobre esse piracicabano querido. Vejam-se alguns casos:

- Certa vez, pescava quando ouviu o pipocar de rojões anunciando que o resultado do jogo do bico havia saído. Dirigiu-se, então, a um botiquim da Rua do Porto e, conferindo o resultado, notou que havia ganho. Voltou imediatamente ao barranco, pegou os peixes ainda vivos e soltou-os, exclamando: - "Coitadinhos, vão viver."
- Uma ocasião, foi vender quadros em São Paulo e uma senhora quis adquirir uma paisagem de Piracicaba. Não tendo mais e, para não perder a freguesa, disse-lhe que no dia seguinte lhe traria um. Durante a noite pintou uma paisagem piracicabana e a entregou à compradora com a tinta ainda úmida.
- Joaquim, no exercício de sua profissão, com certa frequência se afastava de Piracicaba, às vezes, por vários meses. Num de seus regressos ao lar, viu um menino no chão engatinhando e perguntou à esposa:
— Marvina, de quem é esse?
E a esposa lhe respondeu:
— É seu, seu tranca.
O menino era Archimedes.

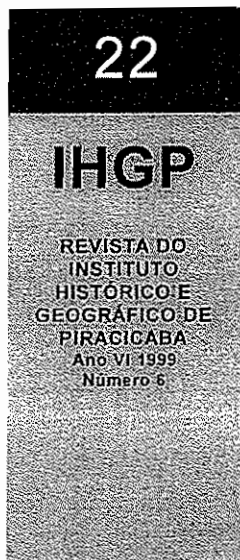
Essas histórias, até certo ponto, são verdadeiras e são relatadas por pessoas da família.

De qualquer forma, foi um grande pintor e um grande boêmio. *Ele viveu para pintar*, disse, um dia, seu filho Archimedes.

21

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI: 1999
Número 6



COSENTINO (1985), que fez um bom trabalho sobre Joaquim Dutra, diz o seguinte:

... tinha o espírito de artista, o temperamento de artista, a despreocupação comum a tantos artistas. Essa é a atmosfera que vamos encontrar em seus quadros...

E mais adiante:

Quem tiver quadros de Joaquim Dutra, tenha o cuidado de remover-lhes respeitosamente o pó, de retirá-los eventualmente de trás dos armários e mandar restaurá-los. E se as telas deste artista não tocarem seu coração, melhor vendê-las a quem as saiba apreciar e respeitar. Porque já passou o tempo em que esses quadros feitos tão espontânea e despreocupadamente passavam por manifestações plásticas sem importância.

Daqui para a frente eles serão o retrato de um mundo em desaparecimento ou talvez já perdido, o espelho mágico onde uma Piracicaba cheia de cicatrizes causadas por incessantes retalhamentos e envelhecida pela destruição de suas belezas, poderá ainda contemplar seu rosto de ontem.

OS BISNETOS DE MIGUEL ARCANJO BENÍCIO DA ASSUMPCÃO DUTRA

Joaquim Dutra teve seis filhos, dos quais quatro pintores ilustres. Foram todos professores formados pela Escola Normal de Piracicaba e, após lecionarem em outras cidades do interior de São Paulo, se tornaram professores de Desenho da Escola onde se formaram.

ALÍPIO DUTRA

Nascimento: Jaú, SP – 1892

Morte: São Paulo, SP – 1964

Por concurso, no qual obteve o primeiro lugar, ganhou o prêmio Pensionato Artístico, do Governo de Estado de São Paulo, em 1912.

No ano seguinte foi a Paris, a fim de estudar pintura na *Académie Julien*, escola particular muito conceituada, cujos alunos obtinham o maior número de prêmios de Roma.

Em 1914 retornou ao Brasil, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial, e foi lecionar para adultos, numa escola do Cambuci, São Paulo. Nessa época trabalhava e se dedicava às atividades artísticas durante cerca de 15 horas, diariamente.

Em 1919, retornou à Europa, indo trabalhar no Comissariado do Estado de São Paulo, em Bruxelas, e ingressou, por concurso, na Real Academia de Belas Artes, tendo sido admitido em primeiro lugar e com a mesma classificação no curso de retrato a óleo. Aí conseguiu 5 prêmios em um ano.

Deixando a Academia, em 1921, foi trabalhar no Consulado Geral do Brasil, no Havre, onde ficou pouco tempo. Daí foi para Paris, como adido comercial adjunto na Embaixada do Brasil.

Em Paris, por concurso, foi admitido na Escola Nacional de Belas

Artes, concorrendo com 600 candidatos por uma das 20 vagas oferecidas.

Em 1921 e 1922 expôs, com sucesso, no Salão dos Artistas Franceses, paisagens e figuras.

Em 1926 foi designado para dirigir o programa de propaganda do café, do Instituto Brasileiro do Café, na Europa. Nessa função percorreu a França, a Bélgica, a Holanda, a Alemanha, a Espanha, a Itália, a Checoslováquia e a Polônia.

Permaneceu na Embaixada até 1931 e como funcionário do IBC até 1934, quando foi extinto o escritório em Paris.

Em 1922, por força do ofício, escreveu o trabalho *L'industrie du froid au Brésil*, apresentado em Congresso Internacional.

Durante o tempo que esteve à frente do IBC na Europa, redigiu e conseguiu que o Governo Francês aprovasse uma lei de proteção ao café torrado.

Seus serviços como funcionário da Embaixada do Brasil foram reconhecidos pelo Governo Francês, que lhe concedeu a Cruz de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra.

Em 1934 Alípio Dutra retornou ao Brasil e foi dirigir a Agência do IBC no Rio de Janeiro. Realizou, ainda, várias funções de caráter internacional para o Governo do Estado de São Paulo.

Participou de Comissões de Organização, Seleção e Premiação do Salão Paulista de Belas Artes e foi membro do Conselho de Orientação Artística do Estado de São Paulo.

Como membro do Conselho iniciou um movimento para reverenciar a memória de Almeida Júnior, erigindo-lhe um monumento e um mausoléu.

Além do Salão dos Artistas Franceses, Alípio foi laureado no Salão Nacional de Belas Artes e no Salão Paulista de Belas Artes. Neste obteve os prêmios principais: Grande Medalha de prata (1941), Grande Medalha de Ouro (1943), Prêmio Fernando Costa (1943), e Medalha de Honra (1959). Em 1953 conquistou o Primeiro Prêmio no Salão de Belas Artes de Piracicaba.

Patriota sincero, estando em Paris, prestou serviços assinalados ao ideal da Revolução de 1932, como agente de ligação entre brasileiros e os meios políticos da Europa. Por isso recebeu a Medalha Constitucionalista de 1932.

Como disse Guerrini (1984), Alípio Dutra era cavalheiro de fino trato e possuía disposições inatas para a diplomacia e o *gentleman* não fugia à oportunidade de ser útil ao solo pátrio.

Faleceu em São Paulo e foi sepultado em Piracicaba.

Entre os artistas, foi o irmão mais velho:

JOÃO DUTRA

Nascimento: Rio Claro, SP — 14/06/1893

Morte: Piracicaba, SP — 25/12/1983

Artisticamente, seu primeiro mestre foi seu pai, Joaquim Dutra. Posteriormente, é de se supor, deve ter-se aproveitado dos conhecimen-

23

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI/1999
Número 6

tos de seu irmão Alípio, que retornara da Europa em 1914.

Contudo, em 1919 Alípio retorna à Europa. Dessa época em diante, João deve ter-se tomado autodidata.

Em 1930 morre-lhe o pai. Alípio, o irmão mais velho se encontrava na Europa. Antônio de Pádua e Archimedes eram os mais jovens. Por isso, João desempenhou funções importantes na condução de uma família de poucos recursos econômicos. E tinha, ainda, a irmã Helena.

João Dutra pintou, sobretudo, paisagens e naturezas mortas. À medida que os anos se passaram foi abandonando as paisagens e se preocupando mais com as naturezas mortas, no que se tornou mestre.

Foi oficialmente convidado para expor na Bernheim Jeuné, de Paris, uma das mais famosas galerias de arte do mundo, condição suficiente para consagrar qualquer artista.

A seguir é apresentada uma relação dos seus prêmios principais.

a) No Salão Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

1918 — Menção Honrosa de 2º Grau

1922 — Menção Honrosa de 1º Grau

1927 — Medalha de Bronze

b) No Salão Paulista de Belas Artes

Todas as medalhas e prêmios, constantes de:

1935 — Menção Honrosa

1938 — Pequena Medalha de Prata

1939 — Grande Medalha de Prata

1947 — Prêmio Departamento Estadual de Informações

1957 — Prêmio Aquisição

1963 — Prêmio Governador do Estado

1970 — Pequena Medalha de Ouro

1974 — Grande Medalha de Ouro

1979 — Medalha de Honra (votação dos artistas participantes do Salão)

João Dutra recebeu várias recompensas pelo seu trabalho, conforme se mostra a seguir:

a) Medalha do Bi-Centenário de Piracicaba

b) Medalha da Revolução Constitucionalista de 1932

e) Medalha Anchieta, conferida pela Prefeitura Municipal de São Paulo

d) Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo

e) Medalha Comemorativa do 1º Centenário do nascimento de Almeida Júnior (São Paulo, 1950)

f) Comenda Ordem Ipiranga, Decreto número 18477, de 05/03/1982 do Governo do Estado de São Paulo

Seus dados biográficos estão inseridos na maioria dos dicionários sobre artistas plásticos, publicados no Brasil.

24

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

ANTÔNIO DE PÁDUA DUTRA

Nascimento: Piracicaba, SP — 30/05/1906

Morte: Nápoles, Itália — 11/01/1939

Talento artístico precoce indiscutível, conforme relata Krähenbühl Costa (ver Mello, 1999).

Em 1937 conquistou, por concurso, o prêmio de aperfeiçoamento artístico atribuído pelo Conselho de Orientação Artística do Estado de São Paulo, cursando, de maio desse ano a dezembro de 1938, a Academia de Belas Artes de Florença.

Em sua curta existência obteve prêmios importantes: Menção Honrosa de 1º Grau no XXXIII Salão Nacional de Belas Artes (1926), Medalha de Bronze no XXXIV Salão Nacional de Belas Artes (1927), Medalha de Prata no XXXIX Salão Nacional de Belas Artes (1932), Menção Honrosa no III Salão Paulista de Belas Artes (1936) e Grande Medalha de Ouro no VI Salão Paulista de Belas Artes (1939), uma homenagem póstuma. Este Salão expôs, também, oito trabalhos de sua autoria.

Expôs individualmente em São Paulo, nos anos de 1929, 1930 e 1937. Com os irmãos Alípio, João e Archimedes expôs, também em São Paulo, em 1935 e em 1945 (postumamente).

Seu nome consta na "Pequena História das Artes Plásticas no Brasil", de Carlos Rubens (1941).

Seus trabalhos se acham em coleções particulares e oficiais. Entre estas últimas citam-se as do Palácio do Governo do Estado de São Paulo, da Pinacoteca do Estado de São Paulo e do Museu Prudente de Moraes, em Piracicaba.

Em reconhecimento à sua obra e ao seu valor, a Câmara de Vereadores de Piracicaba atribuiu a um logradouro público central a denominação de Praça Antônio de Pádua Dutra e ali colocou o seu busto. E o 1º Salão de Belas Artes de sua terra natal prestou-lhe homenagem incluindo no Catálogo um resumo de sua biografia.

Foi presidente do Centro do Professorado Paulista, em Piracicaba, e lutou, juntamente com o irmão Archimedes, para a introdução da Disciplina de Desenho Pedagógico no currículo normalista.

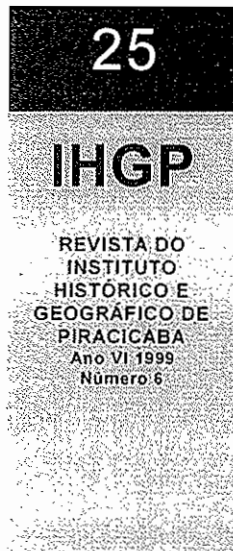
Um dia, o grande artista brasileiro Aldo Cardarelli, vendo um dorso nu pintado por Pádua Dutra se embeveceu e disse: - "Isso resume toda a pintura dos Dutra."

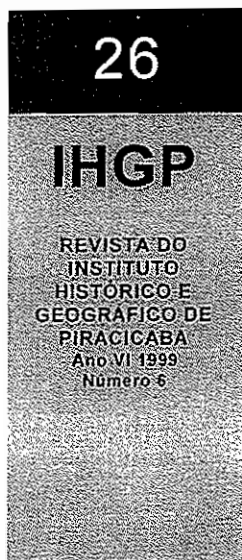
ARCHIMEDES DUTRA

Nascimento: Piracicaba, SP — 06/06/1908

Morte: Piracicaba, SP — 01/07/1983

Lecionou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ, ambas da Universidade de São Paulo. Anteriormente lecionara no Colégio Universitário, anexo à última escola mencionada.





Na ESALQ fez o seu Doutorado, defendendo a tese intitulada "Contribuição de Piracicaba na Arte Nacional."

Expôs em São Paulo, com seus irmãos, no Palácio das Arcadas, em 1935 e, em 1945, na Galeria Itapetininga.

"Expôs com personalidade bem definida em várias mostras coletivas como: na Sociedade Brasileira de Belas Artes e no Núcleo Bernardelli, do Rio de Janeiro; Cem anos de Paisagem no Brasil, no Ibirapuera (1956); O gênero Retrato Entre Nós, Nos Últimos Cem Anos (1976), mostra organizada pela Pinacoteca do Estado de S. Paulo, com artistas nacionais e estrangeiros; Coletiva dos Artistas da Real Academia de São Lucas (1949), na Cidade Universitária de Roma; Mostra de Obras Seleccionadas para a Coletiva da Fundação Guggenheim de Nova York (1958); Exposição do Mundo Português, em Lisboa (1940). Expôs, também, dezenas de vezes, nos mais categorizados salões de arte do Brasil. Integrante da Mostra Circulante do Ministério de Educação e Cultura — MEC, organizada para os Estados brasileiros e países sul-americanos. Oficialmente convidado para expor na Bernheim Jeuné, de Paris, uma das mais famosas galerias de artes do mundo.

"Tem obras no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro; na Pinacoteca do Estado de S. Paulo; no Palácio do Governo do Estado de S. Paulo; na Academia de Belas Artes, de Roma; na Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo de S. Paulo; no Fórum de Limeira e no de Casa Branca; no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e em galerias particulares e oficiais de Brasília, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Salvador, S. Paulo, Santos, Campinas, Piracicaba e em cidades da Alemanha, Estados Unidos, Venezuela, Itália, etc

"Detentor de todas as Medalhas e Prêmios do Salão Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro, inclusive a Grande Medalha de Ouro: Diploma de Menção Honrosa (1927); Menção de Honra (1928); Medalha de Bronze (1929); Prêmio Aquisição para o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1930); Prêmio Caixa Econômica Federal (1942); Grande Medalha de Prata (1942); Prêmio Aquisição para a Pinacoteca do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Prêmio de destaque conferido ao seu trabalho "Terras do Brasil" pelo Governo Federal, em 1942; Grande Medalha de Ouro, com a obra "Beira D'Água — Piracicaba, prêmio máximo do Salão Nacional em 1943. Integrante do "Who's Who in Latin America" e do "Who's Who Internacional". Representante da Arte Brasileira Contemporânea na "Exposição do Mundo Português", em Lisboa, no ano de 1940.

Ganhador, em concurso público, do "Prêmio Aperfeiçoamento Artístico", com direito a frequentar cursos oferecidos na Europa.

"Classificado em 1º lugar, com direito a matricular-se no 4º ano, nas provas de ingresso à "Academia di Belle Arti", de Roma, no ano de 1947; diplomado em 1º lugar nas provas finais do curso da "Academia di Belle Arti", de Roma, em 1948. Vencedor do concurso de ingresso à famosa "Reggia Academia di San Luca", de Roma, em 1947.

"Detentor de medalhas e prêmios no Salão Paulista de Belas Artes, inclusive a Medalha de Ouro, de acordo com: Menção Honrosa,

1935; Medalha de Bronze, 1938; Grande Medalha de Prata, 1939; 1º Prêmio Prefeitura de São Paulo, 1941; 2º Prêmio Governador do Estado, 1951; 1º Prêmio Governador do Estado, 1954 (Salão do IV Centenário de São Paulo); Medalha de Ouro, 1958; Grande Medalha de Honra (46º Salão).

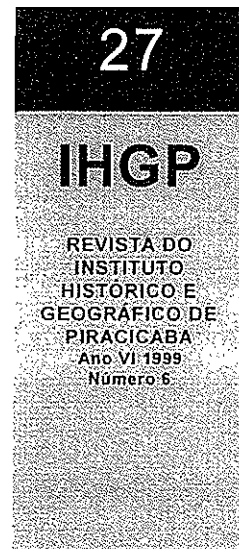
Em outros salões de Arte, obteve os prêmios seguintes: Grande Medalha de Prata no Salão de Belas Artes de Jaboticabal, em 1967; 1º Prêmio em 1954 e 1956 no Salão de Belas Artes de Piracicaba; Medalha de Ouro no ano de 1967 no Salão de Belas Artes de Piracicaba; Grande Medalha de Ouro no 11º Salão Limeirense de Arte Contemporânea, em 1974; Prêmio Prefeitura Municipal, em 1975, no Salão de Belas Artes de Piracicaba; Troféu Cidade de Lemeira, no V Salão Limeirense de Arte Contemporânea, em 1977; Grande Medalha de Prata no 1º Salão de Pintura de Santa Bárbara D'Oeste, em 1972; Grande Medalha de Ouro no Salão do Sesquicentenário de Rio Claro, em 1977; 1º Prêmio, 1976 e 1977, no Salão de Belas Artes de Piracicaba; Patrono do 7º Salão de Belas Artes de Jaboticabal; Patrono da Cadeira ocupada pelo Dr. Francisco Bueno Aguiar na Academia Campinense de Letras e Artes.

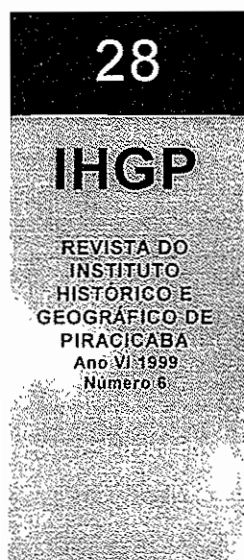
"Agraciado com as seguintes recompensas e honrarias: Medalha de Mérito e Cultura pela Sociedade Amigos do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Prudente de Moraes, de Piracicaba, em 1973; Medalha da Revolução Constitucionalista de 1932, pela Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo; Medalha e Mérito Artístico Almeida Junior, por determinação do Governo do Estado; Medalha de Mérito e Cultura Thales de Andrade, durante a Semana Thales de Andrade, em Piracicaba; Medalha Luiz de Queiroz, conferida pelo Centro Acadêmico Luiz de Queiroz; Medalha de Mérito do Bicentenário de Piracicaba, 1967; Medalha de Valor Cívico Luiz Antônio de Aguiar, evocativa da Campanha do Paraguai, emanada pelo Governo do Estado, em agosto de 1969; Medalha de Mérito Couto de Magalhães, pela Sociedade Geográfica Brasileira, em agosto de 1971; Medalha de Honra, da Universidade de S. Paulo, em 1970; Medalha Mérito e Cultura Imperatriz Leopoldina, pelo Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, em novembro de 1958; Medalha de Mérito Prudente de Moraes, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, em agosto de 1977; Medalha da Ordem do Mérito Ipiranga, 1980, a mais alta condecoração conferida pelo Governo do Estado de S. Paulo.

Distinguido com dados biográficos constantes das seguintes obras: Pequena História do Brasil, de Carlos Rubens; Artistas Pintores do Brasil, de Teodoro Braga; Pintores Contemporâneos de São Paulo, editado em 1971; História da Pintura no Brasil, de José Maria dos Reis Júnior; Dicionário das Artes Plásticas no Brasil, de Roberto Pontual; Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos, do Ministério de Educação e Cultura, MEC; Grande Enciclopédia Delta Larousse — 4º Volume; Catálogo Geral dos Artistas da Pinacoteca do Estado de S. Paulo; Catálogo Geral do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Archimedes foi um grande incentivador das artes em Piracicaba, tendo sido um dos fundadores da sua Escola de Música.

Foi excelente desenhista e aquarelista, tinha ótimo conheci-





mento de Desenho Geométrico, Geometria, Geometria Descritiva e Perspectiva.

Espírito cívico imbatível e defensor de tudo que dizia respeito de sua terra natal e de sua gente. Defendeu com denodo a Capela do Passo do Senhor do Horto, quando sentiu que ela seria prejudicada devido à construção de um edifício ao lado. Idealizou e estimulou a criação e construção da Casa das Artes Plásticas Miguel Arcanjo Benício da Assumpção Dutra e a sede da Sociedade Beneficente Treze de Maio e colaborou nos estudos para a construção do Estádio Barão de Serra Negra, em Piracicaba.

Projetou o Marco da Bandeira, da Praça José Bonifácio, em Piracicaba (demolido), a mansão residencial da Usina Monte Alegre e o Mausoléu erguido em homenagem a Luiz Vicente de Souza Queiroz e esposa, localizado no Parque da Escola da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, defronte ao prédio da administração.

Archimedes foi autor do desenho da bandeira da ESALQ, da Medalha Comenda Luiz de Queiroz, dos Brasões de Armas de Piracicaba e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Rio Claro; lutou muito, juntamente com seu irmão Antônio de Pádua, até conseguir a introdução da Disciplina Desenho Pedagógico nas Escolas Normais do Estado de S. Paulo. Foi seu sonho, não realizado, a construção de um Museu dos Dutra.

Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba e recebeu o título de Benemérito do Lar dos Velhinhos. Ilustre como artista, ilustríssimo como cidadão.

Postumamente, foi homenageado por uma clínica médica de Piracicaba, que recebeu o seu nome; pelo Centro Cultural e Recreativo Cristovão Colombo, que denominou Archimedes Dutra a sua galeria de artes. E, finalmente, a sua terra natal o homenageou com a Avenida Archimedes Dutra.

GILBERTO DUTRA

Nascimento: Piracicaba, SP — 22/08/1927

Reside em S. Paulo

Filho de João Dutra, ainda jovem foi para São Paulo, onde se tornou engenheiro. É pintor e, por vezes, tem exposto em sua terra natal.

Tendo se afastado cedo de Piracicaba, por certo não exerceu influência na arte desta cidade. É citado aqui com o fim de salientar a força da arte na família Dutra.

CONCLUSÃO

Alguns pontos precisam ser destacados:

1. Os Dutra, cada um no seu tempo, sempre estiveram entre os melhores pintores brasileiros.

2. Os irmãos Dutra, sobretudo, levaram a arte a sério. Certamente, em Piracicaba, ninguém a estudou nem a praticou tanto quanto eles e nem, tampouco, pintou melhor do que eles.

3. Os Dutra foram vitoriosos na pintura, e alguns deles o foram na Europa, onde a arte refulgia, demonstrando que, nesse campo, o brasileiro não ficava a dever ao europeu e a ninguém. Brilhantes como Victor Meirelles, Almeida Júnior e outros gênios.

4. Possuíam espírito de liderança inegável.

5. Divulgaram a arte com entusiasmo.

6. A sombra dos Dutra pairou sobre esta terra por cerca de um século e meio. Até hoje, aqui, predomina a arte com raízes acadêmicas.

É natural que influenciassem a arte pictórica da Noiva da Colina. Aqui a pintura moderna não penetrou, exceto em algumas tentativas tímidas, na presença de membros dessa família. Só João Egydio Adamoli, que não era propriamente um moderno, logrou algum sucesso. Mas não fez escola.

Referências Bibliográficas

BARDI, P.M. — 1981. **Miguel Dutra, o poliédrico artista paulista.** Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

COSENTINO, U. — 1985. **Artistas do Realismo Ingênuo em Piracicaba. Joaquim Dutra (1864 — 1930).** Jornal de Piracicaba, 26/05.

DUTRA, A. — 1972. **Contribuição de Piracicaba na Arte Nacional.** Tese de Doutorado, ESALQ, USP, Piracicaba.

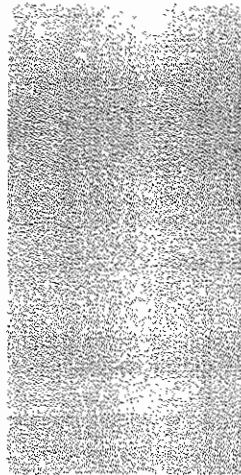
GUERRINI, L. — 1984. **Nomes que a cidade guardou. João Dutra.** Jornal de Piracicaba, 08/07.

MELLO, F.A.F. — 1999. **Dicionário Piracicabano de Artistas Plásticos.**

29

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



TALES DE ANDRADE O ECOLOGISTA NATO

Guilherme Vitti

Conheci-o desde a juventude, através de seus trabalhos literários, sempre voltados à atração exercida pelas vantagens e belezas da natureza, procurando atrair e levar os seus leitores à admiração e respeito pela mesma, livros escritos sempre em linguagem despida de preciosidades literárias de estilo rebuscado, narrados com simplicidade, que retratavam exatamente seu comportamento humano no trato de seus semelhantes.

Tive a honra de conviver com ele vários anos, na Escola Normal Sud Mennucci, como professor do idioma de Cícero, onde era ele respeitado e querido, no ensino da História Geral.

Leitor assíduo de seu livro - Saudade - tive a tentação de verter para o Latim a sua mais festejada produção literária, tendo conseguido o meu intento.

Justamente quando de seu término, o ensino da Língua Latina foi jogado às traças, esquecendo-se que o Português é e será sempre seu legítimo e rico descendente.

O trabalho ainda permanece inédito. O Professor Tales de Andrade chorou de alegria, quando o informei do fato. Pena que as testemunhas de seu pranto, tenham já se retirado do nosso convívio humano, em companhia agora do compententíssimo mestre de História Geral.

Em recente ofício a mim dirigido, o Diretor Geral do Colégio Pedro II, concededor de meu trabalho, determinou que fosse avaliado para a possibilidade de sua utilização. Fora-lhe remetido apenas xerox de uma página da versão.

Para conhecimento dos leitores, transcreve-se aqui uma poesia do poeta Guilherme de Almeida, constante do Saudade, vertida para o Latim.

30

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

COR

Mihi in mentem semper venimus
Tempus praeteritorum pulchrum,
Pueritiae vita meas,
Bulla quoque saponacea.

Aetas prima, quale fatum?
Qualis ventus magnus fuit?
Qualis eluvies te eripuit,
Navicula chartea mea?

Continue a me discedes
Solus autem ego maneo!
Somnium meum puerile,
Quis omnino te delevit?

Omnia mutant, transeunt omnia,
In hoc mundo captioso;
Fumus semper it ad auras,
Humi carbo semper manet.

Sed continue, sine errore
Eodem tono canendo,
Tantum tu, cor, non immutas,
Quia purum, quia bonum!

Ap. Gulielmum de Almeida.

31

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

AGRONEGÓCIOS EM PIRACICABA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO¹

Evaristo Marzabal Neves²

O PASSADO

Vamos procurar resgatar o passado na forma do “você sabia?”, pois são recortes temporais, úteis para compreender o presente e a cultura rural piracicabana e, também, para sinalizar algumas direções para o futuro. Nesta volta ao passado buscamos apoio no texto *Piracicaba* de Mario Neme (1936).

Então, vamos lá. Você sabia que:

- em 1767 foi fundado o povoado de Piracicaba, termo da Vila de Itu, e que em 1774, a população estimada era de 231 habitantes?
- em 1816 a população já alcançava 2.250 pessoas e chegava a 25.374 em 1900, com crescimento de 1.128% ao longo de 84 anos no século passado?
- de 1900 a 1912, a população passava dos 25.374 para 53.214 habitantes com crescimento de 105,7% em apenas 12 anos, acompanhado e acelerado por uma evolução em investimento educacional? Neste período, fruto da criação nas duas últimas décadas do século XIX, se desenvolvia como atrativo o ensino formal com a instalação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1901), da Escola Normal (1897), do Colégio Assunção (1886), Escolas de Comércio e contava ainda com a já notoriedade do Colégio Piracicabano (1881). Em Piracicaba, antes que em muitas cidades paulistas, já se cultuava cultura, educação e conhecimento, fundamentais para o desenvolvimento baseado no crescimento econômico e no bem-estar social.
- de 1900 a 1934 o crescimento populacional foi de 190% (de 25.374 para 73.425 habitantes), a população urbana passava de 11.260 para 26.362 habitantes (crescimento de 134%), enquanto, na zona rural, ia de 14.114 para 47.063 (evolução de 233%)?

Uma parada e uma primeira reflexão, pois poderão perguntar: o que tem a ver dados populacionais com o título do estudo que trata de agronegócios?

¹ Extrado da conferência proferida no dia 20/09/99, no Anfiteatro do Centro Cívico - Prefeitura do Município de Piracicaba na Sessão Solene das Comemorações dos 15 anos da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. O autor agradece a Profa. Marly T. Germano Perecin pela leitura do texto e sugestões à síntese da abordagem histórica para a conferência. Para este artigo, foram efetuadas algumas alterações e atualizações.

² Professor Titular da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Universidade de São Paulo. E-mail: emneves@carpa.ciagri.usp.br

32

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

Ora, o município é um sistema e se a população rural quase que dobra em relação à urbana, provavelmente a geração de emprego e as oportunidades de mercado de trabalho eram mais ativas e dinâmicas na agricultura, para o pronto atendimento alimentar e nutricional da crescente população urbana e a auto-suficiência em alimentos e produtos derivados das plantas e animais para suprir necessidades e exigências da cidade, a formação de renda, a reprodução de capital e geração de excedentes para exportação além das fronteiras do município.

Toda a dinâmica populacional está ligada a fatos que atraem ou expulsam contingentes humanos e a História de Piracicaba é rica em acontecimentos que explicam o seu desenvolvimento.

Resgatando parte de sua História, com um recorte, conta-se que o Senador Vergueiro, em 1807, de ampla visão colonizadora, tornou-se proprietário de uma sesmaria, tirada da comarca da Capital (hoje fracionada entre os municípios de Piracicaba e S. Pedro), e fundou o engenho do Limoeiro, destinado à cultura da cana e ao fabrico de açúcar (um importante agronegócio regional, veja bem, em 1807). Em seguida comprou a sesmaria do Monjolinho (campos de Araraquara), para ali fazer uma fazenda de criação.

Verifica-se, portanto, que a agropecuária na região funcionava como principal elemento colonizador e de abertura de fronteiras no início do século passado.

Para fazer crescer a atividade agropastoril, o Senador Vergueiro precisava de recursos financeiros e buscou um sócio. Encontrou-o na pessoa do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza (avô de Luiz de Queiroz), na época considerado o homem mais rico da província de S. Paulo.

Um completava o outro e, da aliança dessas duas vontades, a Capitania de São Paulo auferiu bons resultados. O Brigadeiro Luiz Antônio era o homem do capital e Vergueiro, o das realizações. Incorporam o Taquaral, Monte Alegre, e fundam o Engenho Ibicaba.

Nas páginas de Mario Neme, vamos encontrar, ainda, a semente do desenvolvimento da agricultura e dos agronegócios de Piracicaba. À página 132, encontra-se: *"Já Vergueiro nessa ocasião gozava de grande influência na zona compreendendo os actuaes municípios de Campinas, Piracicaba, Itu, Porto Feliz, Limeira, Rio Claro, Araraquara. Conquistara-a pelos conhecimentos agrícolas, pelas ideas adiantadas, pelo espirito liberal, e pelo esforço em promover a factura de estradas de rodagem, afim de se facilitarem as communicações entre aquelles povoados. Já era o espirito civilizador daquellas paragens"*.

Mais adiante, Neme lembra a fala de Rangel Pestana sobre o espírito colonizador do Senador Vergueiro: *é a vara mágica que levanta o crédito da província no estrangeiro e ergue-a magestosa e rica aos olhos das outras suas irmãs."*

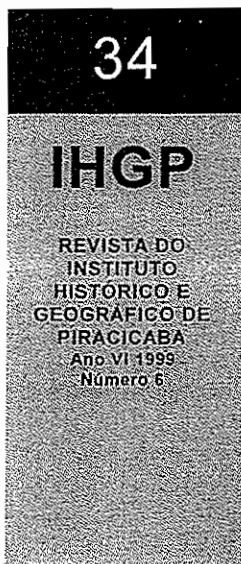
Em outro ponto, Neme relata que o Senador Vergueiro foi o primeiro a introduzir no Império a colonização alemã, afirmando que *"praticamente provou a possibilidade do trabalho livre nesta parte da América. Foi elle o precursor do movimento industrial que hoje tanto recommenda a Província por sua prosperidade e riqueza."*

Na vida dos povos às vezes circunstâncias que de momento

33

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



pareciam insignificantes, mais tarde se apresentam ao espírito do observador como um acontecimento de summa importância por suas consequências. De tal ordem foi o ensaio de colonização praticado pelo Senador Vergueiro.

Os frutos dessa verdadeira escola de colonização ali estão, expressivos, em Piracicaba... O município modelar: Piracicaba. Não há grandes fortunas em Piracicaba; nem pobreza accentuada. É o ideal, é a prática da justiça social. A razão disso eu já a conhecia: domina, no município, o regime da pequena propriedade. E quem quiser verificar, na prática, o quanto o latifúndio rural desvaloriza a terra, vá a Piracicaba, a ver como a pequena propriedade lhe dá valor. O município é um jardim. Tudo cuidado, tudo produzindo, tudo rendendo. Nota-se em cada palmo o carinho do dono. Porque muitos são os donos, muito é o carinho. Piracicaba produz tudo, pratica a policultura e não se apercebeu da crise.

Não estando ainda, no município, o commercio e a industria desenvolvidos o sufficiente para garantirem a segurança da nossa constituição econômica, é na produção agrícola que se vão buscar os recursos indispensáveis aquela garantia. Dahi a importância que tem entre nós, assim como no Estado e no Brasil, a Organização Rural. Aprimoral-a, de accordo com os processos racionais, eis a grande necessidade brasileira, de há muito comprehendida por Piracicaba, o que vale dizer que nosso município apresenta uma politica agrária capaz de sustentar seus factores economicos em vantajoso equilibrio, quando outros se debatem em colapsos violentos.

Com 60.000 alqueires paulistas (145.200 hectares) de área, Piracicaba conta com 3.327 propriedades agrícolas, cabendo, portanto, em média, 18 alqueires (43,56 hectares) para cada uma, ao passo que nos outros municípios exceptuando-se o da Capital e adjacentes, essa média oscilla entre 25 a 100 alqueires. No nosso Estado indiscutivelmente centro onde se tem aplicado, com intensidade, o regime da subdivisão dos latifúndios – o tamanho médio dos próprios agrícolas é de 44 alqueires (106,48 hectares), duas vezes e meia maior que o dos próprios piracicabanos”.

Em outra página (141), cita “entre os municípios do Estado, em relação à porcentagem de pequenas propriedades, Piracicaba lidera também o movimento policultor, praticando excepcional politica agraria, caracterizada pela mais recommendavel diversificação de culturas.”

À pagina 143, citando Sud Menucci, enfatiza que “Toda a zona rural de Piracicaba é um immenso formigueiro que trabalha e labuta nas fainas mais diversas e mais descontraçadas, apostados todos em fazer do querido torrão o município que se basta a si mesmo”.

Há muito por explorar no texto de Mário Neme como a localização desta policultura no município, mas o que impressiona, fazendo um resumo, é que Piracicaba colhia no Estado de S. Paulo, meados dos anos trinta, 19,34% da produção estadual de cana-de-açúcar, 9,93% da de polvilho, 5,27% da de banana, 4% da de algodão, 3,81% da de fumo, 2,32% da de laranja, 1,53% da de abacaxi, 1,61% da de milho, etc. Todas estas explorações agrícolas precisavam de muita mão-de-obra, pois eram sistemas de produção intensivos em trabalho.

Em 1935, Piracicaba detinha 19,19% da produção de açúcar, 14,82% da produção de álcool, 8,8% da de aguardente. Exportava laranja; em 1935, 6,32% das exportações totais da citricultura paulista saíram de pomares piracicabanos. E a produção do Município formava capital para a cidade e os agronegócios agregavam valor, geravam emprego e renda pois Piracicaba não produzia e exportava somente matéria prima, mas a transformava através de suas unidades de tecidos, máquinas de beneficiar algodão, café, arroz, unidades de produção de vinhos, vassouras de palha, de madeiras, decouros e artefatos, fecularesias, etc. Cita à pag. 156 que *"nas demais modalidades da sua vida industrial, Piracicaba até hoje se ressentia da falta de grandes unidades. Praticamente, exceção aberta para as indústrias relacionadas com os produtos derivados do amanho da terra, pode-se dizer que Piracicaba não possui indústria. Todavia a ausência dos demais elementos no nosso arcabouço industrial- que trariam, innegavelmente, novos e poderosos valores para o potencial de nossa estabilidade econômica- não influe de maneira malefica nas finanças municipais...Phenomeno que tal só é explicavel em virtude da existência de uma politica agraria sabiamente dirigida, de parceria com a perfeita comunhão dos demais fatores da nossa estrutura economica"*.

A importância deste recorte temporal é mostrar que, ao longo da primeira metade deste século, Piracicaba já estava inserida nos agronegócios, entendidos nas suas vertentes de transformação, processamento e exportação, com a fábrica de tecidos Santa Francisca (criada por Luiz de Queiroz), suas usinas e destilarias, suas exportações de laranja, etc., alimentados por um setor rural densamente povoado e produtivo, com meios de produção trabalho intensivo, já que a tratorização da agricultura apenas se iniciava.

A primeira metade deste século termina assistindo todos os esforços do mundo dirigidos para a II Guerra Mundial gerando-se uma forte dependência das políticas econômicas mundiais e regionais dos centros hegemônicos vitoriosos. No Brasil começava a Política de Substituição de Importações, trazendo o surto da industrialização e da tecnologia, atrativo para a migração rural urbana.

Piracicaba entra nessa barca e surge com mais intensidade o espírito industrial com novas fábricas e empresas e ampliação das existentes . Pereira (1996) relata que *"a produção de papel se inicia em 1970, e sua matéria prima é o bagaço de cana. A partir de 1972 inicia-se a implantação de um parque industrial, relativamente complexo e diversificado, nas áreas de mecânica, metalurgia, papel e papelão e as usinas e distilarias. Essa composição deve-se a forte presença do setor sucroalcooleiro, tendo em vista que o processo de modernização deste setor, fortemente presente no município, e a criação do PROALCOOL em 1975, tornam-se os fatores impulsionadores desse parque industrial."*

Pereira segue afirmando que *"é importante não perdermos de vista a vinculação do parque industrial sucroalcooleiro e das diversas atividades industriais e de serviços à produção agrícola e pecuária, a qual tem participação pouco expressiva em termos de valor adicionado,*

35

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

e que muda radicalmente quando considerada em conjunto, com um peso significativo na economia nacional e regional.

A população evoluiu no mesmo sentido. Na década de 40, a população rural era de 53,7%, passa para 42,3% em 1950, 29,2% em 1960, 16,2% em 1970 e 7,7% em 1980. Uma alta taxa de urbanização.

Piracicaba passou, portanto, por sucessivas mudanças ao longo de sua História. Todos os problemas consequentes ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país, também aqui se reproduziram, com a concentração de terra e de renda, a saída das pessoas do campo, alterando o perfil de uma população eminentemente rural para uma população preponderantemente urbana. A cultura da cana-de-açúcar, sem dúvida nenhuma determinou em grande parte as características desse processo, influenciando o desenvolvimento econômico do município, tanto quanto a urbanização quanto a industrialização".

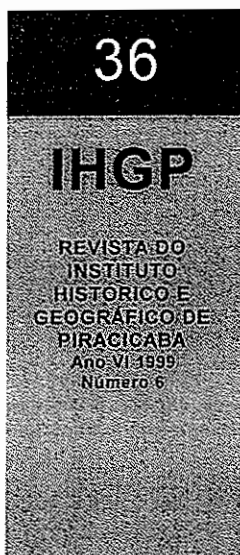
Abrindo um parêntese, o passado da agricultura e dos agronegócios de Piracicaba é *sui generis*. Para fecho, nesta parte inicial que traz recortes do passado, é relevante reportar depoimentos das Professoras Maria Beatriz B. Bilac e Eliana Tadeu Terzi, respectivamente coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Documentação Regional da UNIMEP (Fernandes, 2000 b).

Nesta altura, a transcrição desses depoimentos é importante e interessante, pois mostra a enorme força influenciadora de etnias e da cana-de-açúcar na formação socioeconômica e cultural da região. Segundo as pesquisadoras "ao contrário do que aconteceu com o Brasil que, por volta de 1650, abandonou a cultura de cana-de-açúcar para investir na descoberta do ouro, Piracicaba nunca se desligou da economia canavieira, mesmo quando a própria cidade se classificava como policultora. Há mais de 200 anos a sua história está ligada à cultura. Nem mesmo no auge da cultura cafeeira, produto de exportação que trouxe o capitalismo para o Oeste Paulista, Piracicaba deixou de investir em cana-de-açúcar".

Prosseguindo, enfatizam "a fundação de Piracicaba ocorreu no período colonial, em decorrência da abertura de caminhos para chegar até as terras de Minas Gerais e Goiás, onde foram encontrados ouro e demais minérios. Inicialmente era ponto de parada, só depois de muito tempo começou a ser produtora de viveres e barcos para abastecer essas regiões. Piracicaba deve muito mais o seu povoamento à cana-de-açúcar do que à tentativa de tornar-se um caminho para o ouro".

Continuando, relatam que "a idéia de riqueza era ligada à comercialização de ouro e prata e o grau de desenvolvimento da colônia era muito limitado. Quase toda a renda ia para fora dela. A produção tinha que render grande lucro, então era usado o trabalho escravo. A colônia era uma economia dependente da metrópole e devia ser apenas complementar. Devia apenas fornecer produtos que seriam comercializados no exterior.

Essa visão da exportação fez com que todo o Oeste Paulista investisse na produção do café. Foi justamente o fazendeiro de café que introduziu a forma capitalista de produzir, através do investimento em ferrovias, bancos e a forma de condução dos negócios".



Prosseguindo, as pesquisadoras afirmam que "mesmo quando o café se tornou o principal produto brasileiro, Piracicaba manteve a cultura da cana-de-açúcar, utilizando escravos". Enfatizam que "essa posição diferente não represente atraso, já que Piracicaba continuou num ritmo forte, mas numa linha de desenvolvimento diferente".

De que forma este posicionamento agrícola com base na cana-de-açúcar interfere e transfere no tempo um caráter *sui generis* na formação cultural e nas características da força de trabalho em Piracicaba?

As pesquisadoras comentam que "Piracicaba é atípica, até mesmo em relação ao desenvolvimento político, social e cultural. A cidade teve um perfil muito próprio. Essa diferença pode ser notada na resistência aos casamentos com imigrantes e à entrada dos mesmos na política". Afirmam que "enquanto em outras cidades os imigrantes entraram na política na década de 30, em Piracicaba essa era uma área exclusiva de nativos. Somente em 1945 o primeiro descendente de estrangeiro assumiu um cargo em Piracicaba: o prefeito José Vizioli".

"Os imigrantes são agentes agrários, mas também urbanos em Piracicaba. São antigos, mas também modernos. Muitos vieram trabalhar e produzir na agricultura, mas os que chegaram com conhecimentos tecnológicos ou algum capital investiram em pequenos comércios e nas primeiras indústrias, sempre voltadas para a agricultura canavieira". Este sublinhamento é importante, pois os registros históricos dão conta de que o início da fase intensa de industrialização em Piracicaba no século XX se dá na década de 20, com a expansão do setor metalúrgico e mecânico, voltado basicamente para a produção de equipamento completo para as usinas de açúcar e destilarias de álcool e aguardente. Em síntese: uma cidade, um produto.

Resumindo: desde fins dos 1700, o desenvolvimento rural e, mais tarde, o industrial de Piracicaba estaria ligado à cana-de-açúcar, onde em 1798 já existiam 3 engenhos para a produção de açúcar e, em 1799, se chegava a 9 engenhos. Este movimento em torno da cana-de-açúcar se fortalece com a fundação do engenho do Limoeiro pelo Senador Vergueiro, no início dos 1800, passando, com a sociedade com o capitalista Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, a contar com generosos recursos financeiros, que, ao estabelecer mais engenhos (um total de 78 em 1896), consolida a importância de Piracicaba na fabricação de açúcar, na época, um quinto da produção da Província de São Paulo.

Nos dias de hoje, num processo de mudança, é de fundamental importância conhecer bem esta cultura piracicabana e de monocultura rural, pois as transformações e ajustamentos não serão tão simples. Estas dificuldades já foram levantadas pelas pesquisadoras citadas, quando no encerramento da entrevista publicada no Jornal de Piracicaba (01/05/2000) chamam a atenção de que "só agora se discute a mudança de cultura, mas há que se admitir que isso é muito difícil, já que a cana-de-açúcar sempre foi a vocação da cidade".

37

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI - 1999
Número 6

O PRESENTE

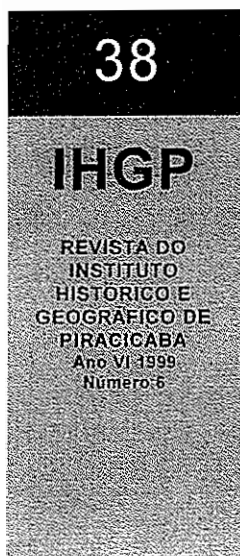
O tempo urge e o recorte do presente nos remete às estatísticas das últimas duas décadas que estabelecem o estagio atual da agricultura regional. O Banco de Dados Socio-econômicos sobre o Município de Piracicaba (Pires et al., 1999) organizou os dados sobre a produção agrícola municipal levantados pelo IBGE. Eles mostram que, se em 1980 as culturas permanentes (laranja, café, etc.) ocupavam 2.021 hectares, em 1994 se reduzem para 1.750; que a produção de leite se retrai; que os estabelecimentos por grupo de área de lavoura caíram de 2.195 propriedades em 1970 para 1.373 em 1985, aumentando porém as áreas com mais de 100 hectares, clara evidência de que os pequenos estabelecimentos iam sendo adquiridos e/ou fundidos para a produção de cana-de-açúcar, provocando o fluxo migratório do micro, pequeno e mesmo médio produtor do campo para a cidade; mostra ainda que a área colhida com culturas temporárias, que era de 56.941 hectares em 1970, atingiu um pico em 1985 (63.222 hectares) e se retrai chegando a 48.964 hectares em 1994, cerca de 8 mil a menos que em 1970. Neste ponto é interessante registrar que a cultura de cana-de-açúcar é a principal impulsora da evolução no período até 1985 e, com o arrefecimento do PROALCOOL, é a responsável pela retração, pois, se em 1980 ocupava 46.800 hectares, em 1985 vai ao máximo de 56 mil e cai para 46 mil em 1994.

O que chama a atenção é que produtos importantes para o desenvolvimento da agricultura e de negócios na cidade, na primeira metade do século e nos anos 50, 60 e 70, se retraíram em área colhida. Foram os casos do milho que caiu de 4.453 hectares em 1980 para 1.300 em 1994; do algodão, de 1.100 hectares para 20; do feijão, de 3 mil para 35 e o fumo de 277 hectares para menos de 10 em 1994.

As estatísticas mais recentes datam do ano agrícola 1995/96, monitoradas por satélites pelo projeto LUPA da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado. O que revelam?

Estas estatísticas mostram que a área total do município é de 1.372,8 km² (137.280 hectares) e que a área urbana ocupa somente 13,8% (189,39 km² ou 18.939 hectares) e a rural tem 86,2% (1.183,41 km² ou 118.341 hectares). Revela ainda, e isto é importante num contexto de planejamento estratégico municipal, que a área total de Piracicaba é 3,5 vezes maior que a área média dos municípios paulistas (39.120 hectares) e que a área rural de Piracicaba é 3 vezes superior a área média municipal do Estado incluindo a área urbana. Pode-se inferir que Piracicaba detém uma das maiores áreas rurais do território paulista.

Quando se olha a ocupação do solo, desagregando por cultura, verifica-se que a cana-de-açúcar, com 43,08%, e pastagens, com 38,82%, ocupavam mais de 80% da área explorada. A cana se encontrava em 1.456 estabelecimentos, de um total de 2.236 unidades produtivas. Isto representa que era encontrada em 65% das propriedades, com 50.982 hectares, ou 49,3% da área total agricultada, estimada em 103,5 mil hectares, excluindo as áreas de vegetação natural, inaproveitada, inaproveitável e complementar.

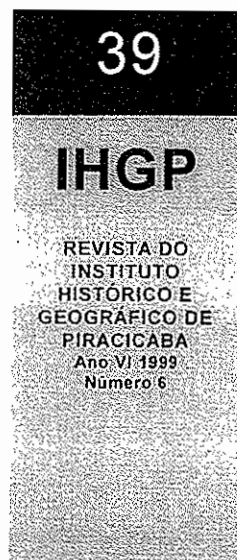


Não há dúvida de que esta concentração na ocupação da área rural com cana-de-açúcar e pastagens tem seu reflexo na dinâmica e ocupação da mão-de-obra, pois a primeira provoca uma sazonalidade no uso e serviços do fator de produção trabalho, deslocando este contingente humano para moradias nos bairros rurais ou na periferia da cidade (inchando o perímetro urbano) e, a segunda, utiliza muito pouca mão-de-obra. É o que evidencia o censo de 1996, pois, de uma população estimada em 302.886 habitantes, cerca de 96,06% (290.935) era considerada urbana e, apenas 3,94% (11.951), foi cadastrada como população rural. Foram incluídos como população rural os que moram na periferia de Piracicaba (agricultura periurbana) e de Santa Terezinha, Artemis, Tupi, Ibitiruna e Guamiú, chegando a 19.470, o que representa 6,43% da população total. Essas informações são importantes, pois se constata um desequilíbrio e má distribuição populacional, de um lado a cidade inchada na periferia, com população de baixa renda e comprometendo os serviços básicos e, por outro, vazios demográficos em diversas áreas de um dos maiores municípios do Estado de São Paulo, fruto dos sistemas de produção das atividades predominantes, cana-de-açúcar que emprega basicamente mão-de-obra temporária, arrematada na periferia, e pecuária de corte, que ocupa muito pouco ou não fixa a força de trabalho no campo.

Hoje, quando as evidências são tão claras de que a área com cana-de-açúcar ficará confinada próxima às usinas e que algumas destas migrarão para as novas fronteiras de produção, fica aí, talvez, o maior desafio do município no seu plano diretor ou planejamento estratégico, pois os efeitos não são unicamente no valor adicionado do município ou na geração de emprego no meio rural, mas também nos impactos urbanos sobre o mercado de trabalho, renda e capital das inúmeras firmas e empresas que se estabeleceram no vácuo da expansão da cana-de-açúcar.

Fundamental, num processo de desenvolvimento em transformação, é ficar atento com as mudanças que estão sendo propostas para a agricultura e os agronegócios, pois passa pelo conhecimento e análise acurada da cultura rural piracicabana, tão arraigada na monocultura da cana e apoiada em etnias e tradições diversas. São sinais de que é preciso antes trabalhar e perceber as culturas do que a modernidade, as tecnologias e inovações. Há normas de conduta, crenças, valores, preconceitos e mesmo cerimônias e rituais que precisam ser observados, sentidos e percebidos.

A cultura regional é formada por hábitos, valores, religião, atitudes, linguagem, educação informal e um particular contexto político legal, que as comunidades e grupos sociais desenvolvem e transmitem aos seus descendentes e às novas gerações de integrantes da localidade. A cultura regional é, desta forma, influenciada pela história e por crenças pessoais, variáveis de um local para outro. Entender essas diferenças e similaridades interregionais e dentro da localidade, torna-se habilidade fundamental para operar um planejamento estratégico focado e ajustado a mudanças e movimentos sociais. Como se constata, não é apenas um banho de modernidade e competitividade, um *goela a dentro*



educacional de tecnologia e inovação, mas, acima de tudo, um aprendizado de percepção, mobilização, motivações e compreensão sociopsicológica das culturas existentes, algumas delas pouco receptivas às mudanças, face às tradições (quase seculares) enraizadas. Saber trabalhar o futuro neste contexto, eis a questão.

O FUTURO

Concluir é preciso. E o futuro?

Seria por demais singelo e omissivo pronunciar: o futuro, ah! o futuro, a Deus pertence, só Deus sabe. Neste ponto diriam: então descanse em paz à beira do caminho enquanto a caravana passa. Movam-se, despertem e caminhem, unam-se e compartilhem.

Tenho submetido meus alunos na ESALQ a reflexões, principalmente àqueles que estão um pouco além da metade do curso. Uma delas, extraída de Y. Berra, diz "*você tem de prestar muita atenção se não souber aonde está indo, porque você pode não chegar lá*". E arremato, perguntando se tem o mesmo significado, o que Greene afirma; "*quando você não sabe o que quer, muitas vezes você acaba aonde você não quer estar*". Para reflexão, pura reflexão.

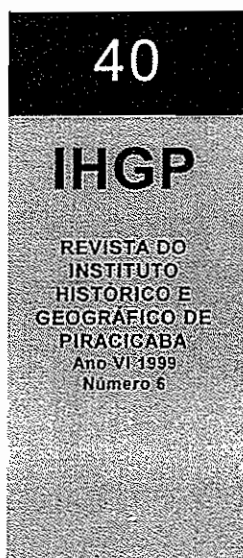
Pois bem, se me é dado tempo para considerações sobre o futuro dos agronegócios em Piracicaba, busco apoio em Neves (1994), que tem como enfoque a agricultura e indústria como fatores de sobrevivência dos municípios.

O município que tem sua base na economia agrícola precisa entender que o preenchimento do vazio demográfico regional, que a geração de renda, de divisas, de emprego e a formação de capital decorrerão da alavancagem e organização da agricultura e do setor agroindustrial, não nos moldes tradicionais, mas num mundo competitivo, aproveitando suas vantagens comparativas e buscando a qualidade, segurança do alimento e sustentabilidade ambiental. O município precisa aprender agora, que é necessário ajustar o seu setor público em busca da eficiência e da qualidade, educando os municípios para compreender o seu papel no século 21.

Para isso os municípios devem elaborar suas estratégias para superar duas barreiras importantes: a reintegração social de parcela da população excluída dos benefícios do desenvolvimento e a obtenção de recursos para investimentos em infra-estrutura e capacitação humana.

No País, são grandes os desafios colocados para a agricultura e agroindústria. É conhecido que o Brasil é um país dicotômico, tendo que adequar o seu sistema agroalimentar às necessidades de gerar divisas, atendendo a um exigente consumidor do primeiro mundo, que busca qualidade, e de prover alimentos em quantidade adequada para suprir a demanda de uma significativa população de baixa renda e de excluídos.

As lições passadas pela dinâmica mundial estão aí, não para serem copiadas, mas para serem analisadas e ajustadas às condições de competitividade e sustentabilidade de cada região.



As propostas de simplesmente municipalizar a ação do Estado sem saber para onde caminham os movimentos e mudanças sociais, sem a implementação de novos instrumentos de ações estadual e local, não conduzem a lugar nenhum. A decisão de transferir a infra-estrutura e recursos humanos estaduais para o município, sem gerar mecanismos de ação que possam rearticular as forças locais na direção de um desenvolvimento sustentado, é questionável e de eficácia duvidosa.

Estudiosos do desenvolvimento econômico lembram que só um modelo de administrar integrado com parcerias e consórcios municipais e regionais, públicos e privados, poderá salvar a agricultura e economia das cidades interioranas, via projetos concretos, onde cada parceria fará a sua parte, cumprindo suas responsabilidades.

Um exame de consciência põe à prova a fragilidade de alguns planos diretores municipais. Muitos planos perdem pela falta de visão de conjunto, pela proteção exacerbada da área urbana e pela inexistência de um planejamento estratégico, ou mesmo tático, que coloque o município ou a região na direção do próximo século e não na contramão da História.

A ausência de um planejamento estratégico, que olhe o longo prazo, é flagrante em muitos municípios que vivem o operacional, de curtíssimo prazo, observando apenas o ontem e o hoje. É a política do "apaga-fogo", nem sempre eficaz.

Neste instante submeto à reflexão dos autores e coadjuvantes de planos diretores, tomadores de decisão e formadores de opinião, algumas questões que, eventualmente, podem encontrar respostas na cartilha do planejamento estratégico municipal ou nas estratégias operacionais da região.

São elas:

- De que forma as forças vivas de cada localidade ou região, sejam públicas ou privadas, e organizações não governamentais (ONG's) podem participar, conjuntamente, no planejamento estratégico do município?
- De que forma são rearticuladas as forças vivas locais na elaboração e decisão de projetos prioritários e ações sociais que marginalizem, de vez, o comportamento paternalístico, assistencialista e fisiológico?
- De que forma, universidades e institutos de pesquisas, públicos e privados, e órgãos governamentais têm participado da elaboração do planejamento estratégico regional? Têm sido convidados a colaborar na discussão e elaboração de algum plano diretor, principalmente o de desenvolvimento rural integrado, que estabeleça um planejamento sustentado e equilibrado entre vidas (humana, vegetal e animal), água (qualidade e quantidade) e ambiente?.

Aqui, abro um parêntese, para lembrar que a idéia de *cluster* (desenvolvimento regional articulado e integrado com a participação das



massas críticas dominantes, científicas ou não, e percepção das vantagens comparativas latentes) se faz presente, já que atualmente as cidades buscam investimentos e facilidades de incentivos fiscais no desenvolvimento de projetos que aproveitem a massa crítica do município, com mão-de-obra capacitada e treinada na própria região, gerando emprego e renda com os próprios munícipes. Evita-se com isso, a importação de indústrias e empreendimentos que obrigatoriamente exigem a migração de contingentes humanos externos ao município, e que, muitas vezes, nem fixam residência na própria cidade, causando ainda maior desemprego para a população local.

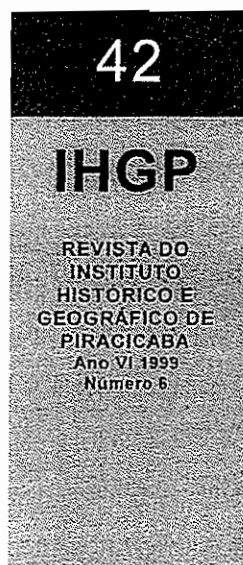
Para melhor compreensão do conceito de *cluster*, a literatura enfatiza que “*consiste de indústrias e instituições que têm ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontal quanto verticalmente, e, usualmente, incluem: empresas de produção especializada; empresas fornecedoras; empresas prestadoras de serviços; instituições de pesquisa; instituições públicas e privadas de suporte fundamental*”. A análise de *clusters* focaliza os insumos críticos, num sentido geral, que as empresas geradoras de renda e riqueza necessitam para serem dinamicamente competitivas. A essência do desenvolvimento de *clusters* é a criação de capacidades produtivas especializadas dentro de regiões para a promoção de seu desenvolvimento econômico, ambiental e social (Haddad, 1999).

- De que forma, naqueles municípios ou regiões dependentes da especialização agroindustrial (princípio: uma cidade, um produto; por exemplo, Piracicaba e a predominância da cana-de-açúcar), as ações municipais vêm se preocupando com os conceitos de agregação de valor, qualidade total e competitividade, dada a importância deles na arrecadação de tributos e geração de empregos? Há preocupação com a reconversão de culturas para evitar as distorções provocadas pela especialização na estacionalidade e geração de empregos e melhor alocação e distribuição do uso da terra e fixação de mão-de-obra?

No caso de reconversão de culturas e policultura é bom lembrar pesquisa recente, importante para o Município de Piracicaba e que não tem merecido a atenção devida. Anualmente, a Target Pesquisas e Serviços de Marketing realiza pesquisa em nível nacional que define o nível de consumo dos municípios brasileiros. A última pesquisa tem o título “Brasil em Foco 2000” (Fernandes, 2000 a).

A pesquisa revela que o potencial de consumo de Piracicaba está entre os 50 maiores do Brasil. Na verdade, em 1998, Piracicaba se posicionou em 44º lugar em nível nacional e 13º entre as cidades do Estado de São Paulo. Em 1997, ocupou o 41º lugar no Brasil e 13º no Estado de São Paulo, entre 625 municípios paulistas.

O levantamento indicou que o consumo *per capita* em dólar por ano em Piracicaba foi de US\$ 4.016,59 (aproximadamente R\$ 7.200/ano ou R\$ 600/mês) na zona urbana e US\$ 2.145,91 (ao redor de R\$ 3.840/ano ou R\$ 320/mês) na zona rural. Para estes cálculos, a



população de Piracicaba considerada foi de 323.371 habitantes, sendo 309.794 na zona urbana (95,8%) e 13.577 (4,2%) na zona rural.

Para as classes C, D e E da população piracicabana, a alimentação no domicílio se constituiu no maior gasto. A alimentação no Município representou 17,6% do total do consumo urbano. No total urbano foram gastos US\$ 219 milhões com alimentação em 1998.

Pergunta-se: num município que se caracteriza na agricultura como "uma cidade, um produto (cana-de-açúcar)", quanto deste bolo monetário (dólares) não migraram da renda e salários de Piracicaba para importar alimentos de outras regiões, visto que a cidade não é auto-suficiente para atender a demanda municipal?

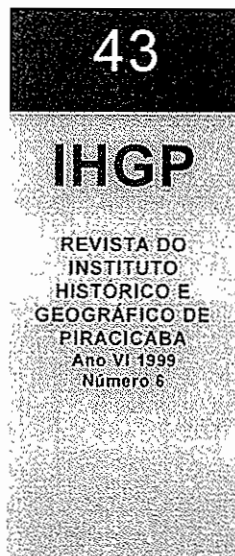
Nesta altura, pode-se pensar em soluções próximas e baratas, enfocadas na organização, mobilização, incentivos fiscais e creditícios da agricultura urbana e periurbana. O que é?

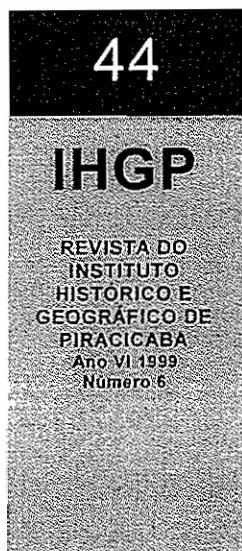
Busco apoio no artigo "Agricultura Urbana e Periurbana" (Pereira, 2000) que revela que a "agricultura urbana e periurbana é aquela que se desenvolve dentro dos limites ou nos arredores das cidades de todo o mundo, especialmente nos países não desenvolvidos ou em desenvolvimento. Este tipo de agricultura não é novidade pois a FAO (Food and Agriculture Organization) estima que no mundo, o número de pessoas que participa das atividades relacionadas com a agricultura urbana e periurbana é estimado em 800 milhões, gerando renda e produzindo alimentos.

As atividades ligadas à agricultura urbana e periurbana podem trazer benefícios à comunidade devido ao fácil acesso aos mercados de consumo, armazenamento, transporte e geração de empregos. Entretanto, também podem provocar riscos à saúde e ao meio ambiente ao se utilizar inadequadamente insumos agrícolas. São considerados setores importantes da agricultura periurbana e urbana a horticultura (principalmente a produção de verduras e legumes), a pecuária de pequeno porte, produção de forragens e leite, piscicultura, entre outros...

A agricultura urbana e periurbana não deve desenvolver-se em competição com a agricultura geral, mas concentrar-se nas atividades que tem vantagem comparativa, como a produção de alimentos frescos e perecíveis e de pronta entrega em feiras, sacolões, varejões e demais equipamentos varejistas". Este tipo de agricultura precisa ser cadastrado, gerenciado e organizado (associações, alianças ou parcerias com outros agentes econômicos "pós-porteira") e receber incentivos através de assistência técnica e extensão para evitar contaminação ambiental e problemas de saúde pública, e beneficiada com descontos nas contas de água e no Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU). Uma estratégia, devido ao elevado potencial de consumo de Piracicaba e região, seria fechar contratos e parcerias com os grandes equipamentos e redes varejistas, que, monitorando e rastreando a produção da agricultura urbana e periurbana, gerasse estímulos para melhor uso (racional) do solo urbano e periférico de Piracicaba.

- De que forma, apoiado na reconversão de culturas e diversificação, os municípios incorporam em seu planejamento a Lei 117/93, que





altera a distribuição do ICMS no Estado e que proporciona aumento de receita a mais de 80% dos municípios paulistas que possuem sua economia baseada na agricultura e agronegócios, e tendo como referência a área cultivada?

- De que forma têm sido perseguidos parcerias e/ou consórcios entre os diferentes setores municipais e estaduais visando somar forças na implementação de projetos localizados e regionais (projetos de microbacias hidrográficas, SOS Solo, Consórcio dos Rios Piracicaba e Capivari, e outros, bem como parcerias entre os municípios e organizações e entidades privadas, ao longo da cadeia produtiva agroalimentar, como canais de distribuição, redes atacadistas e varejistas, que vem se estabelecer nos municípios e que poderiam estimular e monitorar a própria produção local ou induzir iniciativas, como associações ou cooperativas da pequena produção ou de unidades familiares, baseadas na qualidade e segurança do alimento)?
- De que forma, nos municípios que têm na agricultura sua base econômica, são implementadas as ações das secretarias municipais de agricultura e sua integração com outras secretarias, principalmente a partir do momento em que se iniciou (idos de 1994) a redefinição do papel do governo estadual com a proposta de municipalização da ação governamental em nível local?.
- De que forma estão pensando na inserção da pequena produção de baixa renda e unidades familiares nos mercados e estão sendo mobilizados recursos financeiros e incentivos educacionais para transformação da agricultura atrasada, que, para evoluir, precisa de uma combinação variável da ação do estado e pressão social? Algumas experiências, com resultados positivos, indicam o incremento do associativismo e cooperativismo (a união faz a força), já que no mundo de hoje dificilmente um isolado produtor rural conseguirá sobreviver devido à baixa escala (uma andorinha só, não faz verão); o Banco da Terra e o Banco do Povo; criação de fundos municipais rotativos para apoiar sistemas de troca-troca na área de insumos, parcerias e condomínios rurais de máquinas, suínos, aves, gado leiteiro, armazenamento de grãos, processamento e outras iniciativas; projetos de recuperação de solos e de reflorestamento e matas ciliares; fornecimento de mudas de culturas perenes, florestais e sêmen; aquisição de máquinas de plantio direto, reconversão de culturas e verticalização da agropecuária, através do fomento de pequenas e médias agroindústrias, bem como sua integração a sistemas mais complexos; estímulos ao turismo rural, ecoturismo e outras atividades derivadas de motivos rurais, programa de treinamento de mão-de-obra, visando à educação rural em todos os níveis (executivo e operacional) no sentido de capacitar e qualificar o proprietário/trabalhador rural num cenário em mudança - SENAR, SEBRAE, interação com faculdades, colégios técnicos, órgãos de pesquisa e extensão, cooperativas e associações de classe; a inclusão de Piracicaba na recém-criada (maio/2000) Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, órgão da Secretaria do Estado que

estará criando os Pólos Regionais para os Agronegócios e outras iniciativas e entidades, etc.

- De que forma os municípios estão pensando a sua agricultura e agronegócios para aproveitar as vantagens comparativas de hidrovias, como Tietê e Paraná, e transporte multimodal e expandir suas produções agroindustriais para o Mercosul e Brasil Central? No caso específico de Piracicaba e região, de que forma estão sendo pensadas as vantagens da aproximação da Rodovia dos Bandeirantes, o gasoduto, o porto seco, possível polo agroindustrial em Artemis, a ativação de ferrovias, a logística de transporte e de distribuição de produtos rurais e transformados com agregação de valor, e compatibilidade com as condições e normas de proteção e educação ambiental, ecoturismo, parques temáticos, etc?

Analistas econômicos, estudiosos da competitividade, enfatizam que são poucos os setores em que o Brasil fará frente aos blocos econômicos. Seguramente, nossas vantagens estão no setor primário e, o mais óbvio, na agroindústria e turismo.

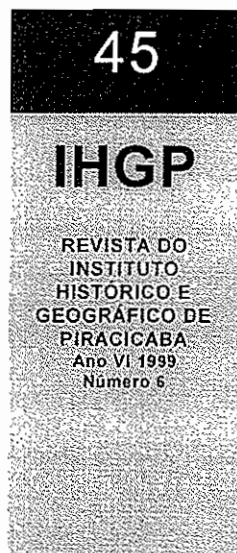
Neste momento, aprender as lições do mundo é de fundamental importância. A região que não tiver tomado consciência do que está acontecendo e não se preparar para a nova era e para o novo século vai ficar à rabeira, e se já estiver à margem, vai ficar mais atrás, ainda. Não passará da integração das misérias do Terceiro Mundo.

Os tomadores de decisão em cada região devem analisar quais os instrumentos mais factíveis para o desenvolvimento municipal. Se no Estado, quase 2/3 dos municípios, têm sua base econômica na agricultura e na agroindústria, é relevante refletir sobre a sua importância e se apoiar nos princípios das vantagens comparativas (modelo *cluster* de desenvolvimento regional) e no custo de oportunidade, racionalizar o uso de recursos escassos, perseguir ações dentro de um desenho de administração integrada, apoiado num planejamento estratégico, que arregimente e eduque parte da população marginalizada pela globalização da economia e que incorpore as lições advindas de um desenvolvimento rural e agroindustrial sustentado, da segurança do alimento e dos agronegócios.

É fundamental delinear estratégias para evitar que a região com vocação agrícola seja simples produtora e exportadora de matéria-prima bruta, que quase nada de valor adiciona para a região. Estas estratégias devem estimular a incorporação de agroindústrias, facilitando maior agregação de valor, impactando, regionalmente, o mercado de trabalho, geração de emprego, formação de renda, reprodução de capital e captação de divisas, e, conseqüentemente, reduzindo a baixa verticalização da agricultura. Assim agindo, através de parcerias e trabalho comunitários, se criariam condições que estancariam o empobrecimento progressivo de algumas regiões com melhor uso e ocupação do solo, manutenção e expansão do nível de emprego agrícola e urbano e melhoria de renda e bem-estar da população.

O tempo urge. Cabeças pensando e mãos à obra.

Para concluir, uma reflexão. Com o que foi colocado nas linhas



anteriores, buscamos apoio nos dizeres do pesquisador chileno De Camino, que afirma que, se formos nesta direção, poder-se-ia completar a citação "*pense de forma global e atue localmente*" com "*pense no futuro e atue aqui e agora*".

Referências Bibliográficas

- FERNANDES, V. 2000 a. Economia é baseada em cana há 200 anos. Piracicaba, *Jornal de Piracicaba*, 01/05/2000, p. D-10.
- FERNANDES, V. 2000 b. Cidade tem alto potencial de consumo. Piracicaba, *Jornal de Piracicaba*, 28/05/2000, p. B-3.
- HADDAD, P. R. (org), 1999. A competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil: estudos de *cluster*. /Brasília, CNPq/EMBRAPA, 265 p.
- NEME, M. (Org), 1936. *Piracicaba*. Documentário. Piracicaba; João M. Fonseca.
- NEVES. E. M., 1994. A Importância da Agricultura no Desenvolvimento Regional. São Paulo, *Revista ADEALQ*, Edmetec - Edições Médicas, Técnicas e Científicas Ltda. Ed. 18: 24-28.
- PEREIRA, M. T. 1996. Piracicaba: história de terra, de rio e de gente. Piracicaba, *Jornal de Piracicaba*, 28/01/96, p. A-2.
- PEREIRA, M. T. 2000. Agricultura urbana e periurbana. Piracicaba, *Qualidade de Vida*, CEPEA/DEAS/ESALQ, ano 2, no. 11: 1-4.
- PIRES, V. A. (Coord.), 1999. Piracicaba em Dados: Caracterização Econômica - Mercadológica do Município. Piracicaba, Banco de Dados Sócio-Econômicos do Curso de Economia/Unimep, Editora Unimep, 154 p.

46

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

PROCESSOS JUDICIAIS: UMA IMPORTANTE FONTE HISTÓRICA

Vitor André de Souza¹

Acredito que um pequeno relato de alguns casos passados tem como principal consequência dois fatos: o primeiro, e nele reside o maior fascínio de uma pesquisa histórica, diz respeito à demonstração das mudanças sofridas pelos valores e pelos lugares que esses valores ocupam em determinadas épocas; o segundo, intrinsecamente relacionado à mudança que a História promove, aponta para as consequências que esses valores trazem à sociedade.

Entretanto, acima de tudo isso, creio que o pequeno artigo que ora apresento servirá mais para ilustrar o quanto a pesquisa histórica baseada em fontes como os documentos judiciais contribuem para a realização de importantes e interessantes trabalhos historiográficos² que se firmam sobretudo em nomes de pessoas pouco ou nada conhecidas, demonstrando que a História não é feita somente pelos grandes nomes de heróis, governantes e artistas de grande vulto e demais personalidades aos quais uma historiografia arcaica insiste em investir o papel de únicos agentes transformadores da História.³

Para começar a pequena ilustração que me proponho realizar, gostaria de salientar a força que a *honra* e a *religiosidade* exerciam sobre as pessoas no século XIX e parte do século XX, força que inclusive orientava alguns princípios das práticas jurídicas. Demonstração explícita disso nos documentos judiciais está na grande quantidade de *juramentos* que algumas pessoas envolvidas no processo prestavam – geralmente nas ocasiões em que se avaliavam os valores dos bens de um inventário. A título de exemplo, transcrevo a seguir um juramento, respeitando a ortografia da época:

“Aos dezeceis dias do mez de Novembro de mil oito centos e sessenta e cinco neste sitio do casal do finado Manoel Barbosa Pires ha trez leguas distante da cidade onde foi vindo o juiz Municipal Doutor Martinho Avelino da Silva Orado comigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, ahi presentes os louvados Antonio de Almeida Leite e Domingos Jose da Silva Prado, aos mesmos o dito juiz deferio juramento aos Santos Evangelhos em um livro d’elles em que puzerão sua mão direita encarregando-lhes de bem e fielmente avaliarem os bens que pello inventariante lhes foram apresentados; e recebidos

¹ Aluno do último ano do curso de História na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e estagiário no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).

² Dentre vários trabalhos historiográficos já realizados e tendo como base processos judiciais, indico alguns como referência bibliográfica ao final do artigo.

³ Recomendo a leitura do livro: ANDRÉS-GALEGO, José. *História da gente pouco importante*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

47

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

4 Autos de inventário em que são partes: Manoel Barbosa Pires (inventariado) e Izabel Siqueira Cardoso (inventariante), ano de 1865, caixa L-02/B; 2o ofício cível, Piracicaba.

5 Autos de inventário em que são partes: Guilherme Peron (inventariado) e Elisabeth Rosino Peron (inventariante), ano de 1969, caixa L-41/A, 3o ofício cível (grifo meu).

6 Autos de demarcação de sesmaria, requerida por Sebastião Leme da Costa, ano de 1801, caixa L- 01/A, 2o ofício cível, Piracicaba.

7 Devido sobretudo à separação ocorrida entre a Igreja e o Estado com o advento da República no Brasil em 1889. Mas, mesmo com essa separação, o hábito de iniciar os processos judiciais invocando elementos religiosos ainda persistiu por algum tempo.

por elles dito juramento assim prometterão cumprir e assignão com o juiz.”⁴

Notemos que os avaliadores do inventário acima citados se comprometeram a exercer a sua função obrigados por um juramento feito sobre os Livros Sagrados; em nenhum momento foi citada uma punição legal para o caso de descumprimento da obrigação. Diferente dos processos ocorridos após a década de 1940, onde as testemunhas e demais envolvidos no caso juram *sob a pena da lei* dizer a verdade e cumprir as obrigações de que são incumbidas. Vejamos o exemplo a seguir:

“Aos 14 de fevereiro de 1969, nesta cidade de Piracicaba (...) em o edifício do fórum (...) aí compareceu a Sr^a Elisabeth Rosino Peron, brasileira, viúva, de prendas domésticas, domiciliada e residente nesta cidade, neste ato representada pelo seu advogado e procurador dr. Geraldo Bragion, brasileiro, casado, com escritório e domicilio nesta cidade, deferido o compromisso legal de bem e fielmente, sem dolo nem malícia, servir no encargo de inventariante dos bens deixados por Guilherme Peron. Aceito pelo mesmo o presente, assim o prometeu cumprir na forma e sob as *penas da lei* (...).”⁵

Honra e religiosidade que eram primordiais na condução de processos mais antigos, caíram em desuso nos casos mais recentes. Basta, como demonstração, a maneira pela qual se iniciavam as ações no século XIX e compará-la com os casos mais recentes:

“Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de hum mil oito centos e hum (...).”⁶

Já nos processos iniciados após o início da década de 1940, a ação inicia-se com a citação dos envolvidos e a descrição do caso. Não há a menor menção a elementos religiosos.⁷

Ainda falando em honra, notemos como se tratavam os crimes sexuais até o ano de 1940. Até então, quando uma moça era seduzida e deflorada, pairava sobre o infrator a acusação de haver *desonrado* a vítima; em nome da honra da mulher e da sua família, o acusado sofria um processo que apurava se foi ou não ele o autor do crime - um fato importante a ser observado diz respeito à acusação ser sempre feita pelo pai da moça e, no caso de ser ela órfã de pai, tal tarefa cabia ao irmão mais velho. Quando o indivíduo era considerado culpado, somente escapava da condenação à pena de cadeia se aceitasse se casar com a vítima; diversos casamentos foram, pois, realizados nessas condições.

Assuntos referentes aos trabalhadores escravos têm a tendência de suscitar enormes curiosidades – provavelmente devido ao asco que hoje sentimos por essa situação que até o final do século XIX era, no mínimo, normal, no Brasil. Nesse sentido, processos judiciais já subsidiaram (e continuam subsidiando) interessantes trabalhos de historiadores.

O arquivo jurídico de Piracicaba é extremamente rico nesse tipo de material. Vou citar aqui alguns exemplos que revelam, sobretudo, aspectos e situações da cultura escrava.

48

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

Em 1867, a escrava Benedita foi processada criminalmente pelo assassinato de seus três filhos, todos crianças – Barbara, Jeronimo e Joaquim. O que mais nos interessa aqui é a maneira pela qual a dita escrava assassinou as crianças: tentando o suicídio junto com seus filhos, ela pulou dentro de um tanque de água; por intervenção do feitor, foi salva da morte, o mesmo não ocorrendo com as crianças.⁸ Caso semelhante ocorreu com a escrava Guilhermina em 1870, processada pelo mesmo motivo.⁹

Mas aqui cabe uma pergunta: o que isso tem de interessante e revelador?

A esse tipo de questão o historiador responde fazendo uma “amarração” dos fatos revelados pelas fontes. A fim de fornecer mais alguns elementos para a análise, eu gostaria de citar aqui uma reportagem publicada no jornal “Gazeta de Piracicaba” de 29 de agosto de 1883:

“No domingo ultimo, às 2 horas da tarde, na fazenda Pao d’Alho, pertencente ao sr. dr. Manoel de Moraes Barros, em um pequeno tanque proximo á casa, o escravo de nome Tranquilino, pardo, de 25 anos, estando a lavar o rosto no açude, repentinamente cahiu n’agua. Não obstante dar váo o tanque em toda sua extensão e ser a queda presenciada por outros escravos, só foi retirado cadaver.

Informa-nos aquele dr. que, durante 17 annos que tem fazenda, só tem perdido cinco escravos, mas que, em quatro mezes deste anno, já tem perdido mais tres, e estes, repentinamente.”¹⁰

Notemos que, não obstante o tanque não ser fundo, os escravos morreram afogados e, dadas as circunstâncias, tudo leva a crer que se trata de suicídio. Mais importante ainda, os demais cativos nada fizeram para tentar impedir a morte de seus pares (o que reforça a hipótese de suicídio). Além disso, a morte escolhida foi o afogamento, semelhante à decisão das escravas Guilhermina e Benedita, já citadas.

Uma outra informação importante e que pode dar vazão a diversas hipóteses diz respeito ao fato de o Doutor Moraes Barros perceber um aumento no número de mortes por afogamento entre os seus escravos – nesse item, porém, não pretendo me aventurar a fazer nenhum tipo de reflexão. O que nos importa aqui é observar a existência de uma crença muito forte entre vários grupos de escravos que dizia que a morte na água levava a pessoa de volta para a África, pois a água é, dentro dessa crença, um elemento de ligação com o mundo dos mortos e a morte através dela pode levar a pessoa de volta a terra.¹¹ Dessa forma, os casos com escravos aqui analisados demonstram que essa crença estava presente também em cativos piracicabanos, o que pode ser um bom ponto de partida para interessantes pesquisas sobre o assunto – bem como a respeito de outros temas que tenham como principal fonte os processos judiciais.

8 Processo crime em que são partes: a Justiça Pública (autora) e a escrava Benedita (ré), ano de 1867, caixa L-11/A, cartório do 1º ofício. A ré foi condenada, pelo homicídio das crianças, a receber 150 açoites e a carregar ferro no pescoço durante três anos.

9 Processo crime em que são partes: a Justiça Pública (autora) e a escrava Guilhermina (ré), ano de 1870, caixa L-11/A, cartório do 1º ofício. A ré foi absolvida por ter ficado provado que a filha do seu senhor a submetia a maus tratos, sendo esse o motivo da tentativa de suicídio e assassinato de seus três filhos.

10 Publicado no jornal Gazeta de Piracicaba em 29 de agosto de 1883.

11 SLENES, Robert. “Malungu, Ngona vem!” África encoberta e descoberta no Brasil” *Revista USP*, no 12, dez/jan/fev, 1991-92, pp. 48-67.

49

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI, 1999
Número 6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Crapinha: a trajetória de Luis Gama na Imperial cidade de São Paulo**. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: as últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CORREA, Mariza. **Crime em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- FAUSTO, Bóris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo, Brasiliense, s/d.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil**. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

50

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

MÁQUINA DE ESCREVER NO CONTEXTO JURÍDICO

Daniela Ribeiro Ladeira¹

Todos nós sabemos de nosso conhecimento comum e popular que a máquina de escrever foi um grande invento que de certo modo deu origem aos computadores, os quais, alguns de nós possuímos em casa e sabemos a importância que têm.

No nosso dia a dia acabamos por não prestar muita atenção nesses dois inventos. O segundo se valorizou bastante devido à grande revolução que a internet trouxe, e quem não possui um desse em casa ou no trabalho, não tem como participar dela.

Devemos nos lembrar que antes do computador veio a máquina de escrever que foi um instrumento muito importante e ainda hoje é usada por algumas pessoas, ou que não têm condições de comprar um computador ou que não conseguiram se adaptar a ele e preferem continuar usando-a. Mas, sem ela não haveria, por exemplo o teclado e sem esse não teríamos como fazer com que o computador executasse suas tarefas.

O primeiro modelo da máquina de escrever foi o industrial, criado por Remington em 1873 e aperfeiçoado por diversas firmas, como Underwood, Smith, Royal e outras. Em 1930, a International Business Machines Corporation (IBM) lançou o primeiro modelo da máquina elétrica fabricado em série.² Só que antes desse modelo elétrico, surgiu o que conhecemos, aquele que antes dos computadores eram usados pelas secretárias e possui o sistema de esfera móvel (que contém os caracteres), que se desloca com a sua fita de impressão ao longo de um trilho paralelo ao papel.

A máquina de escrever teve a sua importância e como acabamos de observar, deu origem a outra coisa muito importante, o computador que nos trouxe a internet. Porém, aos leitores deste artigo eu gostaria de mostrar um pouquinho da importância que ela teve para a área jurídica e de como facilita o serviço de nós, estagiários do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, que trabalhamos com processos tanto da área cível como da criminal, os mais antigos de 1800 e os mais recentes de 1970. Somos encarregados de fazer um trabalho de resumo desses processos e depois cadastrá-los no computador, para que lá fiquem arquivados e facilite a pesquisa para encontrar um determinado processo.

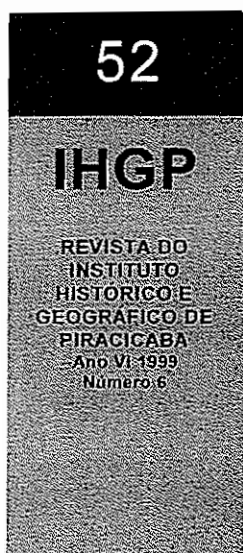
¹ Aluna do segundo ano do curso de Direito na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e estagiária do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).

² *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*, vol.16, Editora Nova Cultural Ltda 1998.

51

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 5



Os mais antigos, datando de 1800 a 1920, mais ou menos, são todos e por inteiro escritos a mão e nessa época usava-se a pena de ganso, que era mais comprida e própria para se escrever, e o tinteiro. Logo depois da pena de ganso surgiu a de aço, porém ela não ajudou muito a melhorar a escrita. A letra das pessoas, encarregadas de "escrever" os processos, em sua maioria escrivães, oficiais de justiça e juizes, era muito desenhada e eles usavam muitas abreviações, o que dificulta em parte a leitura deles. Com o envelhecimento e amarelamento das folhas, lê-los fica mais difícil ainda.

Há processos que são ilegíveis, devido aos problemas citados acima; outros precisam ser lidos com lupa. Mas, na grande maioria das vezes somos capazes de resumi-los sem nenhum problema, tirando alguns casos, em que tivemos que colocar na sua observação que o processo estava ilegível, por isso seu resumo estava incompleto.

As pessoas que trabalhavam diretamente com esses processos, naquela época, estavam em constante contato com esse tipo de escrita, por isso, acredito, que conseguiam compreendê-los melhor do que eu ou meu colega podemos hoje. Mas imagino uma pessoa que não tivesse tal contato com a área jurídica, tentando analisar um desses processos; provavelmente teria problemas.

Além dessa questão, do tipo de escrita dificultar o entendimento, podemos citar a do tempo e a do tipo de folhas usadas. Com certeza, depois que a máquina de escrever foi inventada e popularizada o tempo perdido para "escrevê-los" ficou muito menor, já que surgiram os datilógrafos, pessoas que datilografavam os processos, livros e outros documentos e que demoravam muito menos tempo do que os outros levavam escrevendo. Consequentemente, muita coisa foi agilizada. Os juizes já não precisavam escrever as sentenças de próprio punho; agora, eles apenas as ditavam e o escrivão, que precisava saber datilografar (escrever á máquina), assim o fazia.

Na questão das folhas, se formos analisar um desses processos antigos, veremos que a sua textura é diferente da das folhas que começaram a ser usadas depois que a máquina de escrever surgiu, além disso, elas eram mais grossas. Isso acontecia por causa da tinta, se a folha fosse mais fina e de textura diferente, seria mais fácil borrar durante a escrita e a tinta vazaria para o outro, borrando o que estaria escrito do outro lado. Se observarmos que sempre se escreve dos dois lados dela, que não há nenhuma em branco ou desperdício de espaço nela, podemos deduzir que não eram nada baratas. Por isso, a máquina de escrever, além de facilitar a leitura dos processos e agilizar a escrita deles, também barateou custos.

De qualquer maneira, o mais importante é que ela facilitou a leitura e a pesquisa deles, tanto que todos os processos analisados por nós que datam desde 1920 mais ou menos, ano em que a máquina de escrever ficou menor e mais popularizada, foram totalmente resumidos sem dificuldade alguma.

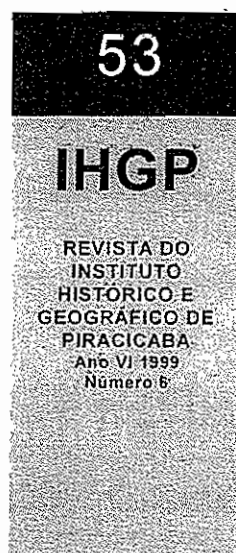
Os processos mais antigos, não que sejam de somenos importância, constituem principalmente inventários, partilhas, cobranças de dívidas, execuções de sentenças contra escravos e alguns outros, têm

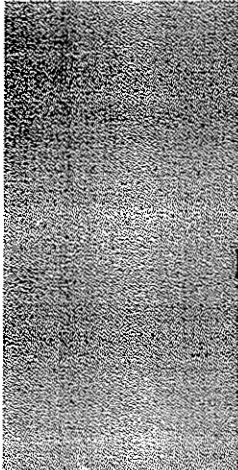
a sua importância. É sempre interessante sabermos um pouco mais de nossa História. Mas os autores e réus desses são, pelo menos até a presente data, pessoas que não tiveram muita importância para a cidade de Piracicaba, viveram suas vidas de forma comum, sem se tornarem de grande influência ou importância. Portanto, os processos ilegíveis não chegam a prejudicar uma pesquisa, pelo menos destinada a área jurídica importante, que possa vir a ser feita futuramente.

Ademais, logicamente que algumas formalidades e atos processuais necessários para que o processo se desenvolva sem problemas, mudaram; mas, na maioria eles continuam os mesmos, ou seja, não há diferenças gritantes entre um processo atual e outro mais antigo. Por exemplo, nos inventários antigos, o inventariante tinha de fazer um juramento com a mão direita sobre a Bíblia, sendo esse transcrito para o processo da maneira como havia sido feito. Essa era uma formalidade exigida e que hoje não é mais. Costumava-se escrever no início da petição inicial, documento que inicia o processo com o pedido do autor: *Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta três, do mês de...* Atualmente não se usa mais escrever assim, apenas coloca-se o nome da cidade e a data no final dela. Como se vê algumas coisas mudaram, mas a essência continua a mesma. Por isso, digo que as pesquisas que possam vir a ser feitas nesses processos antigos e infelizmente incompletos, não serão muito prejudicadas, no que diz respeito à área jurídica.

Agora, se a pesquisa for utilizar as informações históricas que eles possam vir a fornecer, ela estará prejudicada, devido às partes deterioradas e por isso faltantes nesses processos, já que estão ilegíveis. Isso se ela for se referir aos feitos em datas anteriores a 1920; se se referir aos realizados posteriormente, o pesquisador não terá problema algum, pois eles não estão tão deteriorados quanto os outros e têm a vantagem de terem sido escritos à máquina, que, com suas letrinhas perfeitamente legíveis, e sem haver a possibilidade de abreviaturas, facilita a leitura.

Nota da Redação - Segundo o *Webster's New International Dictionary*, da Editora G.F.C. Merriam, Springfield, EUA, 1951, houve modelos pioneiros anteriores ao ano de 1873. A primeira patente, diz ele, coube ao inglês Henry Mill, em 1714. Também um francês (Xavier Progin) apresentou modelo, mais prático, em 1883. E na sede do IHGP há uma foto de máquina de escrever pioneira, construída pelo brasileiro padre Azevedo, em 1861.





DISCURSO DO PROF. DR. ALMIR DE SOUZA MAIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA¹

Senhores e senhoras,

Temos a honra de trazer algumas palavras de agradecimento, em nosso nome e também no nome dos outros agraciados, Dr. Oswaldo Cambiaghi e Prof. Dr. Salim Simão. A tarefa de registrar a valorosa contribuição de nossos companheiros homenageados deixaremos ao Prof. Elias Salum.

Estar, nesta noite, participando desta sessão solene, em meio a tantas autoridades civis, religiosas, representantes da intelectualidade piracicabana e membros do Instituto Histórico e Geográfico, é para nós três um grande privilégio.

Os motivos de nossa satisfação não se devem apenas ao fato desta se constituir numa das maiores honrarias concedidas a piracicabanos de nascimento ou de adoção, mas também ao orgulho de nos incorporamos a um grupo de outros ilustres homenageados que, antes de nós, receberam a concessão da Medalha Prudente de Moraes.

Coloca-se diante de nós, e de todos os que antes de nós a receberam, a tremenda responsabilidade de honrar esta homenagem. E honrá-la passa necessariamente pela preservação dos valores e ideais daquele que lhe empresta o nome: Prudente de Moraes.

Não poderíamos deixar de lembrar, portanto, ainda que rapidamente, esse notável vulto da História Brasileira: Prudente de Moraes, primeiro presidente civil de nosso País, que deixou marcas indelévels, perpetuadas até hoje pelos registros históricos e pelo trabalho incansável de entidades como o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Destacamos sua austeridade, honestidade e probidade administrativa, qualidades essenciais, principalmente nos homens e mulheres públicos. Como Presidente, consta que Prudente atuou com espírito de justiça e autoridade, mas sempre com bondade, tendo deixado o cargo aclamado pela população, que o recebeu com entusiasmo em sua viagem de volta a Piracicaba. Os jornais da época salientam a "delirante expressão de simpatia do povo". Importante lembrar que transferiu o cargo para seu sucessor, presidente Campos Salles, dentro da normalidade política e democrática, mesmo não tendo tido este privilégio,

¹ Este discurso foi proferido em sessão solene do IHGP dedicada à entrega da Medalha Prudente de Moraes aos agraciados Almir de Souza Maia, Oswaldo Cambiaghi e Salim Simão, em 10 de dezembro de 1998.



uma vez que o Presidente Floriano Peixoto, seu predecessor, não havia comparecido à sua posse.

Embora para a Nação existam muitos outros aspectos de Prudente de Moraes que merecem ser realçados, para nós, em termos institucionais, como Direção Geral do Instituto Educacional Piracicabano, vale sempre lembrar sua participação na concepção e apoio à instalação do Colégio Piracicabano.

Ter uma opção educacional de qualidade para os piracicabanos era uma aspiração antiga de prudente de Moraes e de seu irmão Manoel de Moraes Barros. Existem registros históricos indicando que a sugestão de se abrir um colégio metodista em Piracicaba partiu inicialmente de Moraes Barros, ao Rev. Newmann, missionário que passou pela região. Após breve retorno aos Estados Unidos, o Rev. Newmann voltou o Brasil, trazendo consigo mais três norte-americanos, entre eles a Prof.a Martha Watts, que se hospedou na casa dos Moraes. Tendo logo conhecido Prudente e Moraes Barros, Martha Watts se entusiasmou com a idéia do colégio e veio a ser sua fundadora.

Em seu início, o Colégio Piracicabano contou com o imprescindível apoio dos irmãos Moraes, o que permitiu que se desenvolvesse em meio a algumas dificuldades (no primeiro ano, teve apenas uma aluna) e resitência por parte das autoridades católicas da época. No vigésimo aniversário do Colégio, chamado a discursar, Prudente de Moraes destacou o fato de ter educado todos os seus filhos e filhas no Piracicabano e, tomando posição contra os movimentos de intolerância religiosa, afirmou: "o evangelho que ensinam, com dedicação de verdadeiros apóstolos, é a religião de Cristo e a religião da paz, do amor e da fraternidade humana. Que mal poderia haver, então, neste tipo de ensino, questionava ele. Nisto, como em outras questões, Prudente de Moraes estava anos à frente de seu tempo, antecipando a concepção ecumênica e universal do ensino confessional, centrado principalmente na construção da cidadania e na promoção de um vida digna para todos.

Há que se entender, portanto, por tudo que pudemos expor, a importância da presente homenagem para nós. Prudente de Moraes faz parte da História da Educação Metodista, que temos buscado construir e fortalecer em Piracicaba. Prudente de Moraes incorporou muitos dos valores que, como metodistas, temos defendido em nosso cotidiano de construção da cidadania, como a honestidade, a democracia, a justiça e a honradez.

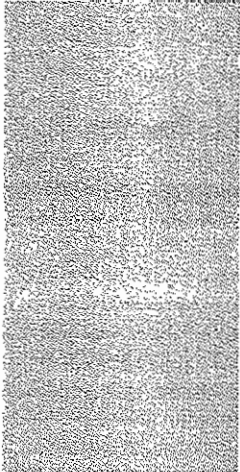
É, portanto, uma honra, para nós, recebermos a medalha que leva o nome de Prudente. Assumimos o compromisso, em nosso nome e no de nossos colegas agraciados, Dr. Oswaldo Cambiaghi e prof. Dr. Salim Simão, de fazermos o possível para dignificá-la, buscando cada vez mais dirigir nossos esforços para Piracicaba e seu povo.

Concluindo, queremos expressar nosso profundo agradecimento a todos os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, que nos honraram com a presente homenagem.

55

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



A FAZENDA MILHÃ, A CRISE DE 1929, E O TELEFONE ANTIGO

Fernando Ferraz de Arruda¹

A MILHÃ

1. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).

Em 1932, meus pais se transferiram da Fazenda Vai-Vem ou D. Pedro II, para a Fazenda Milhã, ali vizinha, pois meu pai foi convidado para ser o seu Administrador.

A sede da Fazenda Milhã era, e ainda é, enorme, com muitos cômodos e janelas. A construção é do tipo bandeirante, segundo especialistas como o Prof. Carlos A. Lemos, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, quando esteve na fazenda, em visita a meu pai para conhecer mais uma das valiosas sedes de fazendas antigas paulistas.

Segundo informações seguras, a casa, muito grande, levou cinco anos para ser construída, com todo o capricho de seu fundador Antônio Ferraz de Arruda, nosso tataravô, que veio de Itu, descendente de importante família de agricultores e muito abastado.

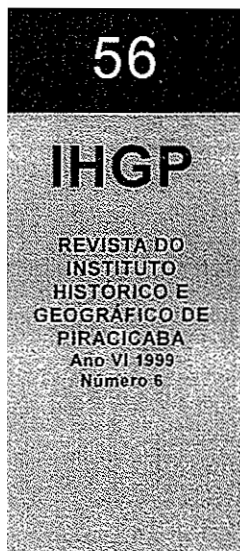
O término da construção dessa casa foi em 26 de março de 1850.

Ao vir para a nossa região, Antônio Ferraz de Arruda, o Mucunã, passou por Capivari, onde possuía uma propriedade em terras, as quais vendeu e adquiriu terras pertencentes a Antônio Pinto do Rego, metade de uma sesmaria, localizada entre os municípios de Piracicaba, Rio das Pedras e Tietê. Deu-lhe o nome de Milhã, pois havia ali extenso capinzal de capim milhã, bom para o gado.

Em 1932, começa a nova administração, agora sob controle de meu pai.

A CRISE DE 1929

Foi época difícil para os fazendeiros, que sentiram os seus reflexos. O café, como se sabe, era a principal fonte de renda dos agricultores, e do próprio governo. Em 1929, a crise do café, a grande crise mundial, deixou o governo em situação desesperadora, e os fazendeiros, idem. A empresa elétrica até cortou a luz na fazenda. O governo, não encontrando outro recurso, o café não alcançava preço, passou a queimar os estoques que possuía. Muitos fazendeiros perderam tudo. Entregaram suas propriedades a seus credores. Além disso,



os cafezais foram rudemente atacados pelo *Hypothenemus hampei*, um besourinho terrível, devastador dos cafezais, a broca-do-café.

Anote-se o importante trabalho científico do Prof. Dr. Salvador de Toledo Piza Jr. e equipe da nossa famosa ESALQ, mediante preciosa pesquisa, na qual conseguiram descobrir, em Uganda (África) uma vespinha, inseto da ordem dos Himenópteros, capaz de combater a broca-do-café.

Com o café em crise, meu pai tomou dura, porém necessária, decisão, de substituir o café pelo algodão.

Com economia, controle, muito estudo, e inteligente administração, as terras roxas responderam, a contento, a oportuna iniciativa, com boa produção de algodão, em média quinhentas arrobas, por alqueire paulista (3.100 kg/hectare).

Os caminhões, que me trouxeram muitas vezes à cidade, ao transportarem 220 arrobas (3,3 toneladas) de algodão, subiam as estradas montanhosas, lisas e barrentas, roncando e balançando-se um lado e outro, davam a desagradável impressão de que iam tombar.

Pouco a pouco, a situação melhorou, a luz foi ligada de novo. Dado o respeito e a ordem implantados pela administração, e o trabalho desmedido de todos, tudo voltou ao normal.

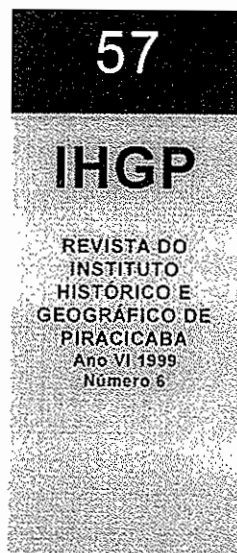
E a fazenda foi salva. Pagas as dívidas, a lua, as estrelas do céu, e o Cruzeiro do Sul brilharam mais risonhos, no alto do firmamento.

O nome de meu querido pai, Antônio Ferraz de Arruda Pinto, ficou reconhecido, por todos, com muita justiça.

O TELEFONE ANTIGO

Sobre o telefone antigo da fazenda, há algumas referências a serem consideradas.

Meu avô Bento, pai de meu pai, estudou no Colégio São Luiz de Itu, onde aprendeu a se interessar pelo nosso País: era admirador de D. Pedro II e monarquista convicto. E acompanhava a vida do Imperador, com muito interesse. Quando se casou, separou lá da Fazenda Milhã, cem alqueires (242 hectares) e fundou a sua fazendinha e denominou-a de Fazenda D. Pedro II, em homenagem ao Imperador. E com muita razão, pois D. Pedro II era muito culto e dado ao estudo das Ciências. Numa viagem que D. Pedro II fez aos Estados Unidos, aliás, a primeira, compareceu à Exposição do Centenário, em Filadélfia, em 1876. Lá, se encontrou com Alexander Graham Bell, seu amigo, que levou o seu invento, o telefone, para a Comissão de Juizes, examinadores dos novos inventos. Pois, não é que a referida Comissão passou por Bell, examinou o seu invento, e não lhe deu importância, considerando o seu trabalho, um dispositivo tolo, sem nenhum préstimo para a humanidade? A convite de Bell, o Imperador D. Pedro II, ali presente, atravessou a sala, tomou do receptor do telefone e se entusiasmou ao ouvir a voz de Bell, falando-lhe através do aparelho. O entusiasmo de D. Pedro II chamou a atenção, e contagiou os juizes, os quais reconheceram, então, que se tratava de grande invenção. E mandaram Bell localizar o seu invento, num lugar de destaque na Exposição.



No Brasil, o primeiro aparelho telefônico, trazido por D. Pedro II, foi instalado em 1876, no Palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Em 1879, o Imperador autorizou, por decreto, a organização de uma companhia telefônica no Brasil, só organizada em 1890, e, mais tarde, destruída por um incêndio.

Aqui, na Fazenda Milhã, foi instalado o telefone, da seguinte maneira: o de número 145, na residência de meu avô, em Piracicaba, na rua XV de Novembro, nº 120; o de número 144, na Fazenda Vai-Vem, com dois sinais, e na Fazenda Milhã, também, com o número 144, com três sinais.

Primeiramente se dava o sinal para a telefonista, que completava a ligação.

Os fios transmissores se estendiam pelos postes, colocados ao lado da estrada, até a sede da fazenda, de modo que se tornavam mais práticas as vistorias para reparos ou consertos. Estes consertos eram necessários sempre após ventos ou chuvas fortes, raios, galhos de árvores, cruzamentos de fios, postes quebrados, etc.

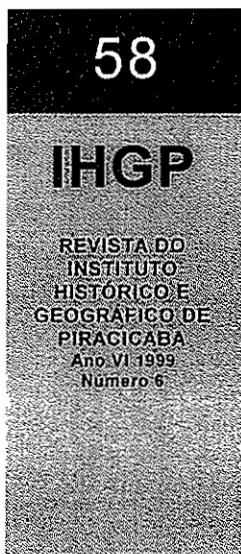
Na residência, o telefone era preso na parede. Consta de uma caixa retangular de madeira, contendo, receptor do lado esquerdo por fora, e do direito, a manivela para chamada. Na frente, o fone e as campainhas; e por dentro da caixa, as pilhas.

Hoje, o telefone mudou tanto. É mais simples e prático e ainda, agora, há o telefone celular, que se guarda no cinto, no bolso, etc. Deu o sinal, é só tirá-lo e atendê-lo. Vem com as pilhas, que se devem carregar. Há também a Internet, que nos permite comunicar com o Japão, em apenas um minuto.

Tudo isso, é fruto do estudo, da pesquisa e do trabalho construtivo dos homens de bem.

Bibliografia

1. Enciclopédia Delta Universal, vol. 5, p. 2516; vol. 11, pág. 6167; vol. 14, p. 7576 a 7581.
2. Inventores Famosos, de I. Eberle, p. 69 a 73. Editora Lidor, sobre Alexandre G. Bell, edição de março de 1965.
3. A Fazenda Milhã, de Jair Toledo Veiga, do IHGP, em artigo no **Jornal de Piracicaba**, de 26 de março de 1976, p. 4.
4. Os Pacheco e os Ferraz – II – de F. Nardy Filho, de **O Estado de S. Paulo**, de 23/07/1955.
5. Carlos A. Lemos, Prof. de Arquitetura, da USP, em seu livro **Cozinhas, Etc.** e entrevista com Antônio Ferraz Arruda Pinto e filhos, proprietários da Fazenda Milhã, nesse mesmo livro, p. 91 a 93 e 222 – Editora Perspectiva, 1976.
6. A Fazenda Milhã, de Renato Albuquerque Salles, **Revista do Instituto de Café do Estado de São Paulo**, nº 102, Ano X, julho, 1935.
7. Observações e lembranças pessoais do autor deste artigo.
8. Foto da casa da fazenda.



FAZENDA SANTA LÍDIA DE PIRACICABA

Pedro Silveira Rocha¹

A gente já tem dito e escrito e muitos também já o têm, que trazer o passado ao presente é revivê-lo. Mas nem sempre recordar o passado nos alegra, aliás, não raro, nos entristece.

Data de tempo, de anos, crescia em mim o desejo de rever a fazenda Santa Lídia de Piracicaba, o meu verdadeiro torrão natal onde, no luminoso dia 11 de maio de 1915, ou seja: há 83 anos, eu nascia.

Era uma das várias outras do Engenho Central construído em Vila Rezende ao lado direito do rio, em 1881, *pelo Barão Estevão Ribeiro de Rezende, vendido em 1899, à Sociéte de Sucrieries Brésilienne*, Fazenda, diria, modelo. Uma beleza de fazenda! Infelizmente, aquela impressão viva do Belo foi desaparecendo desde quando desativado o Engenho (a Usina), em 1974. Sua força: cana-de-açúcar.

A colônia, na época áurea, contava com 15 ou 20 casas à esquerda de quem seguia a linha férrea rumo a outras fazendas; à direita 8 ou 10, outras esparsas, e o prédio da bem arrumada igreja, onde os católicos iam fazer suas orações: rezar o terço, a ladainha. As rezas eram ministradas pelo "mestrinho", Alexandre Muton, professor da escola, um senhor de 1,50 metro de altura.

Havia campo de futebol e de bochas. Os colonos tinham como passar o tempo: nas festinhas da igreja, jogando futebol ou assistindo a ele, ou jogando as bochas, ou jogando cartas, ou nos bailinhos nos fins de semana.

A casa da fazenda, onde nasci, tinha 10 cômodos. Ao seu redor, um grande e viçoso pomar, amplo quintal, chiqueiros (para engorda), chiqueirão com dezenas de porcos, cercado para vacas, pasto, manjedoura, cavalaria, enfim, tudo que importava a uma fazenda bem cuidada.

Para a família do meu pai, o administrador, feijão, arroz, batata, ovos, frangos, carne de porco e de vaca, leite e outras qualidades de alimento, havia em abundância.

Em frente do casarão, a uns 10 metros, passava a estrada de ferro, ramal que partia da *Chave Corumbataí* até Porto João Alfredo (hoje Ártemis). Por ela era transportada a cana para o Engenho.

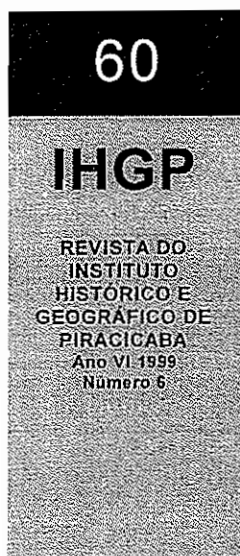
Como quem ia à cidade pela linha, ao lado direito, estendia-se o

¹ Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).

59

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



mato grande, a exuberante floresta onde, além de bichos: macacos, jaguatiricas, porcos-do-mato, bicho preguiça, cachorro-do-mato, queixadas e outros, mais a embelezava e mais a ativava uma variedade notável de pássaros, também contados às centenas dentro, em suas bordas, e em outros lugares nas baixadas, nas tigüeras, nas roças...

Na fazenda, que continuo revendo mentalmente no seu tempo resplandescente, residi até os meus 10 anos quando, levado pela circunstância — morte do meu pai e depois do meu irmão mais velho, que assumiu a administração —, mudamos para Vila Rezende e três anos depois para Rafard, onde vivo com minha família.

Em Rafard passei a minha adolescência, a minha mocidade e estou passando a minha velhice saudável, mercê de Deus, que me tem concedido essa graça.

Aquele desejo realizei há pouco tempo. Fui revê-la. Fui rever a minha tão querida e tão lembrada fazenda Santa Lídia de Piracicaba.

Tomamos, a pessoa que me acompanhava e eu, a estrada de São Pedro e, num determinado ponto, indicado por pessoas amigas, seguimos a estrada que leva a Costa Pinto, via essa, bem conservada, em cujas margens se estendem viçosos canaviais. Embora de terra, nenhum problema deu ao carro, que a vencia em boa velocidade.

Chegados, já à entrada da fazenda onde se situava a colônia, que tristeza ao meu olhar que sonhava ver não aquela beleza de outrora, mas as casas habitadas, a igreja bonita, a venda do Biscalchim, a bica d'água e outras coisas que viviam na minha lembrança e na minha saudade. Que decepção! Que desgosto! Que tristeza! Que dor no coração que só não me levou às lágrimas porque me fiz de duro.

Ao lado direito, apenas três casas, sofrendo a implacabilidade do tempo. Ao lado esquerdo, duas também abandonadas, com as portas e as janelas às escâncaras.

Fui até a minha casa, que também ansiava por rever. Que tristeza, repito. Que tristeza vê-la ao abandono, sem a atividade de uma família numerosa como era a minha! Onde era pomar, quintal, chiqueiros, manjedoura, pasto, cocheira, cavalariça — cana, só cana, cana até onde passava a linha férrea. Que tristeza! Que tristeza! Dentro, percorri cômodo por cômodo. Revi, com saudade, o em que funcionava a escolinha, o escritório de papai, o *quarto de costura* de mamãe.

Quanta coisa revi pelos olhos da imaginação, decepcionado com o tempo que tudo destrói, naquele pouco tempo em que ali permaneci recordando o passado.

Ao regresso, demorei a olhar o local onde ficavam a venda, o jogo de bochas e o depósito d'água que abastecia a maquininha do Engenho.

Fluam-me as lembranças... Baforando fumaça e fazendo barulho característico das rodas sobre os trilhos, a maquininha, quando passava pela fazenda puxando vagões carregados de cana, apitava — apito longo — redundando em festa para a garotada, particularmente para mim.

Paramos em frente da igreja. Entrei. Sala ampla, 6 por 10 metros, mais ou menos, sem bancos, chão ladrilhado, sujo, vidros quebrados, uma lástima. O altar, ainda até bonito, conservava a imagem

da padroeira — Nossa Senhora do Carmo — e de outros santos, todas em perfeito estado, apesar dos pesares.

Voltei lamentando. Ah, fazenda Santa Lídia de Piracicaba! Minha fazenda, meu torrão natal! Lembrar como era e como hoje é... Que tristeza, que desgosto vê-la em estado tão deplorável, tão chocante, ela que foi um brinco, uma beleza!

A CASA ONDE NASCI

Eu fui rever a casa onde nasci.
Que diferente está! Que diferente!
Não passa mais a linha férrea em frente,
não parece a que outrora conheci.

Onde o pomar? O pêssego, o caqui,
a carambola, a manga... Onde?... Somente
sobrevivem ao tempo, impunemente,
os pés de tamarindo e jatáí.

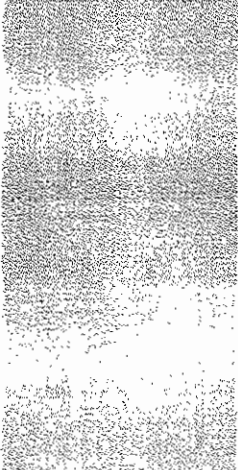
A cocheira... o curral... o chiqueirão...
a bica d'água... Nada mais existe
do que trazia na recordação.

E a fazenda, meu Deus! Dizer quem há-de?
Em abandono, despovoada, triste!
Ah!... Por que fui matar esta saudade?!...

61

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



ESTUDO DA AÇÃO ANTRÓPICA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CORUMBATAÍ

João Luís Franchi¹

RESUMO

¹O autor é piracicabano, reside em Rio Claro e está no terceiro ano do curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista - Unesp. Contato: jlfanchi@bol.com.br

A partir do momento em que o Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba anunciou, em março de 2000, que 100% da água tratada da cidade será retirada do Rio Corumbataí, duas certezas chegam à mente daqueles que se preocupam com a questão ambiental e a qualidade de vida: a primeira certeza, a tristeza, ante os fatos, de que o velho Rio Piracicaba, que deu o nome à cidade-noiva, hoje, já não fornece mais água aos seus habitantes. Por mais de dois séculos, o rio fez esta tarefa, mas, ao chegar a 2000, não agüentou mais e se curvou à ação destruidora do homem - suas águas poluídas se tornaram caras demais para serem curadas; a segunda certeza, é a necessidade urgente, antes que seja tarde demais, da preservação daquele que é hoje, o principal manancial fornecedor de toda a água tratada para a área urbana do município de Piracicaba - o Rio Corumbataí.

Palavras-chave: preservação, qualidade da água, planejamento regional, Geografia.

INTRODUÇÃO

O Rio Corumbataí (rio dos corimbatás, em tupi-guarani), principal afluente do Rio Piracicaba, drena com sua Bacia Hidrográfica uma área de 171.050 hectares (1.710,5 km²). Suas nascentes localizam-se na Serra de Santana, na Estância Climática de Analândia, numa região onde impera o relevo de cuestas, a cerca de 800 metros de altitude, e deságua no Rio Piracicaba, na cota de 470 metros de altitude, perfazendo um desnível considerável de 330 metros. É um rio de difícil navegação, conforme atesta José Luiz Guidotti, em seus relatos. O índice pluviométrico na região das nascentes atinge 1450 mm de chuvas por ano. (Brino, 1973). A maior parte do território do município está dentro de uma Área de Proteção Ambiental, criada pelo Governo Estadual em 1983. Seu alto curso é encachoeirado e limpo. Os municípios localizados na Bacia Hidrográfica do Corumbataí são: Analândia, Corumbataí,

62

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

Itirapina, Ipeúna, Rio Claro, Santa Gertrudes, Charqueada e Piracicaba. Os principais afluentes do Rio Corumbataí são o Rio Passa-Cinco, em sua margem direita, e que tem suas nascentes próximas ao Distrito de Itaqueí da Serra, no município de Itirapina, e o Ribeirão Claro, em sua margem esquerda, que tem suas nascentes no município de Corumbataí (Zaine, 1996). Em seus 130 quilômetros de extensão, o rio sofre várias agressões que serão analisadas a seguir, para ter uma visão do atual estágio de sua conservação.

Analândia - o berço do Corumbataí

O município de Analândia, transformado em Estância Climática por decreto estadual em 1966, é cidade de pouco mais de 4 mil habitantes; sua economia gira em torno do turismo, especificamente, o ecoturismo. Seu clima invejável, aliado às belezas cênicas do relevo de cuevas e morros testemunhos, transformaram Analândia num pólo do ecoturismo paulista, ao lado de Brotas. Das escarpas das cuevas voltadas para a Depressão Periférica, localizam-se os nichos de nascentes do Rio Corumbataí. Contudo, ao passar pela área urbana da cidade, o rio recebe a primeira agressão - o esgoto doméstico é despejado *in natura*. Segundo Viadana (1985), a área onde o esgoto é despejado num rio recebe o nome de "área de despejo de rejeitos" e o processo natural de decomposição e recuperação de um rio depende de fatores como: a quantidade de rejeitos despejados, a quantidade de água do curso d'água, a quantidade de afluentes, a mata ciliar de suas margens. No caso de Analândia, o rio se recupera parcialmente do esgoto doméstico, atingindo a cidade de Corumbataí, com qualidade ainda aceitável de pureza.

Corumbataí - 100% de esgoto tratado

A pacata Corumbataí, com pouco mais de 3 mil habitantes, tem um exemplo a nos dar. Todo o seu esgoto é tratado, depositado em lagoas de decantação. Porém, na cidade do mesmo nome do rio, ocorreu, há 30 anos, um desastrado projeto governamental denominado "Pró-Várzea" (Viadana, 1985). Esse projeto do governo paulista visava a aumentar a área destinada à agricultura, utilizando áreas de várzeas dos rios. No caso do Rio Corumbataí, houve correção de seu curso, tornando-o retilíneo, na altura do município homônimo, provocando o desaparecimento dos meandros, da mata ciliar, quebrando o ecossistema daquele trecho. Como consequência direta, ocorreu um processo de assoreamento e diminuição da quantidade de água. Se, em Analândia, a mata ciliar ainda é razoavelmente preservada, a partir de Corumbataí, tal paisagem se modifica, ocorrendo apenas pequenas manchas e trechos preservados.

Distrito de Ferraz - Distrito de Ajapi

A partir de Corumbataí, atingindo os distritos rioclarenses de Ferraz e Ajapi, intensifica-se a atividade de exploração de areia, que



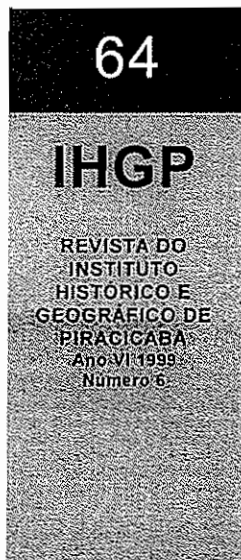
pode ser dividida em duas categorias: para uso industrial - vidro, moldes para a fundição, que utilizam areia devido ao alto grau de sílica em alguns trechos; para uso da construção civil, oriundos dos "portos de areia" espalhados pelo alto e médio curso do rio (Zaine, 1996). A exploração de areia na Bacia do Rio Corumbataí se estende por mais de quatro décadas. Se feita sem controles ambientais, tal exploração provoca modificações nas margens dos rios, alterando o curso d'água. Perto de Ajapi, ainda, localiza-se a Estação de Tratamento de Água ETA II, responsável por 60% da água tratada do município de Rio Claro; os outros 40% são retirados do Ribeirão Claro, próximo ao Horto Florestal.

Rio Claro - o rio morre

Ao atingir o município de Rio Claro, em seu médio curso, o Rio Corumbataí recebe um duro golpe. O desenvolvimento industrial, o crescimento demográfico, o processo de urbanização em áreas próximas ao rio aliado à ocupação desordenada do solo, são golpes duríssimos à preservação do Corumbataí. Pode-se dizer que, ao passar margeando o perímetro urbano de Rio Claro, o rio torna-se "morto", principalmente, pelos 15 emissores clandestinos de esgotos que recebe em seu médio curso, e à ação criminosa de alguns ramos industriais químicos (predominante no parque industrial de Rio Claro), que ainda não se conscientizaram de suas ações praticadas - apesar das duras multas impostas pelos órgãos ambientais. Mas, em Rio Claro, apesar da intensidade das agressões, surgem atitudes dignas de aplausos, como a integração ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba e Capivari e a recente inauguração da primeira estação urbana de tratamento de esgoto do Jardim das Palmeiras, responsável pelo tratamento de 5% de todo o esgoto produzido na área urbana de Rio Claro. Somando-se ao esgoto tratado nos Distritos, atinge-se a cota de 8% de esgoto doméstico tratado no município de Rio Claro. A meta, a médio prazo, é que sejam construídas mais seis unidades de tratamento de esgoto em todo o município, perfazendo 100% de esgoto tratado. A qualidade de água que os piracicabanos bebem, depende, e muito, do que ocorre em Rio Claro.

Distrito da Assistência.

Pertencente a Rio Claro, o distrito de Assistência, localizado às margens da Rodovia SP-127, entre Rio Claro e Piracicaba, tem na mineração, mais especificamente, na exploração do calcário dolomítico, sua principal atividade econômica. A exploração do calcário vem desde a década de 50, provocando profundas modificações na paisagem. Com as chuvas, as enxurradas transportam materiais, como o calcário, para as águas do Rio Corumbataí, e por se tratar de um material ácido, provoca a modificação do pH natural da água na região. Logo após a Barragem da antiga Cesp, o Corumbataí recebe o poluído Ribeirão Claro. Próximo ao Distrito da Assistência, ocorre um fenômeno hidrológico que "devolve" a vida ao rio. O Corumbataí, recebe seu maior afluente - maior que ele próprio, o Rio Passa-Cinco, que tem suas nascentes na



Serra de Itaqueri. Com o aumento significativo do volume de água, o Rio Corumbataí renasce, e seu curso se torna calmo e menos encachoeirado.

Recreio - Usina Costa Pinto - Santa Terezinha - Piracicaba

E o Rio Corumbataí entra no espaço piracicabano. A qualidade da água melhora, por processos naturais de depuração. Contudo, a presença da monocultura canavieira, que faz uso de agrotóxicos, é mais uma ameaça ao rio e à qualidade da água. A água, que chega através de pequenos córregos e mesmo pelas enxurradas, leva consigo parte do agrotóxico, que se mistura à água e compromete sua qualidade. Já perto da foz, nas imediações da Usina Costa Pinto, é feita a captação de água da cidade de Piracicaba na Estação do Capim Fino. E o Corumbataí, finalmente, após tantas agressões, deságua no também poluído Rio Piracicaba, que também encontra o poluído Rio Tietê, que por sua vez, começa a se recuperar somente após a Barragem de Ibitinga, já próximo de seu alto curso. É uma espécie de "morte e ressurreição" dos rios paulistas, porém, até quando a natureza suportará os efeitos da ação antrópica, é uma incógnita.

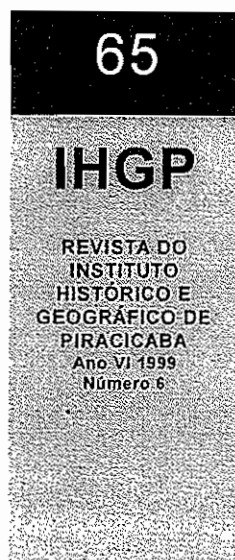
Conclusão

Ao realizarmos este breve estudo, abordando aspectos ambientais, geográficos e espaciais, sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí, chegamos a algumas definições:

1. Se não houver um planejamento e uma conscientização regional sobre a preservação do Corumbataí, a cidade que irá mais sofrer as conseqüências será Piracicaba;
2. A legislação ambiental é severa, porém, as agressões ao rio continuam;
3. Será que é possível colocar em prática medidas de desenvolvimento sustentável, ou isso é apenas uma face "de marketing ambientalista" do capitalismo moderno, sem nenhum efeito prático?
4. E se não houvesse o Corumbataí?

Referências Bibliográficas

- BRINO, Walter Cecílio. **Contribuição à Definição Climática da Bacia do Corumbataí e adjacências (SP), dando ênfase à caracterização dos tipos de clima.** Tese de Doutorado, FFCL Rio Claro, 1973.
- GUIDOTTI, José Luiz. **Rio Corumbataí - relatos de uma navegação.** CN Editora, Piracicaba, 1996.
- VIADANA, Adler Guilherme. **Análise da qualidade hídrica do alto e médio Corumbataí (SP) pela aplicação de bio-indicadores.** Dissertação de mestrado, IGCE/UNESP, Rio Claro, 1985.
- ZAINE, Mariselma Pereira & PERINOTTO, José Alexandre. **Patrimônios naturais e história geológica da região de Rio Claro - SP.** Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1996.





O SÍTIO DO CAPÃO DO TATUAPÉ ACIMA

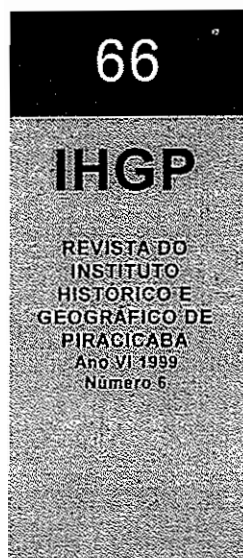
Marcelo Cachioni¹

O BAIRRO DO TATUAPÉ EM SÃO PAULO

¹ Marcelo Cachioni é Sócio-Titular do IHGP, Arquiteto e Urbanista formado pela FAU-PUCAMP em 1995, Especialista em Patrimônio Arquitetônico e Mestrando em Urbanismo, pela Pós-Graduação da FAU-PUCAMP. O presente trabalho, faz parte do Memorial de Restauro (este, na íntegra) da casa sede do antigo Sítio do Capão realizado pelo Escritório Kruchin Arquitetura de São Paulo.

A história do Tatuapé é tão antiga quanto a história da cidade de São Paulo. Seis anos após a fundação da Capitania de São Paulo de Piratininga, o padre José de Anchieta trouxe para o território a Companhia de Jesus, que passou a conceder sesmarias para lugares longínquos e desconhecidos. Dentre as inúmeras sesmarias, destaca-se a que foi concedida ao padre João Alvares, que partiu do Pátio do Colégio em direção à futura *Conceição de Guarulhos* e fez um pouso de descanso que denominou Tatuapé - tanto o local quanto o córrego. Segundo o historiador Teodoro Sampaio, na língua indígena, Tatuapé significa caminho do tatu, que por corruptela passou a *tatu-a-pé* (é possível, que na região, existissem muitos tatus). Posteriormente esta paragem tornou-se muito importante, pois ali passavam todos os viajantes que iam ou vinham do Vale do Paraíba e de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em 1620, viajantes faziam reclamação contra o pequeno córrego, que havia transbordado e levado a ponte, impedindo a passagem.

No recenseamento de 1765, o Tatuapé já era citado como bairro e não mais como paragem. Durante o século XVIII, nenhuma benfeitoria havia sido registrada. Apenas na segunda metade do século XIX, teve início a construção da Estrada de Ferro do Norte (Central do Brasil ou Rio-São Paulo), que ligaria São Paulo à cidade do Rio de Janeiro. Foi inaugurada em 7 de julho de 1877 e só não foi instalada estação neste local, por estar próxima à estação do Belém, além de ter sido criada outra no núcleo Maranhão (ou Sebastião Gualberto). Em 1889, Guilherme Rudge assinou contrato com o governo para instalar uma linha de bonde até Penha de França. O primeiro bonde, puxado por burros, passou em 1901. A partir desta data, a área que era quase totalmente ocupada por sítios e chácaras de cultura agrícola (viticultura); foram sendo loteadas, iniciando um processo de urbanização. As primeiras ruas abertas foram as ruas Tatuí, Poliguara, André Vidal, Felipe Camarão e Celso Garcia. Nas décadas de 1910-20, novos loteamentos surgiram, dando origem à Vila Jusã (Primavera), e também às ruas Engenho Velho, Ivaí, Pitangui, Tanquinho e outras.



Somente em 2 de outubro de 1934, quando contava 63.253 habitantes, foi criado o subdistrito do Tatuapé, abrangendo 20 bairros num território de 31,40 km², incluindo a Vila Formosa (onde está o antigo Sítio do Capão), Água Rasa, Parque São Jorge, Maranhão, Santo Estevão, Jardim Têxtil e Vila Antonina. Até então, havia pertencido, durante o século XIX, à Freguesia do Brás, e passado 1899, ao distrito do Belenzinho.

SÍTIO DO CAPÃO²

"O levantamento retroativo nos reporta a 1698, data do primeiro proprietário do então chamado *Sítio Capão³ do Tatuapé Acima*, de Pedro Ayres de Aguirra e sua mulher Catharina Lemos. Estes eram herdeiros de João Ramalho, o que nos faz crer que a área em questão fazia parte de sua sesmaria. Na escritura de compra e venda do sítio consta que ele foi transmitido ao Vigário da Vara André Baruel⁴ pela quantia de 25\$000 reis:.... *que elles possuem no limite desta villa na paragem chamada Tatuapé hum capão grande de mato grosso com mais tres pequenos que houveram por titulo de compra de João Baruel como consta nos titulos delle que exhibiu do comprador e tres pequenos pelo Ribeirão a riba do Tatuapé entre o Ribeirão de Tristão de Oliveira e os herdeiros de Francisco Velho de Moraes⁵ e o Capão Grande fica em huma chapada a as tres pequenas pelo Ribeirão Tatuapé a riba e que tendo assim capão e para que da mesma maneira que possui os ditos Capões declarados assim vendiam como com effeito venderão deste dia por todo o sempre ao Reverendo Vigário da Vara André Baruel por praça e quantia de 25\$000.*

Com o falecimento do Padre Baruel o sítio foi arrematado pelo Capitão Domingos Lopes de Azevedo, em dez de março de 1774, por sua vez, o vendeu a Antonio de Freitas Branco. Então, conforme termo de arrematação nos autos de inventário de Antonio de Freitas Branco o sítio do *Capão Grande* foi havido por Antonio Correia Pires em hasta pública.

Em 14 de junho de 1800, encontramos a escritura de doação feita por Dona Ignez Corrêa Bueno, de um sítio chamado *Capão*, a seu filho Capitão José Marianno Bueno. A transmissão ocorreu por ocasião do falecimento do marido de D. Ignez, Antonio Fernandes Barroso, e consta dos seguintes termos: ... *é senhora e legítima possuidora de hum sítio e terras com casas de vivenda⁶ de parede de taipas de pilão cobertas de telha com alguns poucos trastes que nas ditas casas se achão que tudo lhe coube por meação de seu casal por falecimento de seu marido Antonio Fernandes Barroso...*

Até então, a propriedade era constituída na sua totalidade por três Capões Pequenos e o Capão Grande, ficando os três Capões Pequenos, na partilha amigável, para o irmão de José Mariano, Antonio Bernardo. Configura-se assim o primeiro desmembramento do imóvel. Nós seguiremos analisando apenas as transmissões referentes ao Capão Grande. Foi no documento de doação da propriedade para seu filho, Capitão José Marianno, que D. Ignez nos deu a conhecer pela primeira vez, referência da casa sede.

2 Levantamento da documentação sobre o Sítio Paraíso (Capão) realizado por Márua Roseny Pacce para o processo de tombamento no CONDEPHAAT em 1978.

3 Capão é uma porção de mato isolado no meio do campo (Aurélio, 1988).

4 Dificilmente um padre compraria terras se não houvesse moradia no local; é possível que a casa já existisse antes de 1774, data da transferência de proprietário após a morte do padre André Baruel.

5 Francisco Velho de Moraes foi bandeirante e participou da aclamação de D. João IV como rei do Brasil em 1641 (Ellis Jr., 1926).

6 Primeira menção sobre a existência de residência no local. Portanto, prova-se que a casa que se encontra na área do antigo Sítio do Capão é anterior ao século XIX, pois em 1800 já se encontram registros. O termo 'casas de vivenda' provavelmente significava casa com vários cômodos, na época (Lemos, 1999:24).

67

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

7 Feijó viveu poucos anos no local que denominou *Sítio Paraíso*. Ao contrário da documentação encontrada, que diz ter o Regente Feijó vivido 14 anos no sítio, sua carreira política o levou ao Rio de Janeiro, durante 6 destes anos. É possível que tenha vivido no local apenas no período em que foi senador por São Paulo (1829 a 1833). Em 1840, as terras foram vendidas para Francisco Leandart, o qual confirma que a propriedade pertenceu ao Regente Feijó por apenas 11 anos.

8 José Feijó era um dos filhos do padre Diogo Feijó e a segunda inventariante era sua neta, enquanto que a primeira era sua irmã.

O Capitão José Marianno vendeu o sítio do Capão por escritura pública de dois de novembro de 1829, ao Padre Diogo Antonio Feijó⁷.

Aos vinte e três de março de 1840 Feijó vendeu o *Sítio Paraíso* a Francisco Leandart, como se pode ver pela escritura transcrita abaixo: *...é senhor e possuidor de um sítio e terras no Distrito e Freguesia do Brás termo desta cidade na parage chamada Cassandoca com casa de vivenda e as terras a ella pertencentes que principião pelo vallo que divide o mato desde o alto até o córrego este por de traz da casa compreendendo todo o terreno que se acha vallado aquém da casa e além até o mencionado vallo cujo sítio assim e da mesma forma que possui... e desembaraçada e vendida como vendido tem a Francisco Leandart pela quantia de 4.000\$000, fiado por quatro anos em quatro pagamentos iguais de um conto de reis cada ano, tendo o princípio o primeiro pagamento da data desta a três anos pagando igualmente o primeiro de 10 % ao mês findo o novo hipoteca, etc ...*

Francisco Leandart não conseguiu cumprir o pagamento estabelecido e assim o imóvel foi restituído à herdeira do Regente Feijó, Maria Justina de Camargo: *... que eles haviam comprado do fallecido ex-Diogo Antonio Feijó o sítio constante na escriptura lavrada nestas notas pelo tabelião Francisco Antonio Barboza em ano de 1840 o qual de sua livre vontade e sem constrangimento entregarão a dita Maria Justina de Camargo, herdeira do vendedor o ex Feijó, o sítio com todas as moradas etc..* O testamento de Feijó, datado de três de março de 1835 institui em caso de seu falecimento, como sua herdeira, Maria Justina de Camargo, filha de pais incógnitos como ele. Em caso de falecimento de D. Maria, a herança caberá à segunda inventariante, D. Margarida, filha de D. Manuela Francisca e José Feijó⁸.

O *Sítio Paraíso* foi arrematado em hasta pública, do espólio do Regente Feijó, por João Mendes Pereira, em 1845. Este, por sua vez, levou a carta de arrematação ao Registro de Terras da Paróquia do Braz onde foi lavrado o que se segue: *Digo eu abaixo assinado que sou senhor e possuidor de hum sítio chamado Paraíso no Distrito da Freguesia do Senhor Bom Jezus do Brás cujo sítio está situado nas vertentes do Ribeirão Tatuapé e do qual as divizas são as seguintes. Do lado da cidade está dividido do campo realengo com hum vallo no seguimento da estrada que segue para o Bairro da Moóca e pelo Ribeirão do Tatuapé acima athe xegar em hum lugar onde outra vertente desagua neste ribeirão e dahi divide com terras pertencentes a João Soares de Moraes athé alcançar outro vallo que corre abeirando a mesma estrada de Caaguassú (área onde se encontra a Av. Paulista) que vem dos moradores do Caminho da Penha e outra estrada que desta cidade vai para o mesmo Bairro da Moóca e fica a esquerda do cítio athé onde as duas estradas que seguem para o mesmo bairro de Caguassú se encontrão. Este cítio assim demarcado e cercado com vallos comprei (em praça) de que tenho os títulos. Freguesia do Senhor Bom Jezus do Brás, nove de maio de mil oitocentos e cincoenta e seis, João Antonio Mendes Pereira. O vigário Joaquim Roiz.*

Segue-se, então, um período de trinta e três anos, durante os quais o sítio continuará em mãos de João Mendes Pereira. No edital de

68

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI-1999
Número 5

Praça do Sítio Paraíso de nove de março de 1878, consta. que: *Um sítio denominado Paraíso no distrito Freguesia do Braz com casa de morada com sotão, senzala, casa para fábrica de chá⁹, terras para plantação e pastos, dividindo do lado da cidade com campos realengos por vallos que seguem a estrada em direção à Moóca e pelo lado o Ribeirão Tatuapé segue até outra vertente no lugar que deságua no mesmo Tatuapé a dai confinando com terras de João Soares de Moraes até alcançar outro vallo que corre abeirando a estrada que desta cidade segue para a Moóca ficando a esquerda deste sítio no lugar onde as duas estradas seguem para o Caguassú e ali se encontram. Avaliação 8.000/00. Este sítio foi incorporado ao patrimônio de Raphael Tobias de Aguiar Paes de Barros, mais tarde o segundo Barão de Piracicaba, do espólio de João Antonio Mendes Pereira, em hasta pública, de 10 de dezembro de 1878.*

Poucos anos depois o sítio em questão terá outro proprietário. Este será o Dr. José Bento de Paula Souza que, em trinta de novembro de 1886, arrematou o sítio Paraíso por 25.000/000, com a casa de vivenda e outras benfeitorias. Ocorre, então, o segundo desmembramento do imóvel pela permuta realizada entre dona Francisca de Paula Souza (Queiroz)¹⁰ em 1898, quando em troca de um terreno em Santa Ifigênia, o Dr. Paula Souza lhe dá quinze alqueires de terras desanexadas do sítio Paraíso.

O Dr. Paula Souza vendeu o sítio Paraíso, em 1901, ao Dr. José Maria Bourroul, que, por sua vez, o vendeu ao Dr. João Evangelista do Rego Freitas.

Em dezessete de junho de 1903 o casal João Evangelista do Rego Freitas passa o dito remanescente ao Coronel Serafim Leme da Silva¹¹. Oito anos depois, o Sítio Paraíso foi adquirido pela Associação Feminina Beneficente e Instructiva, então chamada *Lar Anália Franco*. A transmissão da chácara Paraíso é assim descrita:

à pedido verbal de pessoa interessada, que revendo no cartório a seu cargo, os livros respectivos deles consta que conforme a transcrição numero 50.704 (cincoenta e oito mil setecentos e oitenta e quatro), feita em data de quatro de março de mil novecentos e onze. O Coronel Serafim Leme da Silva e sua mulher Julieta Baptista da Silva Leme, transmitem por venda feita à Associação Feminina Beneficente e Instructiva, com sede neste Estado, conforme escritura lavrada em dezoito de fevereiro de mil novecentos e onze, nas notas do segundo Tabelião desta comarca da Capital, pelo valor de cem contos de réis, o imóvel denominado 'Chácara Paraíso', no bairro de São José do Belém, na Freguesia do Braz, desta Comarca da Capital, com uma área aproximada de setenta e cinco alqueires de terras, parte em matas e capoeiras, parte ocupada por plantações e construções diversas sejam, casas, estábulos, etc..., toda dividida por valos e cercas de arame, tendo as divisas seguintes, segundo consta do titulo de aquisição: começam

⁹ A plantação de chá já fazia parte do inventário de Maria Justina de Camargo. É muito provável que o Regente Feijó cultivasse chá nas terras do Sítio, pois possuía vários escravos, que alforriou quando morreu (ver seu testamento adiante). A senzala também existia em 1829.

¹⁰ Francisca de Paula Souza era filha do Conselheiro e Senador Francisco de Paula Souza e Mello e Maria de Barros Leite. Depois casou-se com seu primo - o Barão de Limeira - Vicente de Souza Queiroz (Filho do Brigadeiro Luiz Antonio) e foi mãe de Luiz Vicente de Souza Queiroz. Seu filho, Luiz de Queiroz, abriu em Piracicaba, onde se estabeleceu após formar-se em agricultura e veterinária em Grignon-França, o que se tornou a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ-USP. Tanto os Paula Souza quanto os Souza Queiroz, faziam parte da mais alta nobreza de São Paulo e foram famílias muito ricas (Carradore, no prelo).

¹¹ O Cel. Serafim Leme da Silva construiu uma residência neoclássica de dois pavimentos com projeto de Ramos de Azevedo, provavel-

69

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

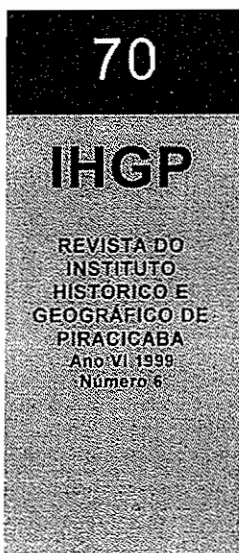
mente entre 1891/92, pelo Banco União (Lemos, 1989). Possivelmente não morou no Sítio do Capão e comprou o terreno para investir.

do lado da cidade, no lugar chamado 'Água Rasa', onde tem uma porteira, seguindo o valo que divide dita chácara e a estrada acompanhando a estrada que segue do bairro da Mooca, pelo lado do ribeirão Tatuapé, e daí alcançar outro valo que corre abeirando a estrada, margeando sempre o córrego até na estação do Caguassú (região da Av. Paulista) e por esta seguindo, divide hoje com Miguel Jacob, encontrando uma casinha nova dentro do terreno de dita chácara onde tem uma porteira que vai à Sexta Parada, e seguindo ainda a dita estrada, valo e cercado de arame, volteando a Quinta Parada, até chegar a estação de número sete, descrito na planta, partindo dessa estação ou marco com o rumo de S. trinta e seis graus, zero minutos, até encontrar a borda do tanque, medindo aproximadamente, setecentos metros, e daí seguindo a borda de dito tanque, até dar no córrego e por este até o ponto de partida, confinando da estação ou marco número sete até o tanque e deste até o córrego, com Francisca Paula Souza, do córrego até o ponto de partida, divide com uma nesga de terrenos de posse do doutor Carlos Garcia, na Água Rasa, sítio esses que os transmitentes declararam que houveram por compra feita a João Evangelista do Rego Freitas e sua mulher... (CONDEPHAAT, 1978)

A área do antigo Sítio do Capão passou, no decorrer do século XX, por uma série de divisões entre os quais estão a *Chácara Paraíso* (em 1925, pela proprietária, a Baronesa de Limeira), a *Vila Regente Feijó* (pela AFBI, anterior a 1930), o *Jardim Anália Franco* (pela EFBI) e o CERET, que se encontra na área da antiga Mata Paula Souza. A pequena área onde se encontra a casa sede do antigo Sítio é remanescente de uma área bastante extensa, que o processo de urbanização ocupou. Inclusive, os córregos que existiam no local, incluindo o Capão da Embira e Ribeirão Tatuapé, foram canalizados e estão embaixo de avenidas. O córrego do Capão da Embira está canalizado abaixo da Av. Vereador Abel Ferreira.

Resumo Cronológico:

- 1698 - Pedro Ayres de Aguirra e sua mulher D. Catharina Lemos vendem o Sítio do Capão ao Padre André Baruel, pela quantia de 25\$000.
- 10 de março de 1774 - Com a morte do padre André Baruel o sítio passa para o Capitão Domingos Lopes Azevedo como comprador arrematante
- 14 de junho de 1800 - D. Ignez Corrêa Bueno doa o Sítio Capão ao seu filho José Marianno Bueno, que lhe coube por meação por falecimento de seu esposo Antonio



Fernandes Barroso. Consta a 1ª referência à casa. Primeiro desmembramento do terreno.

- 1829 - José Marianno Bueno vende o sítio Capão ao Padre Diogo Antonio Feijó, que passa a ser designado 'Paraiso'.

- 23 de março de 1840 - Padre Diogo Antonio Feijó vende uma chácara no Bairro da Mooca a Francisco Leandart, com casa de vivenda e as terras a ela pertencentes.

- D. Maria Justina de Camargo (irmã de Feijó) recebe o sítio por falta de prestação de Leandart, conforme estava previsto no Testamento de Feijó (3 de março de 1835) que a reconhece como herdeira.

- 1845 - João Mendes Pereira adquire o Sítio.

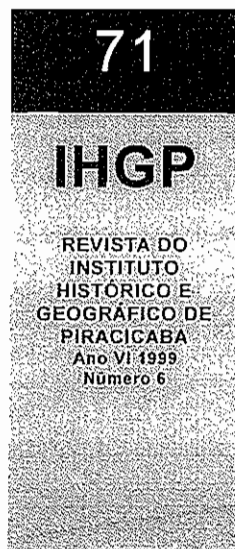
- 1878 - Raphael Tobias de Aguiar Paes de Barros, Barão de Piracicaba, arremata os bens deixados por João Mendes Pereira.

- 23 de junho de 1886 - O Barão e a Baronesa de Piracicaba vendem o Sítio Paraiso ao Dr. José Bento de Paula Souza. José Bento de Paula Souza divide as terras em 1898, com Francisca Paula Souza (Queiroz) - Baronesa de Limeira, e vende o remanescente de suas terras ao Dr. José Maria Bourruol, que dois anos depois transmite esse domínio ao Dr. João Evangelista do Rego Freitas o qual no mesmo ano, 1903, passou o dito remanescente para o poder do Coronel Serafim Leme da Silva.

- 1911 - É adquirido pela Associação Feminina Beneficente Instructiva para instalação do "Lar Anália Franco" (CONDEPHAAT, 1978).

Proprietários e Moradores Ilustres

Dos vários proprietários e moradores da área do Sítio do Capão, os que se tornaram conhecidos na História de São Paulo e do Brasil foram o bandeirante João Ramalho, dono da antiga sesmaria; o Regente Feijó, proprietário do Sítio, a Baronesa de Limeira (área da Mata Paula Souza - CERET), os Barões de Piracicaba e Anália Franco, que fundou a Sociedade Feminina Beneficente Instructiva. Por Feijó, a casa sede ganhou valor histórico, o que motivou o pedido de tombamento pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo em 23 de Outubro de 1978, ao CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo; através do processo nº 20.701/78 e está inscrito no Livro do Tombo Histórico, p. 63, sob nº 230 e Res. 18 de 14/08/84 - D. O.: 15/04/84 (CONDEPHAAT, 1987).



12 O autor não levou em conta a área do CERET, antiga Mata Paula Souza, que constitui extensa área de lazer e práticas esportivas, bem próxima à área da sede do antigo Sítio do Capão e que também fazia parte do Sítio até 1898.

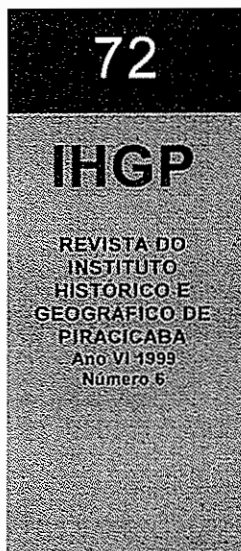
A Casa Sede do Antigo Sítio do Capão

Quando Murillo Marx, então diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo solicitou, em 23 de Outubro de 1978, ao CONDEPHAAT, a abertura do processo de tombamento do antigo Sítio do Capão, justificou: *a casa do Sítio do Capão pertenceu e abrigou o Regente Feijó, o que diz por si só de seu valor histórico, além disso, sofreu profunda e feliz reforma que espelha, como talvez nenhum outro imóvel, o despertar de uma nova São Paulo; à típica casa rural paulista sobrepõe-se um chalé e se adoçam duas alas laterais, diante de um terreiro que realça o conjunto e a implantação. A grande área livre da propriedade é rara nesta Capital e única naquele bairro populoso¹², tornando-a uma perspectiva de recreio para a comunidade a ser considerada no futuro* (CONDEPHAAT, 1978).

O parecer do arquiteto Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos, diretor técnico do CONDEPHAAT, diz o seguinte: *a sede do antigo Sítio do Capão, construção do século XVIII possivelmente, é diretamente ligada à tradição bandeirista no que diz respeito à sua arquitetura rural e, portanto, deverá ser preservada por ser documento de mais alta valia. Assim, somos pelo tombamento do imóvel em questão que, também, apresenta condições de resguardo justificadas pelas suas atribuições históricas vinculadas à pessoa de Diogo Antonio Feijó* (Lemos in CONDEPHAAT, 13/07/1979).

As casas paulistas sempre apresentaram, historicamente, um programa constituído de cômodos relativos ao convívio com estranhos, à vida doméstica íntima e ao trabalho caseiro, principalmente a culinária. Estas três diferentes atividades determinavam, nas plantas das moradias, áreas sempre bem definidas. As atuações relativas ao convívio com pessoas não pertencentes ao núcleo familiar, se restringiam a uma área fronteira e intermediária entre o público e o privado. Este tipo de recepção englobava alpendres, átrios, corredores ou salas de frente. Nas casas rurais, os pórticos eram distribuidores de circulação e davam acesso tanto à área íntima da casa como aos quartos de hóspedes ou à capela ou oratório. Este programa é portanto o condicionador fundamental do partido arquitetônico. Ao longo do tempo ocorreu a inevitável obsolescência do edifício em relação às praticamente obrigatórias mudanças de programa, pois as relações que mantêm entre si estão em constante processo de mudanças, em consequência do progresso e novas formas de atuação (Lemos, 1999).

A casa sede do antigo Sítio do Capão passou pelos mesmos processos históricos que suas semelhantes ou contemporâneas, o que justifica as reformas, aumentos, puxados e a inadequação e total abandono que a edificação sofreu. Assim como as primeiras casas do partido conhecido como bandeirista (tradicional paulista seria melhor), demonstra os mesmos organogramas funcionais e os mesmos critérios de morar. Cabe ressaltar que por mais de duzentos e cinquenta anos, a planta e o partido arquitetônico da casa roqueira colonial da bacia do Tietê, não tiveram alterações significativas, o que indica não ter havido variação do programa de necessidades ou maneiras de morar, e



demonstra uma certa estabilidade social. Este período de tempo significa que o esquema foi usado até o fim do século XVIII e o começo do XIX. Segundo Lemos (1999:21), por duzentos e cinquenta anos esta sociedade estava segregada serra acima usando a mesma casa, com a mesma técnica construtiva e os mesmos materiais considerando as edificações como 'paravernaculares'.

A planta utilizada pela tradição paulista e identificável em eventuais descrições no documentário da época, é de procedência erudita. Foi publicada pelo arquiteto Paládio, em 1570. Esta planta já era aproveitada em Portugal e aparece em diferentes lugares da colonização em toda a América. Em São Paulo a construção, que nos projetos de Paládio recebe uma interpretação plástica greco-romana, volta a soluções primitivas, utilizando terra socada e madeira. A cobertura, com telhas de capa e canal em barro cozido, foi utilizada por no mínimo três séculos. A fixação de portas e janelas era por meio perfil da própria madeira das folhas e a utilização de ferro se restringia a fechaduras, trincos e cravos. A partir do esquema teórico divulgado por Paládio, as soluções paulistas adquiriram muitas variações, inclusive relacionadas com o esquema construtivo adotado. As variações são manifestadas principalmente na fachada principal, na solução plástica da capela e no sistema construtivo do telhado (Reis Filho, 1995).

O partido desta tradição construtiva apresentava um programa de necessidades definido por diversos condicionantes, incluindo usos e costumes indígenas, principalmente no agenciamento das dependências de serviço. Geralmente a casa era fracionada em construções satélites do núcleo familiar, cada qual com sua especialidade. Ao lado da casa principal ficavam o telheiro da cozinha geral, os quartos para os criados dos hóspedes, casas de negros (depois senzalas), depósitos de gêneros, paióis, moinho de trigo ou milho, galinheiro, curral e o pomar com frutas cítricas, bananeiras, marmeleiros e parreiras - tudo protegido por valados¹³, cercas de madeira ou muros de taipa. O seguinte trecho de descrição do Sítio, em 1878, confirma exatamente a tradição da época: *Um sítio com casa de morada com sótão, senzala, casa para fábrica de chá, terras para plantação e pastos, dividindo do lado da cidade com campos realengos por vallos que seguem a estrada em direção à Moóca e pelo lado o Ribeirão Tatuapé segue até outra vertente no lugar que deságua no mesmo Tatuapé a daí confinando com terras de João Soares de Moraes até alcançar outro vallo que corre abeirando a estrada que desta cidade segue para a Moóca ...* Antigamente o termo casa indicava qualquer aposento da moradia como: *morada de casas terreiras, casa de morada, casas de vivenda, casa de dormir, casa de banhos, casa da farinha, casa para fábrica de chá*, e não necessariamente essas ditas casas eram edificações separadas, poderiam ser cômodos da própria residência sede (Lemos, 1999). O sótão a que o texto se refere pode não se tratar necessariamente do segundo pavimento da casa em questão. A antiga concepção de sótão ou sobrado era de um espaço situado acima do forro, ou do teto, de um compartimento térreo e sob o telhado. Porém, as características que apresenta este segundo pavimento, já eram correntes em 1878, fato que pode confirmar a data

13 Os valos ou valados eram escavações lineares de grande perfil e serviam para separar as propriedades rurais (Paiva, 1996).

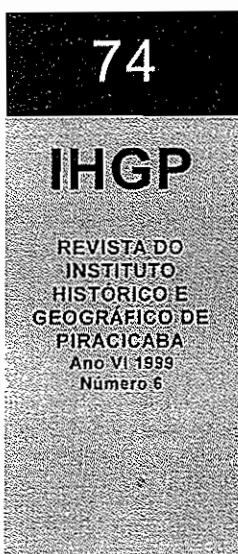
73

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI - 1999
Número 6

14 A divulgação e a generalização do uso desta técnica construtiva, deve-se ao padre jesuíta Afonso Brás e se tornou uma *marca registrada* dos paulistas (Lemos, 1999). As paredes de taipa de pilão eram levantadas de alicerces com 50 cm de profundidade. Dentro de uma forma de tábuas móveis, de formato retangular colocava-se o barro feito com terra peneirada e água, juntando-se em seguida, fibras vegetais, sangue de gado, crina de animais e estreme (os ingredientes variam de caso a caso). Socava-se então, com pés ou com pilão, até obter uma compactação bem firme. Cada forma tinha, em média, 40 cm de altura, que depois de socada, passava a 20 cm. As camadas eram feitas ao mesmo tempo em todo o perímetro da obra para dar uma resistência homogênea às paredes, tal como se faz atualmente com o concreto. Nas construções comuns, as paredes tinham de 40 a 80 cm (Carvalho, 1984).

15 Taipal é cada uma das tábuas entre as quais se soca o barro, na construção de paredes de taipa de pilão (Aurélio, 1988).



provável da construção em meados de 1870 (ver mais detalhes adiante).

Além das funções de moradia, as edificações do período apresentavam, na maioria dos casos, capelas onde as famílias recebiam os padres da paróquia mais próxima para rezar missas. Essas capelas ou oratórios faziam parte da faixa social, geralmente ao lado esquerdo da varanda (do lado direito o quarto de hóspedes, por exemplo: os padres). Dessa maneira, a religião era posta ao alcance da família, dos agregados e dos escravos. No caso do antigo Sítio do Capão, a capela apresenta um retábulo de grandes proporções para o local, o que leva a crer que tenha sido encomendado pelo padre Feijó, devido às suas características de altar de Igreja e não típico de uma residência tão despojada (ler capítulo específico sobre o assunto). Outro elemento que pode comprovar a possibilidade é a pia batismal de pedra que ainda se encontra no recinto. O padre Feijó possuía vários escravos e pode ter usado a Capela para celebrar missas e para batizar os filhos dos seus agregados, por exemplo.

O sistema estrutural usado pela tradição paulista foi a taipa de pilão¹⁴, porque no sítio de São Paulo, ou proximidades, não havia pedras próprias para a fabricação de cal, resultando na impossibilidade inicial de construir em alvenaria. Além disso, a madeira das matas próximas era de transporte difícil o que ocasionou um uso econômico (Lemos, 1999). O uso da taipa de pilão foi empregado, por exemplo, nas casas do Tatuapé, Butantã (Casa do Bandeirante), Jardim São Bento (Sítio Morrinhos), Caxingui, Cotia (Sítio do Padre Inácio), Mandu e o Sítio Conceição. Nas casas exemplificadas acima, a técnica construtiva e os programas de plantas são semelhantes entre si e apresentam plantas extremamente semelhantes à da casa do antigo Sítio do Capão (ver plantas em anexo).

Segundo Saia (1995) a precariedade inicial do uso de paredes de taipa de pilão é posta em evidência pelos esforços realizados no sentido de abastecer São Paulo de técnicos especialistas e pela ajuda que o Conselho da Vila procurava proporcionar aos seus colonos, alugando-lhes taipais¹⁵; e especialmente pelas lamentadas notícias de rápida ruína e desaparecimento das construções das primeiras épocas. Pela relativa fraqueza peculiar das construções de taipa (a cal não era empregada), que sugere e aconselha a adoção de proteções características como o beiral largo ou como o tipo de armadura do telhado, preferindo sempre descarregar sobre frechais¹⁶ a fim de evitar a localização exagerada de esforços em alguns pontos apenas, o que resultaria em tipo de trabalho impróprio para ser recebido pela parede de taipa. A casa do antigo Sítio do Capão foi construída originalmente em taipa de pilão com paredes de aproximadamente 60 cm e os beirais são menos largos que a tradição bandeirista mais assemelhados ao partido do período colonial, sem madeiramento aparente e com forro, pois não se trata aparentemente de uma casa do período bandeirista.

A casa apresenta várias características da tradição bandeirista ou paulista, mas não é contemporânea das edificações do período das Bandeiras. Sua construção original está inserida no sistema construtivo e técnico que a tradição legou até tempos posteriores ao final do século

XVIII - data possível da construção, mas já apresenta características do período colonial, visto serem da época provável da construção. Além do forro no beiral, as portas e janelas foram executadas com arcos abatidos nas vergas, traço comum do repertório construtivo do período colonial. A verga de arco abatido foi introduzida no século XVIII e as suas extremidades sobre as ombreiras geralmente são retas, sendo que os dois tipos de vergas, reta ou em arco abatido, conviveram muitas vezes na mesma construção. As aberturas com verga em arco eram mais frequentemente usadas na fachada principal, indicando que o arqueamento não era funcional, mas decorativo (Paiva, 1996). As vergas usadas na casa sede do antigo Sítio do Capão, confirmam a datação mais provável de sua construção - final do século XVIII.

As mudanças sócio-econômicas e tecnológicas que ocorreram durante a segunda metade do século XIX implicaram em várias transformações nas maneiras de habitar e construir. As novas condições de transporte, criadas com a instalação da rede ferroviária e linhas de navegação fluvial, possibilitaram a inserção de novos recursos de construção e, sobretudo, novas maneiras de construir. Inovadoras soluções arquitetônicas e construtivas se difundiram e influenciaram vários aspectos da arquitetura, e entre os novos modelos deve ser reconhecido o Chalé. Com este modelo, pretendia-se adotar as características rurais (construídas em madeira) de algumas construções européias, especialmente Suíças. No caso do Brasil, a solução construtiva foi a alvenaria de tijolos. Isoladas no centro do terreno, essas casas tinham seus telhados, de duas águas, dispostos no sentido oposto ao da tradição luso-brasileira: as empenas voltadas para os lados menores (frente e fundos) e as águas para os lados maiores (laterais). As águas, com maior inclinação, eram rígidas e retilíneas, sem a suave curvatura dos telhados tradicionais. As paredes eram construídas de alvenaria de tijolos e cal; essa modificação implicava em um significativo aumento de precisão nas medidas (Reis Filho, 1995).

Os novos recursos disponíveis, em máquinas e ferramentas, tornaram quase obrigatórias as novas soluções rebuscadas, como afirmação e ostentação de possibilidades. Alguns telhados eram enfeitados com lambrequins - peças de madeira recortada em serra de fita - sendo que o ponto mais usado era a empena voltada para a frente, onde se compunha uma espécie de frontão, ao qual se associava um óculo ou janela central (Reis Filho, 1995). A casa do antigo Sítio do Capão apresenta uma solução semelhante às executadas nos chalés do fim do século XIX. Não se trata propriamente de um chalé, o segundo pavimento em alvenaria, mas incorpora elementos característicos de chalé, como o formato do telhado (embora de capa e canal), os lambrequins e a pequena janela ogival, onde há um mastro de bandeira. Essas soluções atingiram o auge e concentração máxima, na década de 1880 (Fabris, 1987). É possível afirmar que o segundo pavimento foi executado em meados dos anos de 1870, pois em 1878 aparece no inventário de João Mendes Pereira a menção a um sótão e certamente não foi executado pelo Barão de Piracicaba, nem pelo Cel. Serafim Leme da Silva, pois suas propriedades, na cidade apresentavam um nível de

16 Frechal é a viga na qual se pregam os barrotes (peça de madeira onde se pregam as tábuas), à beira do telhado (Corona e Lemos, 1999).

75

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

17 O portão não mais se encontra no local (nota do autor). O Estado de S. Paulo, 17/11/1981.

18 Catafalco é um estrado alto, armado em Igreja, uma espécie de casa mortuária onde se coloca o fêretro (Aurélio, 1988).

sofisticação maior que o do Sítio do Capão. A nomenclatura sobre os diferentes cômodos das casas variava muito antigamente. Entretanto, o período em que se executavam pavimentos superiores com características de chalé e a data provável da construção, se mostram compatíveis.

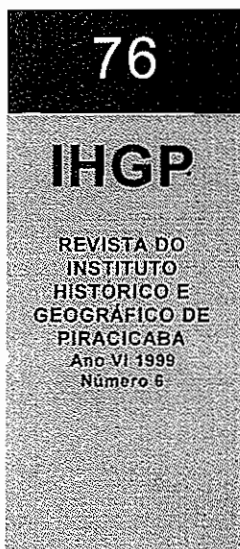
As edificações anexas foram construídas através do tempo e serviram aos mais variados propósitos dos diferentes proprietários. As duas longas alas anexas laterais, medindo aproximadamente 100 metros, funcionaram originalmente como estábulo e casa de negros (senzala), formando pátios ou terreiros para chá (e talvez café) e outro anexo, serviu como fábrica de chá, uma vez que o Sítio produzia as ervas próprias à feitura, em 1846. Após a instalação do Lar Anália Franco, pela Associação Feminina Beneficente e Instructiva, em 1911, as instalações, originalmente abertas, foram adaptadas para dormitórios masculino e feminino, um em cada extremo. O muro que cercava a residência passou por várias conformações, apresentando grades ultimamente (até 1979 estavam), sendo que o portão de ferro que foi instalado na entrada, pertenceu ao primitivo Mercado Central, da ladeira General Carneiro¹⁷. Depois da construção do novo edifício, na década de 1930, a Associação Feminina deixou gradativamente de usar a casa sede do antigo Sítio.

O Retábulo do oratório da Casa do Sítio do Capão

É bastante provável que o retábulo, executado em estilo Barroco tardio que se encontra na capela (primeira sala à esquerda) da casa do Sítio do Capão, seja de autoria do reconhecido escultor ituano Miguelzinho Dutra, devido a sua amizade, admiração e por ter trabalhado para o Padre Diogo Antonio Feijó.

Miguel Arcanjo Benício D'Assunção Dutra nasceu no dia 15 de agosto de 1810, em Itu, filho de Thomaz da Silva Dutra (o Thomaz Ourives), de Pouso Alegre, e D. Gertrudes Maria da Conceição. Casou-se aos vinte anos e viveu em Itu até 1844, indo morar em Piracicaba aos 34 anos, já respeitado como profissional. Sua mudança ocorreu após o Movimento Político de 1842, e após a morte do Regente Feijó, quando seus partidários liberais deixaram a conservadora Itu para cidades com predominância política liberal, como Piracicaba. Miguel Dutra que era partidário do Regente Feijó, mudou-se para Piracicaba por razões políticas e principalmente porque foi convidado, pela Câmara, para construir a Matriz de Santo Antônio. *Profundamente religioso, marcado pelo senso social, serviu a Deus praticando a caridade, como o pai da pobreza, enquanto decorava, esculpia, planejava e executava igrejas, participando, ainda, da vida política como liberal que era* (Mendes in Krähenbühl, 1955).

Miguelzinho também fazia móveis, ajeitava cortinas, e, quando necessário, preparava o catafalco¹⁸ para as missas de 30º dia; em 1843, presente nas solenidades de culto à memória do Padre Feijó. Atirou-se ao trabalho com emoção, pois, para ele, Feijó era um ídolo, particularmente pela sua posição política (Bardi, 1981).



Era também um bom escultor. Em sua numerosa produção estão muitas imagens de santos produzidos para várias igrejas em diversas cidades. Trabalhou também com esculturas de retrato. Sabe-se que executou os de Francisco de Paula Souza Mello¹⁹, frei Elias do Monte Carmelo, e Diogo Antonio Feijó. *De Feijó, Miguelzinho executou, dando mais uma prova da sua habilidade, em finíssima placa de marfim, uma miniatura, emoldurando-a como ourives que era, em ouro, cravejada de pedras semipreciosas*²⁰. É datada 'Id. 49. 1837 (Bardi, 1981). Também produziu uma preciosa peça de escultura em madeira, de pequenas dimensões, representando o padre Feijó sentado numa cadeira (ver foto em anexo. Mendes, in Krähenbühl, 1955).

O historiador Affonso d'Escragnoille Taunay conheceu Miguel Dutra em 1846 e em 1921 escreveu: *Vivia nesta época na província de São Paulo, um artista modesto, a quem se deve a iconografia paulista assinalados serviços: o ituano Miguel Arcanjo Benício d'Assunção Dutra, homem que deve ter tido singular intuição artística para resistir à ação asfíxiadora do meio tão atrasado do Brasil contemporâneo, sobremodo avesso ainda à arte. Pintava graças aos doles naturais e seus desenhos e aquarelas ingênuas e primitivas, têm hoje um valor documental* (Bardi, 1981).

Miguelzinho assistiu o começo do despojamento, e é por isso que nos leva a lembrar o fato. Deve-se dizer que foi um dos que tentaram reagir, empolgado pelos modos mantidos no século precedente ao seu. Não certamente um enamorado do Neoclássico, ele continua, como se pode observar em seus desenhos de altares, a mesclar o ornamentário das modinaturas e contexturas com extravagantes cornijas, cimalthas, colunas salomônicas, componentes sem filiação estilística, simples lembrança dos supérstites Barroco e Rococó. Uma simplificação voltada para uma economia linear, com renúncia aos por demais afetados decorativos que se vê nos desenhos para os projetos (ver em anexo) dos altares do Convento para o Recolhimento das irmãs de Santa Tereza de São Paulo, datados de 1847, onde persiste o modo do Barroco cansado (Bardi, 1981). O artista preparava seus projetos com dedicação, às vezes oferecendo a possibilidade da escolha de uma ou outra solução, aos comitentes, incluindo diferentes detalhes ou variações.

Miguel Dutra trabalhou com projetos para igrejas de várias cidades em São Paulo, como por exemplo, a reconstrução da Matriz de Itu (ver em anexo), após o incêndio, e pinturas murais para a Capela do Jazigo e do Museu Republicano. Em São Paulo projetou e executou a Igreja do Convento de Santa Teresa (1847), e as igrejas do Belém (1849) e do outeiro de N. S. da Penha (1867). Em Piracicaba, projetou e executou o primeiro Teatro Santo Estêvão (de sua propriedade), a antiga Matriz de Santo Antonio, incluindo altares (ver em anexo), tribunas e púlpitos em cedro, a antiga Igreja de N. S. da Boa Morte, a Capela do Passo do Senhor do Horto²¹ e projetou, mas morreu antes da execução, a Igreja de São Benedito (ainda existente), além de ter concebido o primeiro museu de São Paulo, naquela cidade. Trabalhou também em Porto Feliz, onde decorou o interior e o forro da Igreja Matriz (bastante reformada); em Limeira, nos altares das igrejas de São Benedito e

19 Francisco Paula Souza Mello era pai de Francisca Paula Souza Queiroz, a Baronesa de Limeira.

20 Miguel Dutra tinha 27 anos quando esculpiu a jóia com o retrato do padre Feijó. Neste ano, Feijó ainda era proprietário do Sítio do Capão. Esta peça pertence (ou pertenceu) ao Sr. Roberto Lemos Monteiro. Outra miniatura que executou sobre placa de marfim foi um retrato do pai, o que atesta a verdadeira admiração do artista por Diogo Feijó.

21 O allar do Passo do Senhor do Horto (ou Passo da Via Sacra São Vicente de Paulo) foi provavelmente um dos últimos que Miguel Dutra executou e um dos mais reconhecidos. Foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1972 através do processo n.º 08639/69.

77

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI - 1999
Número 6

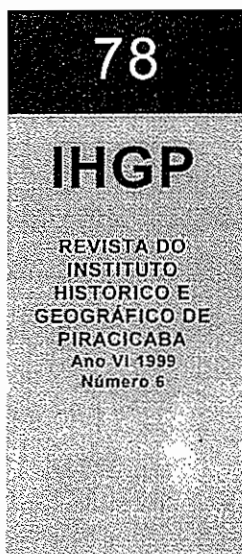
22 Aduela é a peça central do arco. Este elemento não mais se encontra no retábulo do Sítio do Capão.

Senhor Bom Jesus (1870). Projetou o altar da Igreja do Patrocínio em Araras e as arcadas da Capela-mor de Casa Branca. Atuou como escultor, pintor, ourives, arquiteto, músico, organista e ainda era bom latinista, versado em teologia, além de político liberal (Mendes in Krähenbühl, 1955).

Faleceu em 22 de setembro de 1875, enquanto trabalhava na construção pela qual mais se dedicou, a igreja de N. S. da Boa Morte, em Piracicaba, sede da irmandade que ele mesmo fundou (Mendes in Krähenbühl, 1955).

O fato de Miguel Dutra ter sido admirador e seguidor político de Feijó já é um indicio de que pode ser o autor do retábulo da casa do Regente. Porém o que reforça a possibilidade é o fato de ter trabalhado em duas peças, uma jóia e uma escultura, retratando o Padre Feijó, além de ter preparado o catafalco em 1843, para sua missa de 30º dia. Apesar do estilo barroco ser tardio para a época em que Miguel Dutra e Feijó conviveram, o artista executou retábulos barrocos, ainda que tardios, em 1844, para a antiga Matriz de Piracicaba; em 1847 para o Convento de Santa Tereza em São Paulo; e em 1873 para o Passo do Senhor do Horto em Piracicaba. Os desenhos para os altares executados em Piracicaba, e no Convento de Santa Tereza em São Paulo, apesar do espaço de tempo de quase 30 anos, são semelhantes entre si e entre o altar do Sítio do Capão.

Em sendo, o retábulo do oratório da casa do Sítio do Capão, de autoria de Miguelzinho Dutra, estaria entre o período cronológico em que executou as obras na Matriz de Itu e as que executou para a antiga Matriz de Santo Antonio de Piracicaba. Fato que explicaria a adoção de formas plásticas menos sutis no retábulo em questão em comparação às dos executados, posteriormente, no Convento de Santa Tereza. A aduela²² do arco foi diminuindo e se tornando mais sutil com o decorrer de suas obras até o altar executado em 1873 (Passo do Senhor do Horto, em Piracicaba). Vários elementos decorativos (como os rendilhados do arco do camarim), o desenho da aduela (existe em todos os seus projetos), a disposição espacial dos elementos decorativos, a proporção plástica e principalmente a disposição do entablamento do retábulo da casa do Sítio do Capão, são bastante característicos das obras de Miguel Dutra. Mais precisamente, o par de elementos decorativos em forma de rocalha, abaixo da aduela, acima do entablamento e de fechamento do arco do camarim são idênticos aos encontrados na Matriz da Candelária em Itu; há um desenho característico de sua obra nas pilastras à extrema esquerda e direita, encontrado no retábulo do Convento de Santa Tereza e no Passo do Horto; o capitel jônico das pilastras centrais é o mesmo usado em toda a obra analisada do artista; o formato dos modilhões abaixo das pilastras centrais, também é característico da obra de Miguelzinho em Piracicaba; as pilastras centrais, em forma de modilhão foram usadas na antiga Matriz de Santo Antônio em Piracicaba e nas tribunas da Matriz da Candelária em Itu. Entretanto o elemento mais característico de sua obra é a concepção plástica da mesa (ou frente), que no caso do Sítio do Capão é extremamente semelhante, inclusive no elemento decorativo central do retábulo



do Senhor do Horto em Piracicaba.

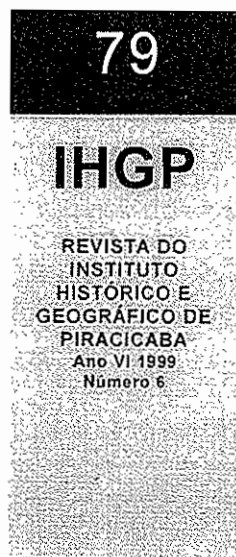
Outro indício é que muito provavelmente havia um oratório em pequenas dimensões, embutido na parede de taipa (tipo mais comum, conforme Lemos, 1999:153)²³, atrás de onde se encontra o retábulo da Capela da Casa do Sítio do Capão. O retábulo que lá se encontra, um tanto grande para a pequena sala, reforça a idéia de que foi executado para um padre que certamente ministrava ali, fato comprovado pela existência de uma pia batismal de pedra ao lado direito do altar. É possível que, no mínimo o padre Feijó batizava os filhos de seus escravos na Capela de sua casa.

Cabe ressaltar que não nos foi possível tomar contato com todos os retábulos de autoria de Miguelzinho Dutra, pois muitos foram destruídos há muitos anos. Os projetos publicados em Dútra (1972) permitem um panorama geral da obra do artista, se bem que o projeto para o Passo do Senhor do Horto em Piracicaba, sofreu alterações na sua execução. O retábulo executado apresenta a mesa (ou frente) muito semelhante à do Sítio do Capão, o que o desenho não demonstra. Sendo assim, desenhamos o retábulo em estudo, para que possa ser comparado com os projetos de Dutra, visando a melhores conclusões, apesar de eventuais alterações (ver em anexo, os desenhos e fotos referentes aos retábulos citados no texto). Enfim, há muitos elementos e características em comum, entre o Retábulo do Sítio do Capão e toda a obra consultada do artista Miguel Dutra que podem confirmar sua provável autoria.

Referências Bibliográficas

- ÁVILA, Affonso (org.). *Barroco Mineiro Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.
- BARDI, Pietro Maria. *Miguel Dutra. O poliédrico artista paulista*. São Paulo: MASP, 1981.
- CONDEPHAAT. *Processo de Tombamento do Sítio do Capão*. N° 20701/78. São Paulo, 1978.
- CAMARGO, Manoel de Arruda. *Almanak de Piracicaba para 1900*. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1899.
- CARRADORE, Hugo Pedro. *Retratos das Tradições Piracicabanas*. Piracicaba (no prelo).
- CARVALHO, Nilson Cardoso. *Arquitetura em taipa. Um dos últimos exemplares em Indaiatuba*. Indaiatuba, 1984.
- CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário de Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDART, 1999.
- DUTRA, Archimedes. *A contribuição de Piracicaba para a arte nacional*. Piracicaba: ESALQ (Tese de Doutorado), 1972.
- ELLIS JR., Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo, Piratininga, 1926.

23 Ver: Fazenda Restauração em Queluz in Lemos, 1999.



- FABRIS, Annateresa. (org.) *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.
- FERREIRA, Aurélio B. Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FERREIRA, Tito Lívio. *História de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Biblos editora, 1969.
- HOMEM, Maria Cecília N. *O Palacete Paulistano e outras formas de morar da Elite Cafeeira. 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HOUAISS, Antonio. *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Larousse, 1979.
- KAMIDE, Edna Hiroe Miguita. *Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT bens tombados 1968-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- KATINSKY, Julio Roberto. *Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo: IGEOG-USP, 1976.
- KRÄHENBÜHL, Hélio Morato. *Almanaque de Piracicaba*. Piracicaba: João Fonseca, 1955.
- LEMONS, Carlos. A. C. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1989.
- _____ *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PAIVA, Celso Lago. *História da técnica das construções coloniais em São Paulo*. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 1996.
- SAIA, Luiz. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- SALMONI, Anita e DEBENEDETTI, Emma. *Arquitetura Italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

80

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



A QUESTÃO DA NATUREZA HUMANA: VISÃO HISTÓRICA¹

María Dulce Bandiera Bergamin²

RESUMO

Análise teórica sobre a questão filosófica e antropológica relativa à existência de uma natureza humana, definidora da pessoa e determinante do seu comportamento enquanto tal. A partir de considerações biológicas sobre o potencial genético e o processo de evolução que levou ao aparecimento da espécie, chega à descrição do homem como sistema hipercomplexo, auto-eco-organizado, cujo comportamento é determinado por seis princípios, sistematicamente apresentados. Estes se estendem da materialidade à espiritualidade, possibilitando a interação do ser humano com um universo infinito, graças à consciência de que é dotado.

Palavras-chave: Natureza humana; Seleção natural; Evolução; Auto-organização; Entropia; Neguentropia; Cultura.

A História da Ciência revela que a preocupação do ser humano com o conhecimento de si mesmo é relativamente recente, quando comparada com outros objetos de interesse que levaram a ciência a se desenvolver. Este fato se evidencia pela própria fundação da Psicologia Científica, que só ocorreu no final do século XIX. O mundo exterior, sobretudo em seus aspectos mais distantes, despertou a curiosidade do homem muito antes de ele voltar-se para si mesmo e buscar a compreensão dos seus próprios processos interiores.

O primeiro objeto da preocupação intelectual da humanidade foram os astros, como se verifica pelo aparecimento da Cosmologia e da Astronomia, que se constituíram como ciências no início da civilização, antes da maior parte das outras. Entretanto, certa preocupação com a existência de uma **natureza humana** durante séculos permeou os sistemas filosóficos, desde a Antiguidade. É o que se verifica, por exemplo, nas obras dos filósofos gregos, como Sócrates e seus discípulos Platão e Aristóteles. Este afirmou ser o homem um **animal racional**, definindo-o portanto como um ser de natureza animal, porém dotado de razão, isto é, da capacidade de pensar.

1. Trabalho elaborado pela autora em 1994/1995, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, com fins didáticos.

2. Dra. em Psicologia. Profa. Titular (aposentada), Esalq/Usp.

81

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

Apesar da diversidade de opiniões e doutrinas filosóficas que se multiplicaram através dos séculos, essa idéia de Aristóteles permaneceu válida até a Idade Média, quando foi sistematizada por Santo Tomaz de Aquino, filósofo cristão do século XIII. As idéias de Santo Tomaz sobre a natureza do ser humano referem-se principalmente aos problemas filosóficos da existência de uma alma imortal, da sua relação com o corpo humano, e da sua potencialidade intelectual, que torna possível o conhecimento.

Esses eram os termos em que se discutia a questão da natureza humana na Idade Média, enfatizando-se ainda o problema da existência de Deus e da sua relação com a humanidade. Na obra de Santo Tomaz essas idéias correspondem a uma pequena parte de um sistema filosófico muito amplo, conhecido como **sistema aristotélico-tomista** ou simplesmente **tomismo**. Este sistema forneceu ao cristianismo razões e argumentos para o aprofundamento da discussão sobre a natureza humana, e em torno deste conceito desenvolveu-se o humanismo.

Afirma Sciacca (1968) que ao situar o homem como problema central da discussão filosófica, o humanismo estabeleceu ... a concepção antropológica do cosmo, ao contrário da tradição grega, que possuía um conceito cosmológico do homem. Isso significa que enquanto os gregos buscavam explicação para a existência do cosmo, tomando-o como problema central das suas reflexões, e situando nesse contexto o problema do homem, o humanismo tomou o homem como problema central, a partir do qual se deveria explicar o cosmo.

Essa concepção antropológica, ou humanismo, deu margem a uma discussão aprofundada sobre a natureza humana, na medida em que suscitou questões a respeito do homem e sua natureza integral, que inclui os aspectos físico, intelectual e moral. Além disso, suscitou questões sobre a liberdade, as relações entre o homem e Deus, etc. Levantando tais indagações, o humanismo ampliou-se como sistema filosófico e se enriqueceu, transformando-se em um amplo movimento cultural. Perdurou do século XIII ao XVIII, e teve como manifestação mais clara o Renascimento.

Sciacca (p.8) observa que o *Humanismo e o Renascimento são um vasto e profundo movimento cultural, (...) e, como momento da cultura, representam um valor perene na história da humanidade*. Watson (1968) afirma que a principal preocupação do humanismo renascentista era o desenvolvimento de um ideal cultural-educacional inspirado na antigüidade clássica, em que havia todo um sistema pedagógico dedicado ao ideal da perfeição individual, a ser atingida através de uma educação integral.

Os humanistas situavam em primeiro plano a discussão da natureza do homem e seu valor como integrante do mundo natural, entre os demais seres vivos. O humanismo renascentista deslocou a ênfase da discussão, dirigindo-a para o classicismo greco-romano. Retomando os manuscritos da antigüidade, os filósofos visavam desenvolver um novo currículo escolar, menos influenciado por valores religiosos e mais pelas necessidades ligadas à vida atual do homem. Na era renascentista

o humanismo elabora uma visão do homem que sintetiza os valores do cristianismo e da antigüidade clássica, preparando ao mesmo tempo o advento da cultura moderna, como nota Sciacca (p. 11).

Para o presente trabalho, tais considerações históricas são relevantes porque remetem à origem da discussão sobre a natureza humana. Sob o ponto de vista do humanismo essa discussão incluiu a dimensão física e intelectual do homem. Portanto abrangeu, desde a sua origem, o problema do conhecimento, como expressão do potencial cognoscitivo ou racional do homem. Outra contribuição do humanismo foi a crença de que a vida deve ser esteticamente orientada, isto é, voltar-se para o belo tanto em suas manifestações exteriores como interiores. A beleza interior era interpretada em termos da harmonia e do equilíbrio que deveriam prevalecer na vida humana.

No que se refere às dimensões funcionais do ser humano, a separação entre a sua natureza física e o seu potencial racional foi retomada no século XVI pelo filósofo René Descartes, que definiu o ser humano como dotado de dois princípios: o princípio da *res extensa*, ou matéria física, e o da *res cogitans*, ou matéria racional, capaz de pensar, elaborando idéias. Com essa proposição Descartes enfatizou, no conceito de natureza humana, a divisão entre corpo e alma, ou matéria e espírito.

Porém a História revela que antes da obra de Descartes essa divisão já existia em muitas concepções filosóficas sobre o universo. O homem primitivo supunha existir em todas as coisas um espírito ou alma semelhante à sua própria, substancialmente diferente do corpo. Esse espírito, diversamente concebido nas diferentes culturas, podia afastar-se do corpo, durante o sonho por exemplo, e deixava-o permanentemente na morte. Portanto, tinha existência independente do corpo material. Essa concepção primitiva e dualista afirmava a existência de uma relação unilateral entre a mente, ou matéria racional, e a matéria física. Destacava o poder da mente, acreditando que ela influiu no corpo sem ser por ele afetada.

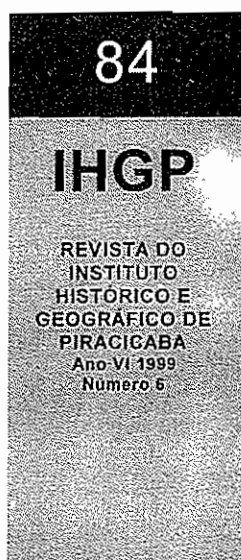
A obra de Descartes trouxe grande mudança para a interpretação desse problema filosófico. Aceitando o dualismo da filosofia tradicional, Descartes reformulou a questão da interação mente-corpo, ao afirmar que ela consistia em uma relação mútua, baseada na influência recíproca entre essas duas entidades. Portanto, embora afirmasse a existência de dois princípios distintos e independentes no ser humano, a filosofia cartesiana inovou com a concepção de que o homem é uma unidade em que esses princípios se integram, um exercendo influência sobre o outro. Para muitos autores, como Schultz (1969), Herrnstein e Boring (1971), Descartes simboliza a transição da Renascença para o período da Ciência Moderna.

Após uma fase de discussões filosóficas, em que o tema da natureza humana voltava-se para questões ligadas à origem do homem e de algumas de suas funções, seguiu-se um período em que predominou nessa discussão certo relativismo, que levou à inversão dos seus termos. O homem passou a ser encarado como produto da cultura, isto é, do sistema sócio-cultural. A natureza do homem passou a ser

83

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



interpretada como resultante do seu tipo de existência, moldado pela cultura e pelo grupo social a que pertencia.

Esta concepção relativista surgiu entre os cientistas sociais, em uma fase inicial do desenvolvimento da Antropologia e de outros campos de estudo do comportamento social, despertando novos problemas sobre o ser humano, suas características definidoras e suas relações com o meio em que vive. Pode ser hoje interpretada como uma tentativa desses cientistas de consolidar a sua área de estudo entre as demais ciências, enfatizando a importância do fator social na formação do indivíduo.

A aceitação do relativismo cultural representa, teoricamente, a negação da existência de uma natureza humana que defina o homem enquanto membro de uma espécie única, portador de características essenciais que o igualam aos demais membros dessa espécie. Porém não representa obstáculo à proposta central deste trabalho, que trata da natureza humana como objeto de controvérsia teórica ainda não resolvida.

Os parágrafos anteriores deixam claro que a existência de uma natureza humana, enquanto conjunto de características definidoras de todos os indivíduos humanos, foi de início uma questão filosófica, a ser resolvida nesse plano especulativo. Porém suscitou problemas e dúvidas que não podem ser solucionados nesse âmbito. Passou a exigir uma abordagem científica, que reformule os seus termos de modo a torná-los mais objetivos, possibilitando a pesquisa e a busca de resposta para os problemas que essa objetividade revele.

Transpondo a questão para o plano científico, deve-se, em primeiro lugar, situá-la no contexto da Biologia, para tentar definir o homem sob este ponto de vista. Nota Schreider (1976) que a tarefa de traduzir em termos biológicos o que é especificamente humano, ou seja, o comportamento, envolve dificuldades, por várias razões. Em primeiro lugar, o seu conhecimento tem muitos pontos obscuros, já que há limites que o experimentador não pode ultrapassar quando estuda o ser humano.

Além dessa restrição, imposta pelo comportamento enquanto objeto de estudo, há o fato de ser ele intrinsecamente complexo por ser multicausado, isto é, ter numerosas causas. E ainda uma terceira dificuldade encontra-se no fato de que, em certo sentido, a vida mental ultrapassa a Biologia, não podendo ser interpretada se não forem levadas em conta as condições sociais, econômicas e culturais que atuam no organismo.

Apesar dessas dificuldades, e tendo-as sempre em mente, é preciso analisar o ponto de vista biológico quando se estuda a natureza humana. O próprio Schreider realiza essa análise em vários níveis, na obra referida. Em um primeiro nível, estabelece as afinidades fundamentais ou propriedades essenciais que o homem tem em comum com outros seres da natureza: os elementos químicos, que incluem desde a água, *possível remanescente da origem marinha da vida*, até os compostos orgânicos, como aminoácidos, proteínas e ácidos graxos presentes no homem e em outros seres vivos.

Observando que da bactéria ao homem encontram-se os mesmos aminoácidos compondo proteínas, e as mesmas cadeias moleculares resultando de diferentes combinações, neste nível de análise conclui o autor que a base química da vida é semelhante em todos os seres organizados, cujos mecanismos celulares apresentam analogias substanciais. Afirma que a organização celular do homem não se opõe radicalmente à de um cogumelo, e considera demonstrado que o organismo humano traz consigo o traço de um passado anterior a toda civilização, a toda estrutura social, a toda linguagem simbólica, a todo esboço de pensamento (p.12).

Entretanto, nota Schreider que, se de um lado a base química da vida é semelhante nos seres organizados, e os mecanismos celulares apresentam analogias substanciais, encontra-se também uma contradição nessas observações: apesar das semelhanças e analogias, a evolução engendra diferenças, e nas espécies que se reproduzem sexualmente a miscigenação das linhagens multiplica as variações a tal ponto que se torna muito difícil descobrir dois seres idênticos.

Por essa razão a pesquisa biológica volta-se necessariamente para o estudo de dois processos fundamentais, entre tantos outros que afetam o organismo humano: a hereditariedade e a evolução. É o que faz Schreider em sua obra. Sem aprofundar a análise, como faz o autor, serão referidas aqui apenas as suas conclusões sobre esses processos, destacando as mais relevantes para os objetivos deste trabalho. As generalizações que se encontram na próxima seção esclarecem certos fatos essenciais do processo de formação de uma possível natureza humana.

FATORES GENÉTICOS E EVOLUTIVOS

Visando a estabelecer as bases biológicas fundamentais que caracterizam o homem enquanto espécie, em primeiro lugar observa o autor que toda a massa humana que forma a população do globo terrestre, cerca de seis bilhões de pessoas, provém de uma pequena quantidade de matéria viva, inferior a quatro litros, que contém em potencial todos os indivíduos existentes. Portanto, a célula germinativa tem uma estrutura "generalizada" ou primitiva, podendo servir de modelo para qualquer organização celular.

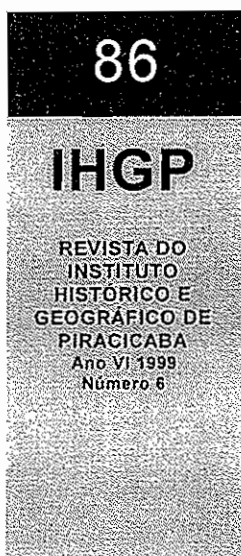
Além disso, características essenciais dos seis bilhões de seres humanos são determinadas inicialmente por alguns centigramas de ácido desoxirribonucleico, que correspondem a um número enorme de genes. Afirma Schreider que as coisas se passam como se os cromossomos contivessem uma mensagem, semelhante a um texto cifrado ou código químico, cujo sentido estabelecesse a natureza dos genes que regem, desde o início, a síntese das proteínas apropriadas. Assim, cada geração transmite à seguinte instruções estritas para orientar a formação dos indivíduos segundo as leis da espécie.

Outro fato relevante que o autor menciona é o de ser o gene uma estrutura molecular complexa e não fixa, cujas modificações podem ocorrer de duas formas: pode sofrer uma mutação fortuita, que se traduz

85

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



nos descendentes por mudanças relativamente estáveis, as quais se inscrevem no tecido hereditário de uma linhagem e representam uma fonte de inovação biológica; pode também dar-se o caso de ocorrerem alterações cromossômicas no gene.

A reprodução sexual constitui uma fonte de inovação, através da modificação do material genético. Como os progenitores não transmitem duas séries iguais de genes, novas combinações se formam na fecundação. As inovações são muito numerosas porque o funcionamento cromossômico as favorece, mas há fatores mais complexos que também contribuem para que ocorram.

Schreider menciona dois fatos: o de haver genes que comandam vários caracteres, e caracteres que obedecem a muitos genes, e ainda o fato de haver genes cujos efeitos se somam, tomando mais acentuado o caráter presente em um número maior deles, no mesmo indivíduo. A estatura, assim como as variações quantitativas da inteligência, obedecem parcialmente a este tipo de mecanismo.

Com base nessas observações, conclui o autor que a hereditariedade é responsável por grande parte das diferenças individuais entre os seres humanos, revelando-se uma fonte inegável de mudanças biológicas. Estas oferecem ao biólogo um filão precioso para compreender o mecanismo complexo da evolução, ao qual a espécie humana, como todas as outras, está sujeita. Portanto, convém examinar as principais idéias do autor sobre este processo.

Para analisar os efeitos da evolução sobre a espécie humana Schreider parte da idéia de que as mutações, ao contrário do que supunham muitos evolucionistas, *podem fornecer a matéria das metamorfoses evolutivas* (p.20). Isso significa que para ele o fenômeno da mutação responde, em grande parte, pelas mudanças evolutivas que ocorrem na espécie. Através de alterações quantitativas, discretas porém numerosas, que dependem da hereditariedade, os efeitos da mutação se acumulam, e, muitas vezes, são percebidos apenas através de estudos minuciosos.

Muitas variações hereditárias são assim produzidas, e a elas se sobrepõem outras, que dependem de circunstâncias exteriores. Essa combinação leva a resultados complexos, que desafiam a análise e obrigam o biólogo a recorrer à teoria das probabilidades. Esta lhe permite tentar reduzir a uma forma inteligível o número enorme de flutuações que ocorrem, e reconhecer as tendências e regularidades aí presentes, para descobrir as causas quando possível.

Como exemplo dessas regularidades, Schreider cita a relação entre o fenômeno da mortalidade precoce e o peso das crianças ao nascer. Seu estudo revela que as crianças mais leves e as mais pesadas tendem a morrer mais rapidamente, havendo uma seleção espontânea, de causas desconhecidas, que as elimina muito cedo. Nesse caso a seleção é conservadora, porque suprime os casos extremos, com vantagem para os indivíduos médios. Esse tipo de seleção, que ocorre também para outros caracteres, apenas estabiliza as características do grupo.

Mas a seleção atua de outras maneiras também, podendo resultar na modificação da média do grupo, como nos casos em que ela

descarta os valores fracos de um caráter. Se estas modificações forem hereditárias, terão efeito evolutivo. O estudo dos fósseis mostra que a evolução orgânica se faz principalmente pelas diferenças de valor das mudanças quantitativas. As verdadeiras novidades têm sido raras, com freqüência as dimensões mudaram pouco a pouco, e não variaram todas no mesmo ritmo, nem no mesmo sentido. Ao longo do tempo as formas se alteraram e estruturas novas, às vezes muito diferentes, tomaram o lugar das antigas.

No que se refere ao mecanismo da seleção natural, que tem contribuído para modelar os seres vivos, Schreider pondera que ela foi encarada com muita ingenuidade, ao se supor que consistisse simplesmente no **triunfo do mais forte**. Chegou-se igualmente a acreditar que uma triagem favorável das capacidades cerebrais tenha levado, sem rodeios, à descoberta dos **valores espirituais**.

Diz o autor que essa visão ignora realidades essenciais. Na seleção natural o êxito se mede essencialmente pelo número de genes transmitidos aos descendentes. A qualidade dos genes, segundo qualquer escala de valores humanos, não é levada em conta. Sob este ponto de vista, a seleção é **cega**, não havendo a transmissão de fatores de natureza distinta da dos orgânicos. Portanto, o processo biológico não responde pelo surgimento de fatores de outra natureza, como os **espirituais**.

A relação que existe entre os genes e os caracteres, que, como foi visto, não é unívoca, torna ainda mais complexo o mecanismo da seleção natural. Por causa das ligações existentes entre os caracteres que dependem dos mesmos genes, se um deles é mantido pela seleção natural, traz consigo outros, que assim são bem sucedidos, mesmo que não tenham valor próprio, e mesmo que até certo ponto constituam uma desvantagem.

Afirma Schreider que alguns biólogos têm uma atitude negativa em relação à seleção natural porque, convencidos da perfeição dos mecanismos biológicos, não acreditam que o acaso possa explicá-la. Isso se deve em parte ao sentido atribuído ao termo **acaso**, que sugere de início a idéia de desordem. Ignoram-se então as **leis do acaso**, que combinam bem com a ordem imperfeita dos fenômenos naturais, em que se podem fazer previsões próximas da certeza.

É preciso lembrar ainda que, embora fortuita, a mutação se produz em um sistema organizado, que obedece a certas regras. Mesmo sendo fortuitas, algumas mutações são mais prováveis do que outras. Essa diferença se prende à estrutura molecular dos genes. Resultados biométricos mostram que no interior da espécie há grandes variações individuais, nos mais diversos aspectos do funcionamento orgânico. Além disso, o organismo está longe de mostrar o maravilhoso arranjo das partes que se supunha existir, e em muitos casos é um erro comparar o ser vivo a uma máquina, em que cada peça tem seu lugar exato. A perfeição postulada não é um dado experimental, diz Schreider. No organismo, as relações não são rígidas, elas se apresentam como relações de probabilidade que, em média, mas não em cada caso, garantem o êxito.

87

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

Por essas razões afirma Schreider que, em vez de meditar sobre uma perfeição desmentida pelas pesquisas quantitativas, deve-se recorrer às noções de êxito e fracasso, indispensáveis à compreensão do funcionamento do organismo, e também do futuro da espécie. Êxito ou fracasso na formação das células reprodutoras, em que os gametas **normais** representam uma exceção, mais do que a regra. E também durante o desenvolvimento embrionário, que não se completa em um grande número de casos, na espécie humana.

Todo ser vivo acumula um conjunto de caracteres incoerentes, que trazem a marca de uma evolução dominada pelo acaso, como prevê o conceito de seleção natural. Os dados de pesquisa existentes confirmam esse conceito, que tem ainda mecanismos complementares, como o chamado **desvio genético**: aqui ocorre uma perda fortuita de genes se os indivíduos que os transmitiriam não deixam descendentes. Mas isso só acontece em populações **muito** reduzidas.

Os esquemas interpretativos tradicionais foram modificados, segundo Schreider, por Kimura, que se baseou na Genética Molecular para mostrar que as mutações (por exemplo, a substituição de um nucleotídeo por outro) não são raras. Em resumo, Kimura afirma que quando se considera um gene isolado, ele parece quase imutável. Mas quando se leva em conta o genoma, isto é, o conjunto enorme dos genes que formam a estrutura hereditária do organismo, constata-se que as mutações são tão freqüentes e que nem todas podem ter valor seletivo, sendo, portanto, em grande parte neutras ou indiferentes. O **desvio genético** não explica tudo, apenas representa o acaso, uma vez que a pressão seletiva do meio responde pelas tendências duráveis.

Sempre a partir das idéias de Schreider, conclui-se que a diversidade dos indivíduos e o grande número dos genótipos acumulados pela seleção mostram que *ela suprime, quando possível, as variações desvantajosas, mas não privilegia sistematicamente as qualidades superlativas*. O homem é um dos sistemas organizados resultantes da evolução, e nada obriga a lhe atribuir um lugar à parte na natureza. *Ele não escapa aos acasos da evolução e os resíduos do passado ainda condicionam os produtos de suas mãos, e até mesmo os caminhos trilhados por seu espírito* (p. 29).

Seguindo essa linha de idéias, pode-se tentar situar o ser humano no conjunto das espécies animais, e verificar também quem foram os seus ancestrais mais próximos, abordando assim o problema da *busca do elo perdido*, no dizer dos biólogos. Em trabalho sobre **A unidade biológica dos primatas e as bases da hominização**, M. Piattelli-Palmarini (1978) refere-se a esse problema expressando a opinião de que é necessário estabelecer onde se situa o corte (ou os cortes) que caracteriza a espécie humana.

Buscando esse corte, ou **o elo perdido** que separa o homem de seus ancestrais, é preciso verificar como ocorreu, em suas grandes linhas, o processo evolutivo que resultou no aparecimento do ser humano entre os demais primatas. É claro que as características distintas do homem não surgiram todas de repente, moldando-o em sua forma atual. Para que esta se tornasse possível, foi preciso que

vários milhões de anos transcorressem, dando margem a um longo processo de transformação, e criando as condições favoráveis ao aparecimento, entre os primatas, de espécies intermediárias que levaram aos primeiros homínidos.

A EVOLUÇÃO DA ESPÉCIE HUMANA

Vertebrado mamífero, o homem pertence à ordem dos primatas. Essa classificação reflete as grandes linhas da história evolutiva que, depois de muitos desvios, conduziu ao aparecimento da humanidade. Nota Ruffié (1978) que, no estudo desse processo, o lugar a ser atribuído ao homem no reino vivo suscitou sempre muitos problemas, gerando controvérsias entre biólogos e filósofos. Enquanto os biólogos encaram o homem como o *primata que chegou por último*, os filósofos preferem situá-lo à margem das demais espécies. Atribuem-lhe uma posição única no conjunto do reino animal por ser ele dotado de certo valor ético ou moral, além da capacidade intelectual que explica o seu desempenho no universo.

Entretanto, a questão do lugar do homem entre os demais seres vivos não se resolve apenas com a adoção de uma ou outra posição de princípio, mas requer uma análise cuidadosa, que leve em consideração dados de pesquisa. Estes devem oferecer ao pesquisador uma base sólida que garanta a compreensão do processo evolutivo da espécie, na medida do possível. Para esclarecer a situação do problema, é útil o trabalho de Jacques Ruffié, acima referido.

Este autor, antropólogo que dirigiu o Centro de Antropologia do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica) da França, em Paris, aborda esse problema sob o ponto de vista biológico, em termos dos remanejamentos cromossômicos e mutações pontuais que levaram ao aparecimento dos diversos patamares evolutivos. Utiliza também um enfoque antropológico para caracterizar o homem, por ele referido como *mutante humano*, sob o ponto de vista do seu comportamento e da interação que estabeleceu com o meio ambiente.

Afirma Ruffié que a ordem dos primatas apresenta grande homogeneidade, zologicamente. A partir de um esquema de base, houve entre os próximos o aparecimento escalonado de várias formas, que culminaram nos primatas superiores atuais, isto é, macacos antropomorfos e seres humanos. Citando a classificação de Simpson, afirma que esse conjunto constitui uma única superfamília, a dos *Hominoidea*, subdividida em duas famílias: a dos *Pongidae* ou macacos antropomorfos, e a dos *Hominidae*, ou homens.

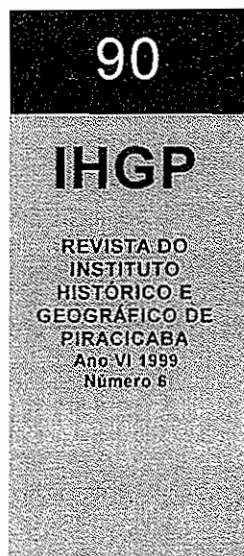
Em trabalho sobre as bases da humanização, analisa o processo que levou ao aparecimento dos *grandes patamares evolutivos* pelos quais passou a espécie *Homo*, isto é, os humanos primitivos: *Homo habilis*, *Homo erectus*, *Homo sapiens neanderthalensis*, *Homo sapiens sapiens* (p.116). Nessa ordem, tais patamares se sucederam após o aparecimento do ramo humano, distinto dos australopitécidos.

Em cada um desses patamares o ramo humano revela aumento gradual da capacidade craniana, que é acompanhado de progresso do

89

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



psiquismo e da cultura. Assim, o *Homo erectus* possui cérebro claramente mais volumoso que o do *Homo habilis*, e apresenta cultura mais rica: domina o fogo, fabrica instrumentos mais aprimorados, e provavelmente tem a linguagem, embora elementar, mais aperfeiçoada que os seus predecessores.

Para caracterizar o **mutante humano** em sua singularidade, como primata superior distinto de todos os outros, e cuja evolução resultou no homem atual, Ruffié menciona três mudanças sofridas por seus antigos ancestrais: 1) a posição ereta permanente, considerada a primeira característica humana; 2) o desenvolvimento do encéfalo, caráter ligado ao primeiro e que levou ao aparecimento de um primata dotado de maior massa encefálica, mais eficiente tanto pelo volume quanto pela estrutura; 3) a liberação do membro anterior, que também se liga à posição ereta permanente.

Essas mudanças efetuaram-se em milhões de anos, levando a progressiva hominização. O ramo humano assim caracterizado surgiu no período do Mioceno, há cinco milhões de anos, na África. Afirmo Leakey (1995) que, nessa época, algum tipo de evento evolutivo provocou a ramificação de um ancestral comum em três direções, conduzindo à evolução dos humanos modernos e também dos chimpanzés e gorilas modernos (p.21). Esta observação baseia-se em dados sobre a qualidade proteica do sangue dessas espécies. Nessa evolução, deu-se o aparecimento do psiquismo, interpretado como a direção dotada do valor seletivo mais forte.

A liberação do membro anterior, no **mutante humano**, possibilita seu uso para gestos voluntários mais complexos e minuciosos. Assim, o homem passa a conceber e executar projetos cada vez mais complexos, o que amplia a sua experiência. O resultado dessa interação recíproca e permanente dos três fatores foi o desenvolvimento da consciência reflexiva, *particularidade essencial do grupo humano* (Ruffié, Ob. cit., 121).

O volume craniano máximo dos hominídeos foi alcançado pelo *Homo sapiens neanderthalensis*, cuja capacidade craniana corresponde a três vezes a do *Homo habilis*. Apresenta também predominância do hemisfério cerebral esquerdo e capacidades psíquicas avançadas.

Ruffié destaca que cada estágio biológico transposto pelos hominídeos manifesta-se por um **progresso cultural**. Entretanto, esses dois processos não são paralelos. A partir de certo nível de evolução, as modificações biológicas tendem a se tornar mais modestas, enquanto as aquisições culturais assumem importância crescente.

Para dar um exemplo desse fenômeno, diz Ruffié que a forma dos esqueletos (restos fósseis) encontrados numa sepultura fornece menos informações do que o conjunto de objetos funerários que os acompanha. Esta constatação indica que esses seres primitivos já haviam desenvolvido habilidades intelectuais que lhes permitiam modificar o ambiente em que viviam, acrescentando-lhe uma dimensão simbólica ou significativa.

Em outras palavras, estava então iniciado o processo de construção da cultura, e provavelmente esta constituiu um contexto favorável ao uso da linguagem, na medida em que ampliava as condições de

existência dos homínidos. Por essa razão muitos autores encaram a linguagem como fator seletivo de grande importância, no processo de adaptação psíquica que caracteriza a evolução da espécie *Homo*.

Essa adaptação, por ser voluntária e consciente, supera todas as adaptações biológicas e torna possíveis soluções rápidas e cada vez mais precisas para os problemas resultantes das mudanças ambientais, ou seja, para os problemas ecológicos. Ao mesmo tempo, o homem passa a intervir cada vez mais no ambiente, explorando-o e criando um **ambiente humano**, dotado de componentes psicossociais, que compreendem sistemas de símbolos e objetos culturais de vários tipos.

Nesse contexto a linguagem constitui meio de comunicação rápida que difunde a cultura e possibilita a formação de consciência coletiva. Como nota Ruffié, a consciência coletiva compreende o conjunto dos conhecimentos, experiências e possibilidades individuais comuns aos componentes de um grupo. A substituição da consciência individual pela coletiva, no patamar humano, tende a acelerar o processo de evolução da espécie, porque permite que cada indivíduo, desde o nascimento, disponha da experiência dos que o precederam.

Todas as experiências individuais presentes e passadas, que fazem parte da consciência coletiva, são postas à disposição do grupo como um todo, primeiro pela tradição oral, e depois pela escrita. Assim se estabelece o sistema educacional nas sociedades humanas, pelo qual se conserva e transmite a experiência acumulada através das gerações.

No homem, a possibilidade de adquirir conhecimentos pela educação é muito favorecida pela extensão da fase de crescimento. A duração da infância na espécie humana é a maior entre todas as espécies. Por essa razão diz Ruffié que *o homem é o único primata que dispõe de tempo considerável para aprender: foi feito para ter uma escolaridade prolongada* (p. 122).

O aumento da experiência de aprendizado e instrução provoca, por sua vez, o aumento e enriquecimento das conexões interneuronais. Este fato amplia a capacidade e eficiência encefálica. A partir dessa observação conclui Ruffié que **inteligência atrai inteligência** (p. 123). Desenvolve-se, assim, o componente psíquico, que possibilita ao homem a criação do **ambiente humano**. Este, ao se constituir, inicia um ciclo em que o aumento dos conhecimentos e o aprimoramento dos métodos leva a desenvolvimento progressivo da consciência reflexiva.

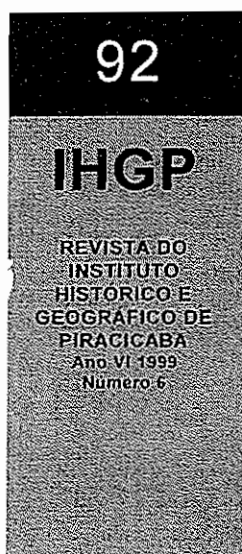
Embora não esteja inteiramente esclarecido como, sabe-se que esse processo de desenvolvimento do componente psíquico do homem passou a depender de um condicionamento genético, isto é, de uma nova organização biológica. Em consequência, no patamar humano a pressão seletiva já não atua como entre as demais espécies, mas passa a se exercer de acordo com os componentes psíquicos, como a capacidade de memorização, a precisão do raciocínio, etc. E a partir de certo limiar, já não é sobre o indivíduo e sim sobre todo o grupo que se exerce a seleção.

Conclui-se, portanto, que, a partir de processos de evolução biológica, constituiu-se, no planeta, ao longo de milhões de anos, a

91

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6



espécie humana, cujo desenvolvimento resultou no homem atual. Este não está mais condicionado apenas ou predominantemente a fatores físicos e genéticos, mas tem sua existência determinada por um conjunto complexo de fatores, muitos dos quais resultam do seu próprio desempenho na criação e manutenção do ambiente em que vive. Este por sua vez já não é meramente um ambiente físico e **natural**, mas um ambiente sócio-cultural, que se acrescenta ao anterior, combinando-se com ele.

A existência de uma **natureza humana** comum aos indivíduos da espécie *Homo sapiens* é, pois, inegável. É tarefa da ciência estabelecer os parâmetros que definem essa natureza humana. Observa o antropólogo francês Edgar Morin (1979) ter a ciência perdido o paradigma da natureza humana, que se tornou insuficiente. Afirma a necessidade de buscar um novo paradigma, capaz de descrever o homem em toda a sua complexidade, superando as limitações da ciência atual. A nova ciência deverá estabelecer a relação entre a física e a vida, bem como a articulação entre o vivo e o humano, e entre a entropia e a neguentropia (p. 215)

Na obra citada, Edgar Morin formula a hipótese de que o novo paradigma iria esperar o século XXI para ser elaborado, porém, em obra mais recente (1990) apresenta já elementos teóricos relevantes para sua formulação, afirmando ser o homem um sistema hipercomplexo, com características de auto-organização e auto-eco-organização. Como permanece incompleta a proposta de Morin, e esbarra em problemas não inteiramente resolvidos pela Física e Matemática contemporâneas, pretende-se aqui, permanecendo no plano das generalizações, abordar a manifestação mais ampla da natureza humana, isto é, o comportamento e seus determinantes.

O comportamento humano, fruto do psiquismo desenvolvido ao longo da evolução, como visto acima, foi definido por Jean Piaget como um processo de troca funcional entre um organismo ativo e o ambiente. O comportamento prolonga o vital, isto é, o processo essencialmente biológico, diz Piaget, situando portanto o homem em seu ambiente próprio, natural. A definição deixa claro que todo comportamento humano pressupõe uma relação entre o organismo e o ambiente em que se encontra. Porém essa relação efetiva-se em um patamar superior ao dos antigos primatas, na medida em que envolve o indivíduo em sua totalidade e complexidade, e inclui a busca de compreensão e organização desse ambiente.

A partir dessa definição podem-se estabelecer alguns dos princípios que regem as relações do homem com o meio que o cerca, e afetam também sua relação consigo mesmo. Podem ser citados, de início, seis princípios: a *materialidade*, a *sexualidade*, a *sociabilidade*, a *afetividade*, a *racionalidade* ou *intelectualidade*, e a *espiritualidade*. Cada um desses princípios faz referência a um setor ou fonte de ação do ambiente, natural ou social, com o qual o homem se relaciona constantemente, podendo variar enormemente o modo da relação que se estabelece. A seguir, cada princípio será analisado em suas características gerais.

1) **A materialidade.** Compreende o contexto físico que cerca o

ser humano, bem como o seu corpo próprio, seu invólucro físico natural. Esse contexto físico inclui todos os elementos físicos, vivos ou inanimados, que cercam o homem, e também toda a estrutura física concreta criada por ele. Inclui ainda a dimensão espaço-temporal em que decorre a sua existência. A matéria assumiu diferentes funções e valor para o homem ao longo da história, permeando grande parte da sua atividade no planeta. É provável que a influência deste princípio na vida humana tenha atingido o ápice na civilização contemporânea, em consequência do valor atribuído aos bens materiais pelo sistema capitalista de produção

A relação que se estabelece nesse sistema entre o homem e a matéria explica, em grande parte, certos padrões de comportamento comuns na sociedade atual, como a busca do lucro, da posse de objetos materiais e dos meios necessários à sua obtenção. Sendo este sistema essencialmente competitivo e individualista, essa busca transforma-se muitas vezes em verdadeira luta, em que *vence o mais forte*. Encontra-se aí, freqüentemente, a origem da violência. A vida humana não teria possibilidade de existir sem o princípio material, uma vez que o universo é em grande parte matéria física, e a humanidade desenvolveu-se ao menos parcialmente na relação com ela. Porém a materialidade não é a única nem principal fonte de influência que se encontra na relação homem/meio, essencial na existência humana.

2) **A sexualidade.** Este princípio, ao contrário do anterior, rege a relação com o meio de forma menos generalizada, referindo-se a um tipo específico de relação que se estabelece entre duas pessoas. A sexualidade é provavelmente o princípio que mais se aproxima do anterior, a materialidade, uma vez que se baseia no uso do próprio corpo nessa relação. Entretanto, as práticas sexuais tornaram-se, na História da Humanidade, um tipo de atividade altamente complexa e acompanhada de outras práticas, cujos significados simbólicos afetam grande número de setores da cultura, como as artes, a música, a literatura, além de exercer influência sobre todas as esferas da vida pessoal de cada indivíduo e de várias instituições e grupos sociais.

Citando Freud, a psicanalista e sexóloga S. Cherman (1996) afirma que a vida sexual do ser humano é constituída pelas emoções sexuais, que induzem à prática sexual genital, mas que esta não resume em si toda a sexualidade. Ao contrário, o sexo é constituído de complexa rede de processos psíquicos que inclui atrações, desejos, temores, anseios, agressividade, ternura e toda sorte de afetos (p.70)

A sexualidade tem um papel relevante na vida humana, que é a preservação da espécie. É por isso que na sociedade humana a sua prática, isto é, a união sexual entre o homem e a mulher, foi institucionalizada através do matrimônio, ou casamento, que se realiza de acordo com um código ético-moral. O casamento é considerado um dos pilares da sociedade, porque por ele se forma a primeira célula fundadora da família, o *primeiro elo de uma cadeia organizadora da estrutura social*. Por essa razão, diz a autora, a prática sexual é *estruturada e estruturante*.

3) **A sociabilidade.** Este princípio comanda a relação entre o ser

93

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI-1999
Número 6

humano e os seus semelhantes. Por ele se estabelece a interação social, sem a qual não há possibilidade de sobrevivência para o ser humano. Ao se constituir como espécie com as características estudadas, o homem tornou-se, de algum modo, dependente dos seus semelhantes, tendo necessidade do convívio social para sua própria sobrevivência e, sobretudo, para seu desenvolvimento enquanto pessoa. Não se trata apenas da necessidade de comunicação com seus pares.

Já se verificou que, sem a convivência social, o ser humano não desenvolve, além da linguagem, seus potenciais afetivos e intelectuais, sua sensibilidade, e todo um conjunto de qualidades que só se atualizam no meio social, como solidariedade, lealdade, senso de igualdade, justiça, etc. Através da convivência social, o homem tende a evoluir, desenvolvendo progressivamente suas características mais elevadas, capazes de distanciá-lo cada vez mais dos primatas que o precederam na escala animal.

A sociabilidade, como a inteligência e outras propriedades específicas do homem, é construída durante o período de desenvolvimento do indivíduo; envolve processos complexos de organização da experiência e adaptação progressiva ao ambiente que o cerca. Essa adaptação resulta do processo de construção interna da experiência, que se estrutura simultaneamente à estruturação do sistema físico e sócio-cultural a que o indivíduo pertence.

Portanto, a sociabilidade garante ao indivíduo a adaptação à organização social, e isso corresponde a uma grande ampliação do seu sistema pessoal, que passa a fazer parte de um universo simbólico. A sociabilidade, como princípio determinante do comportamento, não atua apenas no plano individual, mas exerce também influência em um plano mais geral de funcionamento do processo social, atingindo a pessoa indiretamente, através das instituições e de outras formas de organização social.

4) **A afetividade.** Esta expressão será utilizada aqui como sinônimo de *emoção*, no sentido definido por Goleman (1996), que diz: *a emoção se refere a um sentimento e seus pensamentos distintos, estados psicológicos e biológicos, e a uma gama de tendências para agir* (p.305). Segundo esse autor, há centenas de emoções, com muitas combinações, variações, mutações e matizes, e existem mais sutilezas de emoções do que palavras que podem defini-las.

A emoção faz parte de todas as experiências humanas, estando sempre presente em qualquer situação vivida. Concordando com Ekman e outros, afirma Goleman que as emoções podem ser pensadas em termos de famílias ou dimensões, havendo famílias principais como ira, tristeza, medo, amor, por exemplo. E explica a sua dinâmica: cada família tem no centro um núcleo emocional básico, do qual partem os parentes em ondas de incontáveis mutações. Nas ondas externas estão os *estados de espírito*, que são mais contidos e duram muito mais que uma emoção.

Além dos estados de espírito há os *temperamentos*, a disposição para evocar certa emoção ou estado de espírito que torna as pessoas melancólicas, tímidas ou alegres (p. 306). Existem, portanto, estados

emocionais mais ou menos intensos, mais ou menos duradouros, que certamente determinam diferentemente as relações da pessoa com o seu meio próximo, em todas as situações e em qualquer das dimensões aqui consideradas.

5) **A racionalidade.** Este princípio começou a existir no planeta Terra quando, durante o processo de hominização, surgiu o *Homo sapiens sapiens*, isto é, quando o *mutante humano* passou a organizar o ambiente em que vivia, criando o ambiente psicossocial, como descreve Ruffié. Foi então que começou a agir de acordo com o *pensamento*, inexistente nos seus ancestrais. Dizer que o homem é racional significa, portanto, que ele pensa, isto é, conhece o mundo que o cerca, e conhece também a si mesmo. Em outras palavras, é dotado de consciência reflexiva. A racionalidade torna o homem um ser hipercomplexo, no dizer de Edgar Morin.

Essa hipercomplexidade própria do ser humano deve-se ao fato, entre outros, de ser ele um sistema aberto. Este sistema organiza-se a partir de um fator cujo aproveitamento lhe é exclusivo, no conjunto das espécies: a informação. Por essa razão, diz Morin que este conceito deve ser tomado como ponto de partida no estudo da natureza humana. Para esclarecer este ponto, convém citar o autor: *a informação apresenta-se ao olhar quer como memória, quer como saber, quer como mensagem, quer como programa, quer como matriz organizacional.* (1990, p.39).

Várias funções foram desenvolvidas à medida que a razão assumiu o comando do comportamento humano. Desenvolveram-se em diferentes níveis do funcionamento intelectual, dando margem ao aparecimento de processos cada vez mais sutis, como a imaginação, a criatividade, a intuição, e possibilitando ao homem interagir com dimensões novas, que se abrem à sua consciência.

Tendo criado e passado a existir em um mundo movido a informação, o homem distanciou-se muito dos primatas. Isso equivale a dizer que a razão de que é dotado o homem é o fator que o diferencia das demais espécies. Mas esse não é o único fator, como demonstram os princípios analisados. Uma das tarefas das ciências humanas no futuro será descobrir de que modo o desenvolvimento da inteligência humana afetou o aparecimento desses princípios. Será igualmente necessário verificar as relações que se estabeleceram entre todos os princípios, no processo evolutivo da espécie.

6) **A espiritualidade.** O desenvolvimento da consciência reflexiva representou, para o *Homo sapiens*, o acesso a uma dimensão superior de existência. Stanislav Grof (1994), médico e pesquisador em atividade nos Estados Unidos, afirma que a consciência humana não existe confinada no crânio de cada indivíduo, ao contrário do que supunha a ciência newtoniana-cartesiana. Não tem origem no cérebro e não depende inteiramente dele, embora seja mediada por ele. Essa opinião de Grof foi também expressa pelo neurocirurgião W. Penfield, que afirmou, como cita Grof (p.245), que acreditava não ser a consciência originária do cérebro.

Pesquisas recentes sobre fenômenos que ocorrem nos chamados *estados alterados (ou incomuns) de consciência* têm revelado que

95

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

o psiquismo humano não tem limites reais e absolutos. Ao contrário, *tem potencial para transcender certas limitações de espaço e tempo, sendo parte de um campo infinito de consciência que engloba tudo o que existe, além do tempo-espaço e no interior de realidades até hoje inexploradas* (p.244).

Com base em novas descobertas sobre esses estados não comuns, pesquisadores como Grof passam a encarar o psiquismo individual como manifestação de uma consciência e inteligência cósmicas que fluem através de toda a existência. O homem nunca se separa dessa consciência cósmica, nunca perde o contato com ela. Nota ainda Grof que este conceito tem sido encontrado independentemente em tradições místicas através do mundo. E acrescenta poder esse enfoque da psique humana preencher a lacuna entre a ciência ocidental tradicional e a sabedoria de sistemas espirituais baseados em observações seculares sobre a consciência.

A dimensão superior a que o *Homo sapiens* passou a ter acesso é a espiritualidade, que lhe permite interpretar o universo e a si mesmo sob novo prisma. Esta interpretação inclui o reconhecimento de que além da matéria e da dimensão espaço-temporal, existem outras formas de realidade que podem ser atingidas em estados não-comuns do funcionamento consciente. Inclui também a idéia de que o universo cósmico é um todo ordenado e permeado por princípio inteligente que, de algum modo, se manifesta pela consciência humana.

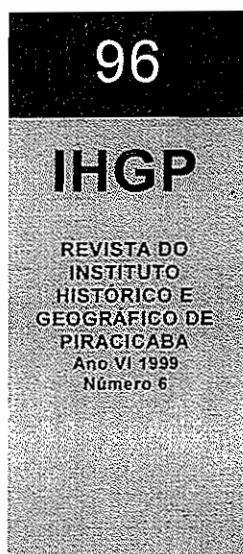
Finalmente, permeando todos os princípios acima analisados, existe ainda no ser humano um fator adicional. É a sensibilidade, que torna possível a sua interação com o mundo que o cerca, em todos os níveis de funcionamento. Além do plano da materialidade, em que interage com estímulos concretos, e dos planos mais elevados, em que atua através da informação ou de fatores sutis, pela sensibilidade o ser humano tem acesso a muitas das numerosas dimensões do universo em que vive.

UMA DEFINIÇÃO TENTATIVA

A presente análise dos princípios que regem o comportamento do *Homo sapiens*, além de estabelecer as bases para compreensão geral dos principais parâmetros que regulam esse comportamento, oferece algumas indicações úteis para sua formulação tentativa, visando a definir a natureza humana.

Para isso deve-se retomar a proposta teórica de Edgar Morin (1990), em seus aspectos principais. Diz o autor que o homem é um sistema aberto, isto é, enquanto sistema vivo, sua existência e sua estrutura dependem de alimentação exterior, não apenas material/energética, mas também organizacional/informacional (p.30). Parte da análise do conceito de organização, como empregado por Piaget, que o considera o conceito central da Biologia.

Diz Morin que a noção de organização adquire consistência quando aplicada ao ser vivo, o qual revela traços básicos inexistentes



nas máquinas artificiais: uma relação nova com referência à neguentropia, isto é, uma aptidão, ainda que temporária, para criar a neguentropia a partir da própria entropia, isto é, reorganizar o ambiente a partir da desorganização nele introduzida; e uma lógica muito mais complexa, diferente da de qualquer máquina artificial. A esses dois traços liga-se o fenômeno da auto-organização.

Esta noção surge como característica essencial da organização viva, uma vez que num organismo as moléculas e as células morrem e se renovam e o organismo permanece idêntico a si mesmo, embora todos os seus componentes sejam renovados. Além de mostrar uma diferença de natureza entre os sistemas auto-organizados e os outros, esse fenômeno revela que no ser vivo a desorganização é fundamental, pois segue o seu curso rapidamente, e permanece inseparável da reorganização, ou neguentropia.

Afirma Morin: *A entropia, num sentido, contribui para a organização que tende a arruinar, e (...) a ordem auto-organizada só pode complexificar-se a partir da desordem.* Este é um fundamento da auto-organização, e mostra que a *ordem do ser vivo não é simples. não releva da lógica que se aplica às coisas mecânicas, mas postula uma lógica da complexidade* (p.47). Conclui, a partir dessas considerações, que a idéia de auto-organização opera grande mutação no estatuto ontológico do objeto, que ultrapassa a ontologia cibernética, pois a auto-organização é na verdade uma meta-organização relativamente às ordens de organização preexistentes, na medida em que confere ao ser vivo individualidade e autonomia *organizacional, organizacional e existencial.*

A segunda característica definidora desse sistema auto-organizador é a auto-eco-organização. Isto significa que, ao mesmo tempo que o sistema auto-organizador se distingue do meio pela sua autonomia e individualidade, liga-se a ele cada vez mais, pelo aumento da abertura e da troca que com ele estabelece.

Nesse processo, há um progresso da complexidade, pois a individualidade do sistema auto-eco-organizador passa a ter relações muito ricas e dependentes do meio. O meio é incorporado por ele e está no seu interior, passando a desempenhar papel co-organizador, (p.49). O sistema auto-eco-organizador não pode bastar a si próprio.

As idéias acima expostas, extraídas da obra **Introdução ao pensamento complexo** (1990), são suficientes para se ter uma compreensão inicial da interpretação de Edgar Morin sobre a natureza humana. Observa ele que não se trata de um paradigma completo, e o novo paradigma deverá esperar o próximo século.

Para concluir, convém acrescentar que o ser humano é também um ser histórico, na medida em que constrói sistemas de conhecimento e de cultura que se somam e combinam com o ambiente físico que encontra ao nascer. Estes sistemas perpetuam a sua participação na construção de um universo que se amplifica através da consciência, seja no plano individual, seja no coletivo. Construção essa que se registra como História.

97

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CENTRO ROYAUMONT PARA UMA CIÊNCIA DO HOMEM, 1978, **A Unidade do Homem**, Vol. I. São Paulo: Editora Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.
- CHERMAN, S. 1996, **Sexo X Afeto o Grande Desafio**, São Paulo: Editora Saraiva.
- GADAMER-VOGLER,(Org.) 1977, **Nova Antropologia**, São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Limitada/Editora da Universidade de São Paulo.
- GÓLEMAN, D. 1995, **Inteligência Emocional**, Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- GROF. S. e A.Z. BENNETT, 1994, **A Mente Holotrópica**, Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- HERRNSTEIN e BORING, 1971, **Textos Básicos de História da Psicologia**, São Paulo: Editora Herder/Editora da Universidade de São Paulo.
- LEAKEY, R. 1995, **A Origem da Espécie Humana**, Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- MALSON, L. 1964, **Les Enfants Sauvages**, Paris: Union Générale d'Éditions.
- MORIN, E. 1973, **Le Paradigme Perdu: la Nature Humaine**, Paris: Editions du Seuil.
- MORIN, E. 1979, **O Enigma do Homem**, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MORIN, E. 1990, **Introdução ao Pensamento Complexo**, Lisboa: Instituto Piaget.
- NARR, K. J. 1977 Contribuições da Pré-História para o Conhecimento da Natureza Humana. *In*: GADAMER-VOGLER, **Ob. cit.** Vol. 4, 1-45.
- PIATELLI-PALMARINI, M. 1978, A Unidade Biológica dos Primatas e as Bases da Hominização. *In*: CENTRO ROYAUMONT ..., **Ob. cit.**, Vol. I.
- RUFFIÉ, J. 1978, O Mutante Humano. *In*: CENTRO ROYAUMONT..., **Ob. cit.**, Vol. I.
- SCHREIDER, J. 1976, **La Biologie Humaine**, Paris: Presses Universitaires de France.
- SCHULTZ, D. 1981, **História da psicologia moderna**, São Paulo: Editora Cultrix.
- SCIACCA, M. F. 1968, **História da filosofia**, Vol. II: do humanismo a Kant, São Paulo: Editora Mestre Jou.
- WATSON, R. I. 1968, **The great psychologists from Aristotle to Freud**, Philadelphia: J. B. Lippincott Company.

98

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI-1999
Número 6

A HISTÓRIA DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA EM PIRACICABA

Adolpho Carlos Françaoso Queiroz¹
Rosana Zaccaria²
João Carlos Teixeira Gonçalves³

RESUMO

Este artigo é o resultado do projeto de pesquisa sobre "A história das agências de propaganda de Piracicaba", desenvolvido entre setembro de 1998 a julho de 1999, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq e Fundo de apoio a Pesquisa da Unimep, que procurou recuperar a história das agências locais, sua inserção no mercado de trabalho, os reflexos da ação do Curso de Publicidade da Unimep neste contexto, recuperando parcelas desta memória, através do levantamento de literatura especializada, entrevistas com profissionais autônomos e proprietários de agências. Ele discute os procedimentos metodológicos do projeto; o reflexo da ação do curso no mercado publicitário local e a memória local da propaganda.

PALAVRAS CHAVE: História - Propaganda - Piracicaba

Com a modernização dos meios de produção no campo da comunicação nas cidades interioranas brasileiras, registradas especialmente na segunda metade do século XX, a atividade publicitária cresceu em ação e importância para veículos, anunciantes, profissionais e especialmente para o ensino desta modalidade de saber.

A realização de um projeto de pesquisa pioneiro desenvolvido por professores e estudantes da Universidade Metodista de Piracicaba, entre 1998/1999, ensejou a primeira possibilidade de sistematização desta história, como se verá daqui por diante.

Neste artigo, os professores - coordenadores desta pesquisa, apresentam suas percepções sobre as ações desenvolvidas, como forma de contribuição ao resgate da história do tema, bem como para ampliar o grau de compreensão sobre o desenvolvimento desta atividade na cidade de Piracicaba.

1 É Doutor em ciências da comunicação pela UMEP, professor do Pós-Com UMEP e do Curso de Comunicação da UNIMEP. (Participaram também as bolsistas do projeto Débora Tavares, Adriana Aguari e Ana Carolina Bugni, do Curso de Publicidade e Propaganda)

2 É Mestre em Comunicação Social pela UMEP e Coordenadora do Curso de Comunicação da UNIMEP

3 É Mestre em Comunicação Social pela UMEP e professor do Curso de comunicação da UNIMEP.

99

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

4 QUEIROZ, Adolpho, GONÇALVES, J.C.T. e TOMAZIELLO, P.S. Radiojornalismo em Piracicaba, programas e propagandas, relatório técnico - científico, mimeo. Piracicaba, Unimep CNPq, 1992.

5 QUEIROZ, Adolpho. A trajetória do Jornal de Piracicaba, 1900-1997. Tese de doutorado defendida na Universidade Metodista de São Paulo em 26/03/98, mimeo. São Bernardo do Campo, 1998.

6 BOTAMEDI, Cristiane. Anuncia-se uma época. Vencedora do 1º Prêmio Estadão de Mídia, promovido pelo jornal "O estado de São Paulo" em 1998 e publicado nos anais "1º prêmio de mídia Estadão", pgs. ... São Paulo, 1998.

7 Revista Tempo — completar

8 Relatar artigos da Mídia e cultura que falavam sobre as agências.

O PERCURSO METODOLÓGICO DO PROJETO

1. SOBRE AS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO NA CIDADE DE PIRACICABA

É relativamente recente a incursão teórico-metodológica sobre objetos de pesquisa situados na configuração do espaço comunicacional da cidade de Piracicaba. Este projeto de pesquisa, iniciado em agosto de 1998 e que conclui em julho de 1999, leva consigo uma marca pioneira no sentido de compreender a publicidade local. Apesar da existência de um Curso de Publicidade e Propaganda na cidade, mantido pela Universidade Metodista de Piracicaba, desde 1977, foi preciso um espaço de 22 anos para que se estruturasse esta temática.

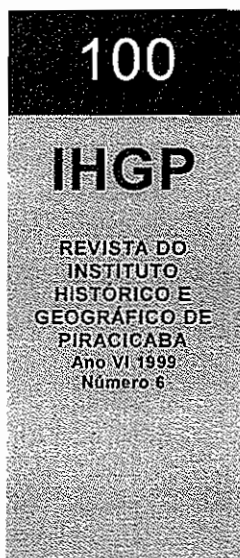
Vale dizer que as pesquisas em comunicação fomentadas a partir do Curso de Comunicação da Unimep, têm sua origem nos anos 90, priorizando, contudo, como objeto, a questão da imprensa local e regional. Vale registrar duas incursões anteriores que tangenciaram a publicidade local como objeto de pesquisa: no primeiro deles, intitulado "Radiojornalismo em Piracicaba, programas propagandas"⁴, os autores procuraram identificar o impacto dos anúncios publicitários inseridos nos principais programas de radiojornalismo das emissoras locais; e num segundo momento foi construído o texto "Anuncia-se uma época", como subproduto de uma tese de doutorado sobre a história do "Jornal de Piracicaba"⁵, pela aluna do Curso de Publicidade, Cristiane Botamedi.⁶

2. SOBRE A NECESSIDADE DE COMPREENDER A PROPAGANDA EM PIRACICABA

Este projeto surgiu não só para preencher as lacunas de pesquisa sobre a publicidade em Piracicaba, mas também para resgatar parcelas da história local sobre esta atividade. Sabe-se, por fontes orais localizadas entre os antigos profissionais de publicidade da cidade, da existência de pioneiros no trabalho, entre os quais estavam os pintores de faixas e de placas Jarbas de Souza e Manoel de Oliveira, o Gaúcho.⁷

Também por iniciativa de um dos professores - coordenadores deste projeto, Adolpho Queiroz, foram resgatadas numa coluna dominical sobre comunicação, veiculada pelo "Jornal de Piracicaba", e intitulada "Mídia e cultura", parcelas da história das agências de publicidade de Piracicaba, relatadas a partir da memória e da vivência do autor no campo.⁸

A vivência no campo por outros dois professores que integram o projeto, João Carlos Teixeira Gonçalves, a partir dos anos 70, integrando agências locais como redator e Rosana Zacaria, nos anos 90, como co-proprietária da Agência Metrôpolis, fortaleceram a necessidade de recontar a trajetória das agências na cidade, com o objetivo de sistematizar esta história de forma mais adequada.



3. CULTURA LOCAL E PUBLICIDADE

As atividades da propaganda e da publicidade em Piracicaba datam do século XIX, com o surgimento da imprensa local em 1822. Os pasquins manuscritos e publicados naquele período representam uma primeira manifestação formal de propaganda política e ideológica, visto que denunciavam problemas ligados à posse de terras na cidade⁹.

Com a evolução do jornalismo impresso na cidade, florescem os pequenos anúncios de vendas de imóveis, remédios, prestação de serviços de médicos, advogados, alfaiates, costureiras, etc. A existência da imprensa diária no final do século XIX amplia a presença da propaganda nos meios de comunicação locais.

Contudo é no século XX que ela ganha maior força e representatividade nos jornais diários e semanários que se publicam, nas emissoras de rádio que se estabelecem a partir de 1933, no Curso de Publicidade implantado na Unimep nos anos 70, nos canais de televisão que se criam nos anos 90 e na sedimentação de um mercado local de agências publicitárias que prosperam na mesma década, a partir da afirmação do mercado local de comunicação e na elevação do grau de profissionalismo dos serviços prestados em propaganda.

4. A PUBLICIDADE E A PROPAGANDA LOCAL COMO OBJETO DE PREOCUPAÇÃO CIENTÍFICA

Diante dessas premissas históricas apresentadas anteriormente, Piracicaba surge como um "locus" carente de investigação científica sobre suas próprias origens.

Este primeiro estudo descritivo sobre as agências locais de publicidade, insere-se de forma mais ampla, no que os pesquisadores de comunicação no país inscrevem como no amplo campo da modernidade conceitual vivenciada pela pesquisa em Comunicação nos anos 90.

Para Lopes¹⁰ "o nível descrito de estudo passou a ser um traço marcante da pesquisa funcionalista nos EUA determinada pelo caráter empiricista e pragmático que as Ciências sociais lá desenvolveram. A ponto de alguns autores definirem essas ciências como técnicas de controle social, de que lançam mão as agências governamentais e empresas privadas."

E prossegue mais adiante afirmando que "a natureza descritiva da pesquisa social decorre menos de sua aplicação imediata ao problema investigado, do que da segmentação ou recorte do objeto estudado. No caso da pesquisa funcionalista em Comunicação, o modelo linear lasswelliano do processo de comunicação foi em grande parte responsável pela "especialização" da pesquisa sobre cada um dos componentes daquele esquema tais como pesquisa do emissor (ou de produção), do canal (ou dos meios), da mensagem (ou dos conteúdos) e do receptor (ou dos efeitos). O problema não reside tanto na especialização da pesquisa, mas principalmente na perda do princípio explicativo de análise do objeto da Comunicação, o qual reside na sua totalidade, isto é, enquanto fenômeno global que se insere de forma determinada numa

9 QUEIROZ, Adolpho. A trajetória do Jornal de Piracicaba, 1900/1997. Tese de doutorado, mimeo. São Bernardo do Campo, UESP, 1998, pg ...

10 LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Pesquisa em comunicação, formação de um modelo metodológico. São Paulo, 1990, Editora Loyola.

101

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI - 1999
Número 6

11 Colocar aqui os projetos desenvolvidos CNPq/Pibic/Fapic

12 LOPES, Maria Immacolata Vassalo de . Pesquisa em Comunicação, a formulação e um modelo metodológico. São Paulo, 1990. Edições Loyola.

13 BUDGE, Eduardo Contreras. Investigación en comunicaciones en América Latina : la duda del método. CIESPAL, Quito, 1983 . mimeo.

14 LOPES, Maria Immacolata Vassalo de . Pesquisa em comunicação, a formulação de um modelo metodológico. São Paulo, 1990. Edições Loyola.

15 idem

sociedade historicamente dada.”

Deve-se igualmente reconhecer a possibilidade de outros olhares e percepções que a pesquisa em comunicação enseja aos seus múltiplos campos. Mas, no contexto deste projeto, procuraremos na ótica da historicidade, estabelecer parâmetros iniciais para uma construção da história das agências locais. Mesmo que seja uma história recente, que data do século XIX, mas que se aperfeiçoa no final daquele século passado com o surgimento da imprensa diária e depois dela o rádio, a televisão, a mídia extensiva, a Internet, passando pela formação profissional no campo do ensino e a profissionalização através das agências hoje constituídas.

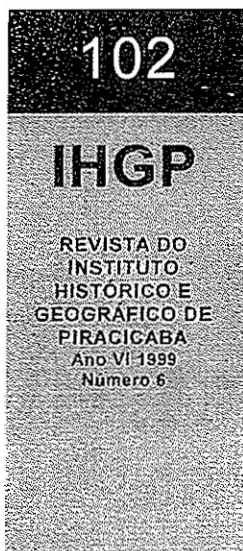
Ao reconhecermos a necessidade de um resgate histórico sobre temáticas ligadas ao campo da Comunicação Social em Piracicaba, vamos construindo ao longo dos anos 90, uma série de estudos descritivos sobre várias temáticas locais¹¹. Apesar do seu caráter descritivo também, “A história das agências de propaganda em Piracicaba” pretende igualmente ver-se diante dos desafios metodológicos que se impôs, para, no dizer de Lopes, não constituir-se num receituário, mas compreender-se “como campo de articulação em diferentes instâncias e fases evitando: 1. Uma discussão formal e abstrata de questões epistemológicas, teóricas, metódicas e técnicas, ou seja, fora da prática concreta da pesquisa e 2. Uma visão linear da pesquisa, responsável pela redução desta a um processo estandardizado e automático de operações.”¹²

Encaminham-se nessa mesma direção, autores como Contreras Budge¹³ que aponta a “Comunicação como uma disciplina variável e seu objeto “vertical” (analogamente à economia, à educação), em contraste com “disciplinas-nível” como a Psicologia e a Sociologia, que delimitaram horizontalmente um certo nível do real como seu objeto de estudo. A Comunicação assume enquanto disciplina uma enorme complexidade e também uma perigosa tendência a abordagens segmentárias e reducionistas. Quer dizer, estudos que pretendem explicar um fenômeno que possui diversos níveis a partir do privilegiamento de apenas um deles.”

A concepção deste projeto sobre “a história das agências de publicidade em Piracicaba” foi desenvolvida a partir de uma noção de modelo de interpretação metodológica que, segundo Lopes¹⁴, “implica duas funções: descritiva e crítica. Através a descrição que nunca é neutra, pois parte de uma série de postulados sobre a natureza da pesquisa, o modelo realiza a explicação dos fundamentos metodológicos da pesquisa. Através da função crítica, busca uma intervenção e reorientação das estratégias de investigação, na medida em que obstáculos são identificados no processo de pesquisa e vias de superação podem ser propostas”.

E mais adiante admite que¹⁵ “fica clara a interpenetração das funções de reconstrução metodológica (as investigações já feitas) e de construção metodológica (da investigação a ser feita ou em curso), no modelo metodológico que estamos propondo.”

E, por fim, nas conclusões que apresenta sobre a formulação de



um modelo próprio para a área de Comunicação, Lopes admite que¹⁶ “as opções e decisões que caracterizam o trabalho metodológico tocam diretamente a questão da responsabilidade científica do pesquisador. É que não há receitas para se fazer as opções metodológicas durante uma pesquisa. Há critérios que devem ser levados em consideração em função de sua pertinência na investigação, mas nem todos se aplicam igualmente e com o mesmo peso. O investigador é obrigado a optar por isso mesmo deve usar critérios o mais explicitados possível. Entretanto, isso não o exime da responsabilidade intransferível de optar e deste modo empreender operacionalmente na pesquisa uma estratégia metodológica que atenda à natureza aberta e dinâmica da pesquisa científica.”

16 idem

5. ANÁLISE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DES-TE PROJETO

Na medida em que partimos para estudar um objeto de estudo muito pouco estudado na cidade em que se localizada o Curso de Comunicação Social da UNIMEP o fizemos de maneira conscientes de que as referências bibliográficas sobre o tema seriam poucas. Optamos então pela reconstrução desta trajetória a partir de entrevistas individuais com os próprios atores sociais – no caso o profissionais que atuaram ou atuam ainda hoje, como proprietários de agências ou prestadores de serviços em publicidade na cidade de Piracicaba.

Os procedimentos adotados foram os seguintes :

1. Levantamento bibliográfico – identificar na literatura sobre o tema história da propaganda no Brasil, alguma identificação com as questões locais,
2. Busca em livros sobre a história da cidade, de informações sobre a existência de agências locais. Neste caso foi possível identificar uma única obra (ANTONIO BARROS, Piracicaba, edição do autor, 1970)
3. Buscar nos anuários de Mídia dos anos 70, informações sobre agências locais (Encontramos no anuário de ...)
4. Levantar artigos em jornais e revistas que tratassem do tema (Listar quais encontramos)
5. Realizar entrevistas com profissionais autônomos que atuaram/atuam no mercado local .Esta fase foi possível a partir da vivência e experiência dos professores – coordenadores ,por terem atuado no campo. Os nomes sugeridos – e os encontrados que se dispuseram a dialogar, facilitaram a tarefa.
6. Visitar e realizar entrevistas com as agências de publicidade estabelecidas formalmente em Piracicaba. Para realizar esta tarefa foram mantidos contatos pessoais e telefônicos, agendadas visitas, feitas as entrevistas posteriormente, marcada uma sessão de fotografias com os proprietários e as instalações das agências.
7. Promover um seminário aberto a profissionais, pesquisadores e interessados, em que foram discutidas questões pertinentes

103

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

17 Estes seminários foram realizados durante a Semana de Comunicação da UNIMEP nos dias 19 e 20 de maio de 1999, com a participação de alunos, professores orientadores do projeto A História das Agências de Publicidade de Piracicaba e profissionais que atuam neste campo no mercado local.

18 GALINDO, Daniel dos Santos. "Publicitário ou profissional de comunicação?" /N: Comunicação e Educação, São Paulo, Ed. Loyola, 1986.

- à presença profissional da publicidade em nossa cidade,
8. Realizar uma coleta de material impressos produzido pelas agências locais e organizar este material numa exposição – a primeira de que se tem notícia – sobre a produção local da publicidade.
 9. Produzir um artigo, a partir das experiências vividas neste projeto para participar do VIII INICIACOM, Jornada de Iniciação Científica da INTERCOM, Prêmio Pão de Açúcar.
 10. Produzir os relatórios finais do projeto.
 11. E como decorrência desta experiência, e entendendo que outras facetas da questão não ficaram suficientemente esclarecidas neste projeto, os pesquisadores - coordenadores tomaram a decisão de propor a sua continuidade, através de um novo projeto de pesquisa, intitulado "A voz do mercado local", para ouvir dos proprietários de jornais, emissoras de rádio e televisão, qual tem sido a contribuição profissional da propaganda para o desenvolvimento do negócio da comunicação na cidade de Piracicaba.

CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA UNIMEP: INSERÇÃO NO MERCADO LOCAL

A pesquisa dedicou-se em parte, à percepção da inserção do curso de Publicidade e Propaganda da Unimep no mercado local. Em entrevista aos profissionais autônomos e aos proprietários de Agências, bem como nas discussões ocorridas nos seminários "Trajetória da Publicidade em Piracicaba" e "Mercado local e desafios futuros"¹⁷, permitiu verificar que na cidade de Piracicaba, como em inúmeras outras da região, a evolução neste campo foi atrelada às necessidades de mercado, na busca de profissionais que pudessem responder a este ramo de atividade com competência e velocidade.

Olhando para os pintores de faixa, muros, painéis luminosos, para os pincéis bico-de-pena, o clichê, a chegada do fotolito até os atuais e modernos *software* gráficos, olhando ainda para a movimentação histórica, econômica e política enfrentada por Piracicaba nos últimos anos, torna-se possível esboçar o traço da Publicidade no compasso deste mercado.

"O desenvolvimento de uma economia de mercado, mesmo que polarizada e, em nosso caso, na região Sudeste, gerou a necessidade de um profissional denominado publicitário. O perfil deste publicitário estava ligado a uma nova técnica de comercialização, o marketing, que ganhava espaço na década de sessenta e iria mudar o enfoque das várias escolas de administração do país, como também provocar o surgimento das escolas de comunicação, com o curso de publicidade e propaganda."¹⁸

O Curso de Publicidade e Propaganda da UNIMEP, objetiva suas ações na formação de um aluno capaz de refletir sobre cidadania, o

104

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

papel do indivíduo na sociedade, bem como na formação de um profissional capacitado tecnicamente para atuar na área da Comunicação, tem tido ainda como referência, a valorização dos aspectos regionais para a formação deste profissional, ampliando e conquistando novas formas de atuação, proporcionando uma visão holística de Publicidade, que está ao mesmo tempo sintonizada com a realidade local.

"A dimensão cultural da publicidade obriga a uma formação acadêmica que dê embasamento para estabelecer uma maior intimidade do futuro profissional com as diversas culturas para as quais serão comunicadas as virtudes de um produto, serviço ou marca. É o aprendizado da propaganda multicultural, termo criado por Márcio MOREIRA (1992:5-6), criativo da sede mundial da McCann - Erickson, em Nova Iorque, como aquela que "lida com os padrões de comportamento, das crenças, das instituições de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade".¹⁹

A publicidade local desta forma, conquistou ao longo do tempo, um espaço significativo, administrando iniciativas e tentativas de trabalho no âmbito da comunicação, muitas vezes com sucesso. Constatou-se que a não obrigatoriedade do diploma para atuação neste campo profissional nunca inibiu esta atividade em Piracicaba, mas sempre a complementou e qualificou-a.

Neste sentido, convém ressaltarmos a contribuição do Curso de Publicidade e Propaganda da Unimep na formação deste mercado profissional, apontando algumas das funções desempenhadas pelos egressos: marketing, atendimento, criação, mídia, produção, redação, produção visual, direção, assessoria de imprensa/relações públicas, divulgação, planejamento, pesquisa, promoção, além de outras.

A habilitação Publicidade e Propaganda da UNIMEP foi reconhecida pelo Decreto 83.370/79. Com duração de oito semestres, concede o título de Bacharel em Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda aos seus formandos. Este Curso, procurado cada vez mais nos vestibulares, ganha uma proporção significativa entre as mais de oitenta escolas em que é oferecido.

Até 1991, o Curso de Publicidade e Propaganda da UNIMEP era oferecido somente no período noturno, passando neste mesmo ano, a ser oferecido também, no período da manhã, em função da crescente demanda. Até o primeiro semestre deste ano, foram 28 turmas que ingressaram neste Curso, somando as vagas do período diurno e noturno.²⁰

"O Curso de propaganda da UNIMEP acompanha o fenômeno de crescimento verificado para a área em todas as universidades paulistas, e apesar de sua característica de um curso realizado no interior do Estado tem se comportado com o mesmo reflexo dos grandes centros urbanos: a demanda aumenta, e o interesse pelo profissionalismo, aliado ao desenvolvimento da imprensa regional, sugere amplas possibilidades de trabalho para os novos profissionais."²¹

19 J.B.PINHO. "Trajetória e demandas do Ensino de Graduação em Publicidade e Propaganda no Brasil. *IN: Publicidade: Análise da produção publicitária e da formação profissional*, Org. TARSITANO, Paulo Rogério. 1998

20 Dados fornecidos pela Secretaria de Atendimento Integrado da UNIMEP, em 14/06/99

21 QUEIROZ, Adolpho. "Profissional professor ou professor profissional? Professor profissional!". *IN: O ensino de comunicação*. Org. Margarida K. Kunsch, ABECOM – ECA/USP, FELAFACS, 1992. p. 160

105

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI. 1999
Número 6

22 Ver. ZACCARIA, Rosana Borges. "Trajetória acadêmica e expectativas acerca do mercado de trabalho: um diagnóstico da habilitação Publicidade e Propaganda da UNIMEP 1987 - 1993", São Bernardo do Campo, IMS, 1995, OLIVEIRA, Dennis e ZACCARIA, Rosana Borges. "Mercado de Trabalho e Curso de Comunicação Social da UNIMEP, Projeto de Pesquisa, PIBIC, UNIMEP, 1997 e LOPES, Maria Imacolata Vassalo (Coord.) "Mercado de Trabalho em Comunicação no Brasil", NUPEM, ECA/USP 1997

23 TARSITANO, Paulo Rogério e PINHO, J. B. "O ensino de propaganda e a interação com o mercado". In: O Ensino de Comunicação. Org. Margarida M. K. Kunsch, São Paulo, ABECOM - ECA/USP e FELAFACS, 1992, p. 214
24 DIMENSTEIN, Gilberto. "A Escola da Rua", Folha de São Paulo, cad. 3 p. 16 - 06/06/99

Pesquisas vêm sendo realizadas no interior do Curso pelos professores, e nelas, elementos expressivos têm permitido diagnosticar a inserção dos alunos da UNIMEP no mercado de trabalho, na área de Publicidade e Propaganda ²².

Esta inserção dos egressos da Unimep no mercado publicitário piracicabano se dá, no desempenho de diversas funções deste campo, como também, na administração de diversas agências, como proprietários de agências.

Convém lembrarmos que antes do período de conclusão do Curso, muitos dos alunos, iniciam suas atividades como estagiários, período em que adquirem a partir da vivência cotidiana numa Agência ou numa empresa em setores como Marketing ou Comunicação, experiência para o exercício profissional futuro.

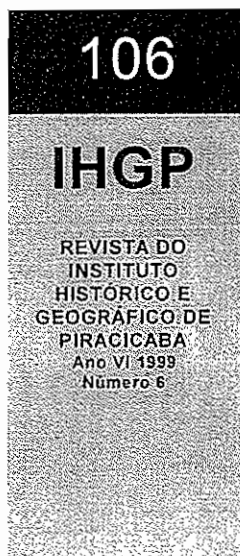
Não se pode precisar ainda, o número deles, mas já se percebe um grande contingente de alunos estagiando nas diversas áreas da publicidade em Piracicaba, quer seja através do CIEE - Centro de Integração de Empresa e Escola, quer seja de iniciativa da própria empresa.

Ao analisarmos a situação egresso de publicidade e propaganda no mercado de trabalho local, bem como, quando fazemos a discussão da formação deste profissional no diálogo com este mercado, devemos considerar o avanço tecnológico e a competitividade deste espaço de trabalho, uma vez que o diploma não é condição *sine qua non* para o exercício desta profissão, o que estreita ainda mais a oportunidade de mercado.

"O ingresso no mercado de trabalho sempre foi uma questão polêmica, e o setor de publicidade e propaganda não constitui exceção. Se por um lado o estudante enfrenta um mercado exigente, sem tempo para oferecer-lhe um programa de treinamento, por outro lado o ensino formal de propaganda obedece a um modelo generalizado, cuja estrutura não permite maior aprofundamento em áreas consideradas pelo mercado como prioritárias. Soma-se a isso o fato de que muitos estudantes procuram os cursos levados pelo mito de sucesso e prestígio pessoal constituído ao redor da profissão, com expressiva colaboração da própria categoria. Dentro desse quadro deve ser considerada a incapacidade de absorver as centenas de formados colocados anualmente no mercado de trabalho."²³

A exigência cada vez maior de uma qualificação para absorção deste profissional, rompe com a valorização excessiva do diploma e valoriza a iniciativa pessoal.

Para DIMENSTEIN "Canudos de Harvard, Columbia, USP, FGV ou Unicamp obviamente ajudam. Mas esse diferencial tende a se enfraquecer caso, em primeiro lugar, o aluno se mantenha atualizado, com novos cursos e, em segundo, se não for nutrido com um acervo de experiências."²⁴ Se essa afirmativa é válida para os diferentes cursos de



graduação no Brasil, quem dirá para o Curso de Publicidade e Propaganda, que tem como ferramentas básicas a velocidade da informática e da informação.

O que se percebe com as pesquisas referidas acima, é que uma importante contribuição do curso para os alunos enquanto profissionais, é a experiência da realização dos projetos experimentais.

"O Projeto Experimental, que tem a finalidade de equacionar os conhecimentos, é a etapa final do aluno dentro do espaço acadêmico. Ele dimensiona e amplia a visão de mercado acelerando o contato com a profissão."²⁵

Podemos destacar alguns dos clientes/produtos, que vem sendo trabalhados no Curso: Caninha da Roça (Aguardente); Balas Kristen; O Cacau; Colgate Palmolive – Linha de higiene bucal Colgate; AIDS - Ministério da Saúde; Café Morro Grande; Margarina Doriania; Bombom Sonho de Valsa – LACTA; Editora Abril – Revista Nova; Meias Lupo S.A.; Faber Castel; Tribo dos Pés, Honda Civic, entre outros.

Ao tratarmos o relacionamento do Curso de Publicidade e Propaganda com o mercado, consideramos os Projetos Experimentais, juntamente com os estágios, em momentos muito significativos na vida do aluno.

Sabemos que a formação de um profissional conta com diversos elementos, quer sejam de ordem informativa, acadêmica, de habilidades e "traquejos" técnicos, elementos de ordem psicológica e acúmulo de vida. Isto significa que o aluno que sai da Universidade e vai para o mercado de trabalho terá sempre pela frente inúmeros desafios a serem enfrentados. Esses enfrentamentos tem nos mostrado de maneira positiva a participação a composição do mercado profissional piracicabano em Publicidade e Propaganda tem comportado de maneira significativa esses egressos. O curso tem tido a oportunidade de dialogar com estes ex-alunos através de alunos atuais, que buscam informações no mercado para a realização de seus projetos, bem como através de encontros semestrais, quando estes ex-alunos são convidados para participar como membros da banca.

MEMÓRIA DA PROPAGANDA EM PIRACICABA

As mudanças ocorridas no mercado local de propaganda, têm uma história que precisa ser resgatada e contada, para recuperar parcelas desta imagem vividas e dos personagens com quem convivemos ao longo dos últimos anos. Recordamo-nos de Gumerindo Duarte – próximo a Escola Industrial onde pensamos que começou se desenvolver o embrião da publicidade na cidade. Naquele local Gumerindo pintava automóveis, quadros a óleo e faixas para o comércio local. Outro pioneiro é Manoel de Souza Oliveira, o Gaúcho, e sua esposa Amíres, estabelecidos na rua Santa Cruz que revolucionaram o mercado local de publicidade, vendendo um novo tipo de produto: as placas de ruas e de rodovia sendo pioneiros no Estado de São Paulo (na época só havia a

25 ZACCARIA, Rosana Borges. "Trajetória Acadêmica e expectativas acerca do mercado de trabalho: um diagnóstico da habilitação Publicidade e Propaganda da UNIMEP, São Bernardo do Campo, IMS, 1995 p.71 (Dissertação de mestrado)

107

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

Pintex e Novelli na capital). Gaúcho também iniciou o processo de colocação de carros de som (candidato utilizou-se deste meio para divulgar seu nome nas eleições municipais).

Foi na sua empresa que trabalhou Jarbas de Souza de onde saiu para montar a DINART juntamente com o Zezo de Rio Claro levando consigo o jovem Leonel Stefanelli. Da experiência obtida com o irmão Gaúcho, Jarbas começou a inovar o mercado e a formar novos talentos na DINART (homenagem a Dna. Dina sua esposa) especializando-se também na confecção de flâmulas, na pequena indústria localizada na rua Moraes Barros entre Governador Pedro de Toledo e Benjamin Constant, procurando inovar e aumentar o negócio, estabelecendo-se posteriormente na rua Boa Morte próximo a rua Ipiranga.

Na nossa percepção, os novos quadros formados na empresa começaram também a alçar seus vãos solo e ao que lembramos e recuperamos neste período da pesquisa, trabalhavam com Jarbas, Leonel Stefanelli (que de lá saiu para ir trabalhar na Tatuinho pintando os caminhões e fazendo outros trabalhos para empresa) estabelecendo depois por conta própria com ajuda do proprietário da empresa, ajudando também a formar novos profissionais. Outro talento, ao tempo dos pioneiros, também foi Tobias Negri (hoje Pároco de Santa Barbara D'oeste) e seu irmão Jonas Negri – atuando ainda no mercado.

Havia também Arão que tinha seu barracão na Rua do Porto (cunhado de Leonel Stefanelli e um dos mais talentosos na arte de letras para faixas). Da sua empresa saiu Uriel (que passou a fabricar também as flâmulas) que se estabeleceu na rua Benjamin Constant próximo a região central e tornou-se concorrente da Dinart.

Lembramo-nos também do início da trajetória profissional do José Vitti, um jovem pintor que tinha aprendido as técnicas do campo com Frei Paulo de Sorocaba e com os também pintores Ermelindo Nardin, Joca Adâmolí e Arão. Vitti, contudo, fixou-se no ramo publicitário, passando a oferecer seu talento e arte para empresas gráficas — como a Editora Aloisi no ano de 1971 até 1975, foi também pintor de faixas, fez anúncios para jornais. Seu primeiro barracão de trabalho estava localizado na rua do Vergueiro nas proximidades da Pinacoteca nos de 1965 até 1968 - onde ele atendia clientes como o Magazine Ali-Babá, Brivest, Porta Larga, Polacow, Buri, Pernambucanas, entre outros.

Creemos que todos estes profissionais que começavam a atuar no campo, utilizavam inevitavelmente da clichêria do Mário Souza, funcionando anexo ao jornal "O Diário de Piracicaba", na rua Prudente de Moraes. Lá o Mário atendia a produção do próprio jornal, e dos agentes publicitários de Piracicaba e região. Era uma clichêria moderna, com recursos limitados para produzir os clichês com muitas cores, se chamava "Clichêria Star". Quando havia necessidade de um produto de qualidade muito superior o Mário enviava o material para a clichêria Planalto do Waldemar em São Paulo.

O mercado local veio conhecer o primeiro embrião de uma agência de publicidade — como hoje conhecemos — a partir da criação da agência "Bazes", dirigida pelo Álvaro Carraro. Ela funcionava na rua XV de Novembro — entre a Boa Morte e a Alferes José Caetano. Era o

início de uma empresa no setor de prestação de serviços, criação de anúncios, produção de brindes, criação de campanhas, produção em silk-screen. Era uma empresa para atender empresas que criavam grandes demandas do ponto de vista profissional.

Passaram por ela profissionais como o próprio Carraro, José Antônio Gomes de Oliveira, o Jago, Rui Roberto Ramos, entre outros.

Naquela época, na década de 70, o Jornal de Piracicaba tentou profissionalizar a área de criação de anúncios, com montagem de uma house-agency, trazendo um profissional de São Paulo e criando a partir daí uma agência chamada "Propax", uma experiência que não foi duradoura, em virtude das incumbências de trabalhar para o próprio jornal e também para o mercado.

Outro profissional que começou a prestar serviços na cidade, nos anos 70, foi José Antônio de Arruda Mariano, que tinha sido editor de arte da revista "Veja", da Editora Abril e passou a residir com sua família em nossa cidade. Ele viajava semanalmente para São Paulo e era comum vê-lo nos fins de semana por aqui, fazendo contatos e conquistando os seus primeiros clientes. Especialista em artes gráficas, Mariano criou catálogos, panfletos, cartazes, logotipos e marcas e até capas para livros, jornais alternativos, inclusive especializando em atender principalmente as indústrias de Piracicaba e região.

O mercado local passou a ser influenciado em seguida pelas idéias de um profissional que tinha passado por duas grandes agências em São Paulo, a Thompson e a DPZ - trazendo para Piracicaba métodos modernos de propaganda. Seu nome era Márcio Leme Chaves e criou em nossa cidade no final dos anos 70, uma agência que levava o seu nome e que fez trabalhos para a Associação Comercial e Industrial da cidade (sua primeira revista impressa), Grupo Dedini, Prefeitura Municipal, Supermercados Brasil, Dom Bosco e para as construtoras locais que estavam iniciando um sistema de lançamento de vendas, com uma forma mais profissional de comunicação em relação ao potencial comprador. Márcio transformou seu negócio numa grande agência unindo-se com José Vitti, passou a viabilizar os trabalhos do cliente totalmente em sua agência, unindo sua criatividade com o talento de José Vitti. Ali lembramo-nos que Márcio chegou em sua própria sala de atendimento a simular uma sauna a vapor para ilustrar o catálogo de uma grande construtora e muitas vezes a utilizando do talento de parceiro para criar novos tipos de letras, montagens fotográficas e até retoques em fotos até então vistos em grandes revistas e jornais da capital.

É dos anos 60, a campanha publicitária de maior "recall" na população local e nacional. Precursora do que hoje vemos no marketing esportivo, as Indústrias Reunidas Tatuinho de Piracicaba, de propriedade de Humberto D' Abronzo, fez a associação do seu produto — a cachaça — com o time de futebol de cidade, o XV de Novembro, do qual também era presidente. Com isso, a Tatuinho divulgava o XV, a cidade e o seu próprio produto, através de slogans, jingles ("Ai, tatu, tatuinho, me abre a garrafa e me dá um pouquinho), com a imagem de um tatu bebendo cachaça. A associação da imagem do presidente com o clube foi muito forte e eram impressas tabelas, camisetas, bonês, faixas,

109

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEÓGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

campanhas para televisão e uma ação de rádio muito grande, veiculadas não só na cidade mas no país.

Associado a este desempenho do time de futebol, o artista gráfico Edson Rontani, criou o personagem "Nhô Quim", que passou a ser o símbolo do clube. Ele era desenhado em forma de charges e publicado pela imprensa local e passou a ser o mascote e o símbolo do clube naquela época — permanecendo até os dias atuais. Rontani era um profissional múltiplo, que se desdobrava entre o jornalismo, a publicidade e uma atuação no serviço público, na Casa da Agricultura do Governo de São Paulo.

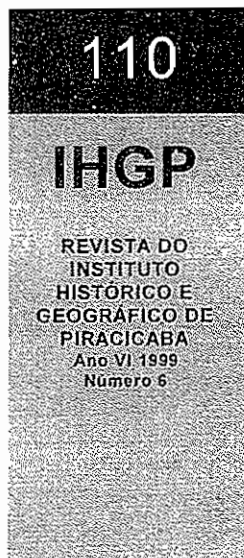
Também nos anos 70, surgiu em Piracicaba uma agência, chamada "Loka", de propriedade de Fausto Guilherme Longo e o artista gráfico Lin Ming, jovens idealistas que tentavam unir seus talentos de criação e grafismo para de alguma maneira tentar revolucionar o mercado piracicabano.

Paralelo a toda essa transformação que estava acontecendo no mercado piracicabano uma gráfica e editora se aparelhava para dar todo o suporte às grandes idéias que surgiam desse pessoal do mercado publicitário. Na verdade essa gráfica e editora surgia num momento ou melhor época "errada" na cidade de Piracicaba, pois em virtude de todo seu parque gráfico a "Editora Aloísi" estava muito além de sua época em termos técnicos para uma editora do interior paulista, chegando até a atender empresas de Jundiaí, Campinas e de São Paulo.

Ela ajudou de alguma maneira a formar profissionais para área de atendimento publicitário, pois aqueles que não trabalharam para ela utilizaram-se da tecnologia dela para colocar no mercado de Piracicaba diversas publicações que hoje com certeza servem como referencial para a pesquisa da história da cidade, como o "Guia de Piracicaba" elaborado por Rubens Righetto, a "História de Piracicaba", editada por Antonio Barros e outras tantas publicações.

Esses profissionais além de contribuírem para formar uma consciência publicitária do mercado, também ajudaram a formar outros profissionais na área como de fotografia publicitária como: Henrique Spavieri (que trabalhou na "Star" como clichérista) e hoje trabalha para as grandes empresas de Piracicaba e região; Paulo Lacorte que de retratista como o pai, especializou-se e passou a servir as indústrias da comunidade; também Tadeu Fessel que trabalhou para o nosso mercado local e mais tarde tornou-se um grande fotógrafo profissional trabalhando para Editora Abril e grandes empresas multinacionais.

Contribuiu também para essa profissionalização do mercado o "Studio C" de Luigi Américo Martani que trabalhava como assessor técnico da rádio Difusora de Piracicaba e vendo a dificuldade para gravações de jingles e spots, resolveu juntamente com seus filhos Dante e Marcos, criar esse estúdio que ajudou de tal maneira a dar uma forma mais profissional aos trabalhos de gravações para publicidade exigindo dos locutores um melhor preparo técnico e mostrando aos empresários de lojas a necessidade de se contratar profissionais com conhecimento da área para a produção de suas peças publicitárias. Passaram pelo

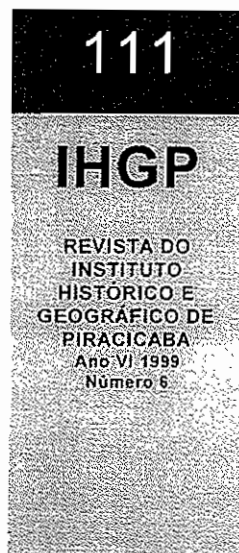


"Studio C", Carlos Nascimento e Léo Batista, hoje integrando o primeiro time do jornalismo brasileiro.

Essas pessoas no nosso modo de ver contribuíram para o desenvolvimento do mercado publicitário em Piracicaba, muitos deles já faleceram outros continuam ativos no mercado ainda contribuindo para treinar novos profissionais que em sua maioria são formados pela Universidade Metodista de Piracicaba.

BIBLIOGRAFIA

- QUEIROZ, Adolpho. "Profissional professor ou professor profissional ? Professor profissional !. //N: O ensino de comunicação. Org. Margarida K. Kunsch, ABECOM – ECA/USP, FELAFACS, 1992. p. 160
- ZACCARIA, Rosana Borges. "Trajetória acadêmica e expectativas acerca do mercado de trabalho, um diagnóstico da habilitação Publicidade e Propaganda da UNIMEP, 1987-1993", dissertação de mestrado, mimeo, São Bernardo do Campo, IMS, 1995.
- OLIVEIRA, Denis e ZACCARIA, Rosana Borges. Mercado de trabalho e curso de Comunicação social da UNIMEP, Projeto de pesquisa, PIBIC/UNIMEP. 1997 (mimeo).
- LOPES, Maria Imacollata Vassalo de (Coordenadora). Mercado de trabalho em comunicação no Brasil. NUPEM, ECA/USP,1997.
- TARSITANO, Paulo Rogério e PINHO, J.B. O ensino de propaganda e a interação com o mercado. In "Ensino de comunicação", Org, Margarida Kunsch, São Paulo, ABECOM/ CA/USP, FELAFACS, 1992, pg. 214.
- DIMENSTEIN, Gilberto. A escola da rua. Folha de são Paulo, caderno 3, página 16 – 06/06/99.
- GALINDO, Daniel dos Santos. Publicitário ou profissional de comunicação ? In : Comunicação educação, São Paulo, Editora Loyola, 1986.





OS 200 ANOS DA MORTE DE MORGADO MATEUS

Noedi Monteiro¹

¹ Noedi Monteiro é jornalista, historiador, pesquisador, educador e teólogo. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

Neste 3 de outubro São Paulo comemora os 200 anos da morte da expoente figura provincial, que lhe deu restauração, estrutura, vida político-administrativa e sócio-econômica. Estamos falando de Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado Mateus (1722-1798), natural da Freguesia de São Veríssimo de Riba Tâmega, Distrito da Vila de Amarante, Portugal. Seu pai Antônio José Botelho Mourão era fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da ordem de Cristo e Tenente do Regimento Chaves.

Sua mãe, Dona Joana Maria de Souza Mascarenhas e Queirós, descendia de tradicional família com volumosa bagagem política que influenciou e qualificou-lhe o filho, visto com que sagacidade ele tomou nas mãos a direção da emergente Capitania de São Paulo (1765-1775).

D. Antônio Luís de Souza, 2º marquês das Minas, bisavô de D. Joana Maria, foi governador de Armas de Minho; governador e capitão e general do Brasil de 1684 a 1687. Já o 1º marquês das Minas D. Francisco de Souza, tataravô do menino Morgado, foi governador Geral do Brasil (1591-1602) e administrador das Minas de Ouro (1605).

Não foi difícil com a ajuda da tradição oral em casa e os pendores naturais, que Morgado de Mateus absorvesse a vocação da família e se habilitasse a ser um tremendo governador paulista, de invejável inspiração e probidade.

Com alongada visão geopolítica mandou que se fundassem vilas e freguesias pelo interior da capitania, para descentralização administrativa e ocupação espacial do imenso território paulista em formação.

Tudo começou com a criação da Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro pelo governador do Rio de Janeiro Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho por carta régia (D. João V), em 1709, para restituir as lavras aos paulistas com a Guerra dos Emboabas. São Paulo para assegurar sua soberania é elevada a cidade em 1811. O extenso território incluía terras do Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os paulistas depois do episódio dos Emboabas concentram as suas bandeiras na direção Centro-Oeste. Deve-se a Manuel Correa Arzão o desbravamento, primeiras referências e mapeamento dos

112

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

sertões de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Ele expulsou os paiaguases da bacia do Piracicaba, da depressão periférica paulista e sertões recém-descobertos. Seu pai, Antônio Rodrigues Arzão, bandeirante, descobriu em 1693 os filões auríferos de Minas Gerais. Os Arzão residiam com a família e sua gente em Piracicaba à margem esquerda do rio (atual Rua do Porto), e foram verdadeiramente os primeiros posseiros e sertanistas a pisar o lugar. Antes deles, somente os aborígenes.

Pascoal Moreira Cabral Leme descobriu ouro na região de Cuiabá em 1719, sertão já trabalhado em profusão pelos Arzão que ali deixaram povoados. Depois foi a vez de Goiás, em 1725, cujo auge oscilou entre 1727 a 1729.

Piracicaba constitui-se num ponto estratégico para os planos geopolíticos dos governadores. Até mesmo D. Maria I, rainha de Portugal, a 5.1.1777 expede alvará notificando a Vicente da Costa Taques Gomes e Aranha, capitão-mor de Itu, que informe a Morgado Mateus "que a dita povoação (Piracicaba) é o melhor que pode haver nesta Capitania por estar situada na margem de um rio em que abunda todo o ano muito peixe".

Ficava no caminho para o emergente Centro-Oeste e isso lhe favoreciam os flertes de sertanistas e autoridades. É a vocação da cidade!

Luís Pedroso de Barros, que integrou as tropas de Amador Bueno da Veiga, na Guerra dos Emboabas (portugueses que queriam dominar as minas de ouro), concluiu em 1726 o picadão de Piracicaba a Cuiabá, iniciado em 1721 e interrompido em 1723 por Manuel Godinho Lara. Em 1770 Antônio Corrêa Barbosa fundador-diretor de Piracicaba chefou a reconstrução da picada, ao lado do sargento-mor Luiz Vaz de Toledo Piza (inconfidente mineiro).

A capitania de São Paulo aos poucos foi se desmantelando com o ciclo de mineração (1700-1803) e seu esvaziamento. Em 1720 as Minas Gerais tornaram-se independentes, o mesmo acontecendo com Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1738), Mato Grosso e Goiás (1748).

D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, capitão-general da Capitania, tirou São Paulo da estagnação e deixou como legado a garra, a disposição e a perspicácia da São Paulo de hoje.

Pertenceu à era Pombalina (1750-1777).

Pindamonhagaba foi a última vila paulista criada (1705) ainda sob o governo carioca. Comparamos essa situação tal qual à vivida pelo Brasil e Portugal sob o domínio da Espanha (1580-1640).

Piracicaba, Campinas, Paraibuna, Franca, São José dos Campos, Mogi-Mirim, Itapeva, Apiaí, São Luís Paraitinga, Faxina, Guaratuba, Sabauna e Registro nasceram sob os olhos de Morgado Mateus.

113

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO

Hugo Pedro Carradore

1. As obras estão indicadas como referência bibliográfica ao final do artigo.

a. Carta régia de 23-2-1689, sobre o encontrar a primeira ordem que havia mandado para que os senhores não açotassem os seus escravos, com que de novo ordena se não entenda com os senhores que castigarem seus escravos.

*Governador do Estado do Brasil, Eu el-Rei vos envio muito saudar. A vossa carta de 11 agosto passado me foi presente em que me dais conta de haverdes recebidos as minhas de 20 e 23 de março do mesmo ano em

A DISCIPLINA E O CASTIGO

Na égide do látigo do feitor,
Vergastados, gemendo doídos ais,
Trôpegos, entoando cantos-de-dor,
Fazem florir do chão os canaviais.

Sangue, inocente
Serve à terra
Como semente

Era de promessa,
No Brasil,
Escravidão.

(Palmares - do autor)

114

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI-1999
Número 6

As autoridades do Reino de Portugal, assim como do Império Brasileiro, sempre tiveram a preocupação de adotar medidas no sentido de evitar excessos no tratamento primitivo aos escravos. A legislação, no decurso dos 300 anos do trabalho servil, buscou permanentemente impedir exageros nos castigos e atrocidades, impostos pelos Senhores aos seus negros. Cartas régias, Recomendações, avisos, decreto e Leis buscavam regulamentar os procedimentos corretivos.⁹

O Barão de Poti do Alferes⁹ na sua obra: "Memória sobre a fundação e custeio de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro" recomendava: "O senhor deve ser justiceiro e humano. Demasiada severidade ou frouxidão são coisas igualmente condenáveis".

O escravo deveria atender às imposições da lei da servidão: ser humilde, obediente, leal, dócil e conformado. Ao senhor cabia o direito

de domínio, a jurisdição benévola. Contudo, nem sempre o proposto era atendido de ambas as partes. Era grande o número de senhores dotados de humanidade para com seus escravos, bem como o de escravos que manifestavam afeto e dedicação ao seu senhor.

De outra parte, imperava a regra do antagonismo entre o opressor e o oprimido: resistência, oposição, inimizade... O negro era infiel, indócil, roubava, fugia, quando não, chegava a matar o próprio dono. O senhor castigava com desumanidade. De acordo com Victor Schoelcher: **"O direito senhor fundamentado na violência está fundamentalmente condenado à violência para se manter"**.

João André Antonil propagou que era voz geral dizer-se que no Brasil, que **"para o negro são necessários três PPP: pão, pano e pau"**.

Nas propriedades rurais era o Senhor, por decurso da sua jurisdição que determinava os castigos aos seus escravos.

Nas vilas e nas cidades, a princípio as penas de açoites eram executadas publicamente. Conduzidos da cadeia ao pelourinho^o na praça por um soldado, onde aos olhos do público se transformava em um espetáculo, com o carrasco aplicava-lhe chibatadas determinadas de acordo com o delito. Conforme descreveu José Alípio Goulart:

"Orelha ia caindo seguidamente, salpicando as pedras com pedaços de carne. As roupas descidas, sem camisa. Os cães afluíam ao local, para sorver o sangue, que porejava das chagas abertas, com o lâtego, a cada escravo caído, esperando a morte! Os executores, verdadeiros canibais, displicitavam, na fúria da execução, confundir-se na contagem das pancadas".

A narrativa é espantosa, descrita com toda a crueza, da punição dos escravos envolvidos, na revolta dos Queimados, no Espírito Santo e de Francisco Eugênio de Assis.

O tratamento das chagas após os açoites, no sentido de evitar infecções, constituía-se na lavagem da parte supliciada com uma solução concentrada de vinagre, sal e pimenta malagueta macerada. O curativo era tão cruel quanto o castigo.

Quando sobre o corpo torturado ficavam "vesículas" de sangue pisado, era de bom costume abri-las com faca ou navalha e aplicar sobre o corte a mesma medicação.

O negro comprado no mercado ao chegar na propriedade rural, muitas vezes ganhava uma sova de chicote "para não se meter a besta", isto é, para entender sua condição de submissão.

O escravo nas fazendas era tratado com maior violência do que na zona urbana, visto que, nas vilas e nas cidade era mais fácil reprimir os abusados, embora que, no primeiro século de escravidão no Brasil a aplicação da lei era negligência.

Os padres na tentativa de abrandar a fúria dos senhores na implantação dos castigos, procuravam harmonizar a doutrina da Igreja com os interesses financeiros dos senhores de escravos - **"Os proprietários devem poupar os seus escravos, não minar seu vigor, sua energia, tratá-los com humanidade no sentido de defender o seu capital"**.

Os "corretivos" aplicados aos escravos iam desde a palmatória, castigo doméstico, aos bárbaros instrumentos de tortura. Artur Ramos,

que vos ordenava a forma em que se devia proceder contra os senhores que imoderada e civilmente casligassem a seus escravos representando-me os inconvenientes que de sua execução resultavam ao meu serviço é à conservação desse Estado. E mando ver e considerar novamente esta matéria. Hei por bem que não tenha feito as ditas ordens de 20 e 23 de março e que nesse Estado se guarde e observe o que as leis dispõem em comum sobre os Senhores que a seus escravos dão imoderados castigos; e parecendo-vos necessário que aos ditos escravos conste desta minha resolução os fareis entender com algum auto positivos para que se evitem as perturbações que entre eles e seus senhores já começaram a haver com a notícia que tiveram das ordens que se vos haviam passado. Escrita em Lisboa, aos 23 de fevereiro de 1689. a). Rei"
Aviso nº479 - JUSTIÇA - Em 25-8-1836, recomendando moderação e cautela nos castigos de golhilha.
"Em resposta ao seu ofício de 11 corrente, que acompanhou por cópia as partes do carcereiro de Santa Bár-

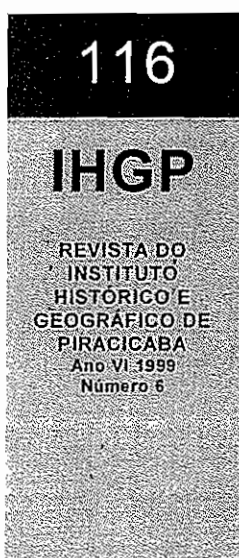
115

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6

bara, cumpre-me declarar-lhe que com o Aviso de 28 de setembro do ano passado estão dadas as providências, tendo tão-somente de acrescentar que se devem aplicar os castigos da gótilha nos casos extraordinários e muitos graves, quando os presos se mostrarem indiferentes a outros castigos, usando-se contudo da maior moderação, e acautelando-se sempre os abusos que se possam cometer". "Deus guarde a Vm. Paço, em 25 de agosto de 1836. a) Gustavo Adolfo de Aguiar Pantojá". (Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil, 1836, pg. 285)".

b. Barão de Póti do Alferes: Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, 20 Barão de Poti, titular do império (1795 - Poti de Alferes R.J. 1861), fazendeiro da província do Rio de Janeiro, membro da Assembleia provincial, comandante superior da Guarda Nacional de Vassouras (RJ), Barão com grandeza por Decreto de 2 de julho de 1853.



em "Castigos de Escravos" esboça uma classificação dos instrumentos usados na punição aos escravos: Instrumentos de captura e contenção, instrumentos de suplício e instrumento de aviltamento. Correntes, algemas, tronco, máscara, anjinho, ferro para marcar, golilha, libambo...^d

O Alvará de 3 de março de 1741, ato da Coroa, determinava que os escravos fugidos e encontrados fossem marcados com ferro incandescente, não respeitado nem sexo nem idade.

Aos escravos faiscadores era aplicada uma mordança de ferro afim de impedir que engolissem pepitas de ouro.

A máscara de flandres era colocada nos escravos que furtavam alimentos, que se embriagavam e aos geófagos (comedores de terra). Esses "açaimos eram usados com objetivo menor como castigo, mais como medida preventiva. Feita de folha-de-frandes a máscara cobria o rosto, na nuca através de um alongamento, que se fechava com cadeado. Ela possuía orifícios, pelos quais o escravo enxergava e respirava. A máscara só era retirada no momento determinado para a alimentação.

O caráter das penas e a sua aplicação era quase sempre a juízo do senhor.

A justiça patriarcal normalmente era feita através dos açoites. Nos engenhos, na mineração, nas fazendas de café, em geral era o feitor quem aplicava o castigo, por determinação do Senhor, das sinhás, ou por própria decisão em função do reconhecido poder procedente do cargo que exercia na hierarquia rural - cumprir ordens, gerenciar, fiscalizar, disciplinar e punir. Quando não, por qualquer motivo, o feitor não se dispunha aplicar a punição, determinava o serviço a um escravo, que sob a sua vigilância era obrigado a sevir o próprio irmão de infortúnio.

Na historiografia da escravidão há citações sobre o grande número de escravos sentenciados a morte através de processo regular, e executados por carrascos oficiais. De acordo com Goulart: "**Nesses casos, contavam com assistência religiosa, do qual se incumbia a Santa Casa de Misericórdia, com sua bandeira acompanhando o réu até o patíbulo**".

O relatório do Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós Corantino Matoso da Câmara, de 30 de janeiro de 1839, relata que vinte e dois réus condenados a pena de "morte natural"^e foram executados em 1838:

Na província de São Paulo:

- 1 Réu por ter morto o capataz da chácara de sua senhora,
- 1 Dito por ter morto outro indivíduo.
- 3 Ditos por terem morto Feitores.
- 1 Dito, por ter morto o filho do seu Senhor.

Na do Rio de Janeiro:

- 3 Ditos por terem morto feitores.
- 1 Dito, por ter morto a mulher que administrava a fazenda.
- 1 Dito, por ter morto um Português.

Na de Pernambuco:

- 1 Dito, por ter morto a mulher do Feitor.

Na Paraíba:

2 Ditos, por terem morto dois indivíduos.

Na de Piauí:

2 Ditos, por terem morto uma mulher e uma criança

Na de Minas Gerais:

1 Dito, por ter morto seu Senhor.

1 Dito, por ter morto uma filha e um genro do seu Senhor.

1 Dito, por ter morto o Feitor.

Na de Goiás:

1 Dito, por ter morto sua Senhora.

Na de Mato Grosso:

1 Dito, por ter morto seu Senhor.

Na Corte:

1 Dito, por ferimento em seu Senhor.

Afora os escravos sentenciados à pena de morte, por sentença judicial, existiram incontáveis casos de condenados à morte pelo despótico "poder patriarcal" e enterrados na própria propriedade rural, à revelia das autoridades.

A narrativa desses crimes não são muitas, porque não havia interesse em documentá-los. Escravos mortos a chicotadas, a tiros, a paulada, atirados vivos à fornalha dos engenhos, dão-nos a imagem de quão cruel eram alguns senhores na sua soberania sem termo. Conforme escreveu Alves Mota Sobrinho: "na fazenda dos Teixeira Coelho, cujas terras fazem parte hoje do município de Cruzeiro, havia um açude dantesicamente chamado "O cemitério dos afogados", onde eram submergidos os escravos rebeldes e delinquentes. ..."

A causa principal das revoltas e de fuga de escravos está no mau trato infligidos. A convergência de muitos negros fugitivos das fazendas e das vilas deu origem aos coutos nas florestas, que originaram os quilombos, os quais tiveram vida efêmera. Porém, alguns, em Pernambuco e Alagoas, se converterem em praças-fortes, com população significativa. Na serra da Barriga, amparados pela selva quase incontestável, abrigados e alimentados pela fertilidade do solo e por um forte sentimento de liberdade. O Quilombo dos Palmares se organizou como um verdadeiro Estado, nos moldes das nações africanas.

O Quilombo de Palmares durou de 1630 a 1695, ocupando cerca 400.000 m² dos atuais Estados de Pernambuco e Alagoas. Várias investidas foram feitas contra a "Nação Negra de Palmares", mas o seu extermínio só se deu após três anos de luta, por tropas comandadas por Domingos Jorge Velho. A grande figura da resistência foi Zumbi, símbolo da luta pela emancipação do negro brasileiro¹.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, João André. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, Editora USP, São Paulo, 1964.

c. Pelourinho - No Brasil, quando o recebimento de foral de vila era levantado o pelourinho - símbolo de autoridade - coluna de ferro ou madeira com as armas do Reino, erguida na praça principal, onde exposto à vergonha pública o condenado era açoitado.

d. Golilha: Argola pregada num poste, à qual se prendiam o escravo pelo pescoço. Anjinho: Anéis de ferro com que se prendiam e apertavam os dedos da mão.

Libambo: Cadeia de ferro a que se ligava pelo pescoço um grupo de escravos.

Tronco: em geral, constituía-se em um tora de madeira retangular, serrada ao meio, com aberturas onde eram presos os membros e, às vezes a cabeça. Seu objetivo era imobilizar o escravo, provocando um desgaste físico e moral.

e. Nos antigos direitos português e brasileiro a denominação "Morte natural" indicava a pena capital executada por enforcamento ou decapitação.

f. Mateus Rocha Pita atribui o significado de "diabo" a palavra "Zumbi" na língua dos palmerinos.

117**IHGP**

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI - 1999
Número 6

CARRADORE, Hugo Pedro. *Palmares o Drama da Liberdade*, Laser Print Editorial, São Paulo, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, José Olímpio Editora, Rio, 1961.

GOULART, José Alípio. "Da Palmatória ao Patíbulo." In: NOVAES, Maria Stella. *A Escravidão e a Abolição no Espírito Santo*. Vitória, Editora Conquista, 1963.

GOULART, Maurício. *Escravidão Africana no Brasil*, Martins Editora, São Paulo, 1949.

HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, Liv. José Olímpio Editora, São Paulo, 1948.

RAMOS, Artur. *Castigo de escravos*, Revista do Arquivo Municipal, Vol. XL VII, São Paulo, 1938.

SOBRINHO, Alves Mota. *A Civilização do Café*, Ed. Brasiliense, s.d.

118

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI-1999
Número 6



HISTÓRIA DO IHGP

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, foi fundado em 01 de agosto de 1967, por ocasião do "Simpósio de Estudos Piracicabanos", realizado durante as comemorações do 2º Centenário da Fundação de Piracicaba, tendo como Prefeito Luciano Guidotti.

Fins e Objetivos

O IHGP é uma sociedade civil de caráter científico e cultural, com duração ilimitada e com a finalidade principal de promover o estudo e a divulgação da história, da geografia e das ciências e disciplinas correlatas, especialmente as relacionadas com a região de Piracicaba.

Objetivos:

Promover pesquisas, cursos e certames culturais, excursões científicas, comemorações cívicas e outras iniciativas compreendidas em seus objetivos sociais.

Colaborar com as autoridades públicas em trabalhos ligados à finalidade do Instituto, bem como na defesa do patrimônio histórico, especialmente do município e região de Piracicaba.

O IHGP conta atualmente com 108 Sócios Titulares e 35 Sócios correspondentes.

Fiel à sua missão histórico-geográfica - o Instituto busca despertar e interessar na pesquisa, análise e no estudo de suas origens históricas, para pesquisadores, estudantes, colocando a disposição seu acervo acumulado no decorrer dos anos, com o objetivo principalmente de preservar a memória de Piracicaba.

119

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VI 1999
Número 6